

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

LENILDA LIMA DA SILVA
Superintendente Regional

ALESSANDRA MÁRCIA COSTA
Superintendente Regional Substituta
Chefe da Divisão de Desenvolvimento

CLAUDEMIRA SILVA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Administração

KATIUCIA MENDES SANTOS
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

GABRIEL SILVEIRA ARRUDA
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Missão

“Implementar a política de Reforma Agrária e realizar o Ordenamento da Estrutura Fundiária nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”.

Visão de Futuro

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social”.

Regimento Interno - Portaria N° 20 de 8/4/2009.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES.....	8
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO	15
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	17
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	18
2. Objetivos e metas institucionais	19
 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	19
 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	25
 2.2.1Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	25
 2.2.2Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	27
 2.2.3Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	30
 2.2.4Divisão de Gestão Administrativa.....	33
 2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	35
 2.3.1Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	35
 2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	52
 2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas 74	
 2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	85
 2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	89
 2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	93
 2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	97
 2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	103
 2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	109
 2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres	113
 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	118
 2.4.1Programação Orçamentária da Despesa.....	118
 2.4.2Programação de Despesas Correntes.....	118
 2.4.3Programação de Despesas de Capital.....	119
 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	120
 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	121
 2.4.4Execução Orçamentária da Despesa.....	125
 2.5 Indicadores Institucionais.....	130

3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	137
3.1	Análise Crítica	138
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	139
4.1	Análise Crítica	140
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	141
5.1	Composição do Quadro de servidores ativos	141
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	144
5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	145
5.4	Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	146
5.5	Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	148
5.6	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	150
5.7	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	152
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	154
6.1	Transferências efetuadas no exercício	154
6.2	Análise Crítica	158
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv	162
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	163
8.1	Análise Crítica	163
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	164
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	167
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	170
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	170
11.1.1	Análise crítica	172
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	173
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	176
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.....	178
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acordãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	179
16.	Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizada pela Unidade de Controle Interno	202
	PARTE “B” - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	209
17.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	211

PARTE “C” - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO – SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO INCRA	225
18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	226
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	227
ANEXOS	229

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução física da ação 8384	36
Tabela 2 - Execução orçamentário-financeira da ação 8384.....	36
Tabela 3 – Execução de restos a pagar da ação 8384 no exercício de 2011	36
Tabela 4 - ED 8384	38
Tabela 5 - Execução física da ação 8387	40
Tabela 6 - Execução orçamentário-financeira da ação 8387.....	40
Tabela 7 – Execução de restos a pagar da ação 8387 no exercício de 2011	40
Tabela 8 - ED 8387	41
Tabela 9 – Meta Física Executada em 2011 na Ação 8387	42
Tabela 10 - Execução física da ação 8374	44
Tabela 11 - Execução orçamentário-financeira da ação 8374.....	44
Tabela 12 – Execução de restos a pagar da ação 8374 no exercício de 2011	44
Tabela 13 - ED 8374	46
Tabela 14 - Execução física da ação 4460	47
Tabela 15 - Execução orçamentário-financeira da ação 4460.....	47
Tabela 16 – Execução de restos a pagar da ação 4460 no exercício de 2011	47
Tabela 17 – Execução da meta física da ação 4460 em 2011.	48
Tabela 18 – Obtenção de terras via decisões e acordos judiciais.....	48
Tabela 19 - Execução física da ação 2272-0135	50
Tabela 20 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-0135	50
Tabela 21 – Execução de restos a pagar da ação 2272-0135 no exercício de 2011	50
Tabela 22 - 2272-0135	51
Tabela 23 - Execução física da ação 8396	53
Tabela 24 - Execução orçamentário-financeira da ação 8396.....	53
Tabela 25 – Execução de restos a pagar da ação 8396 no exercício de 2011	53
Tabela 26 - ED 8396	54
Tabela 27 – PAs a serem beneficiados com obras de infraestrutura através do orçamento de 2011.55	55
Tabela 28 – Famílias atendidas com obras de infraestrutura em 2011.	56
Tabela 29 - Execução física da ação 8398	58
Tabela 30 - Execução orçamentário-financeira da ação 8398.....	58
Tabela 31 – Execução de restos a pagar da ação 8398 no exercício de 2011	58
Tabela 32 – Famílias atendidas por PA com serviços de medição e demarcação topográfica em 2011	59
Tabela 33 - Execução física da ação 4320	60
Tabela 34 - Execução orçamentário-financeira da ação 4320.....	60
Tabela 35 – Execução de restos a pagar da ação 4320 no exercício de 2011	60
Tabela 36 - ED 4320	61
Tabela 37 - Execução do programa 4320 em 2011	61
Tabela 38 - Execução física da ação realizada 4358	63
Tabela 39 - Execução orçamentário-financeira da ação 4358.....	63
Tabela 40 – Execução de restos a pagar da ação 4358 no exercício de 2011	63
Tabela 41 – Documentação de Concessão de Uso expedida em 2011.....	65
Tabela 42 - Execução física da ação 2B06.....	67
Tabela 43 - Execução orçamentário-financeira da ação 2B06.....	67
Tabela 44 – Execução de restos a pagar da ação 2B06 no exercício de 2011	67

Tabela 45 – Projetos trabalhados na ação 2B06 em 2011	68
Tabela 46 - Execução física da ação 0427	69
Tabela 47 - Execução orçamentário-financeira da ação 0427.....	69
Tabela 48 – Execução de restos a pagar da ação 0427 no exercício de 2011	69
Tabela 49 - Execução física da ação 2272-0137	72
Tabela 50 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-0137	72
Tabela 51 – Execução de restos a pagar da ação 2272-0137 no exercício de 2011	72
Tabela 52 - ED 2272-0137	73
Tabela 53 - Execução física da ação 2105	75
Tabela 54 - Execução orçamentário-financeira da ação 2105.....	75
Tabela 55 – Execução de restos a pagar da ação 2105 no exercício de 2011	76
Tabela 56 - ED 2105	76
Tabela 57 - Execução física da ação 4426	79
Tabela 58 - Execução orçamentário-financeira da ação 4426.....	79
Tabela 59 – Execução de restos a pagar da ação 4426 no exercício de 2011	79
Tabela 60 – ED4426.....	80
Tabela 61 - Execução física da ação 4572	86
Tabela 62 - Execução orçamentário-financeira da ação 4572.....	86
Tabela 63 – Execução de restos a pagar da ação 4572 no exercício de 2011	86
Tabela 64 - ED 4572	88
Tabela 65 - Execução física da ação 2109	90
Tabela 66 - Execução orçamentário-financeira da ação 2109.....	90
Tabela 67 – Execução de restos a pagar da ação 2109 no exercício de 2011	90
Tabela 68 – ED 2109.....	91
Tabela 69 - Execução física da ação 1642	94
Tabela 70 - Execução orçamentário-financeira da ação 1642.....	94
Tabela 71 – Execução de restos a pagar da ação 1642 no exercício de 2011	94
Tabela 72 - ED 1642	95
Tabela 73 - Execução física da ação 2272-1350	101
Tabela 74 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-1350	101
Tabela 75 – Execução de restos a pagar da ação 2272-1350 no exercício de 2011	101
Tabela 76 – ED 2272-1350	102
Tabela 77 - Execução física da ação 4470	104
Tabela 78 - Execução orçamentário-financeira da ação 4470.....	104
Tabela 79 – Execução de restos a pagar da ação 4470 no exercício de 2011	105
Tabela 80 – Famílias atendidas com serviços de ATES em 2011	105
Tabela 81 – PDA/PRA aprovados em 2011	106
Tabela 82 - Execução física da ação 2272-1427	107
Tabela 83 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-1427	107
Tabela 84 – Execução de restos a pagar da ação 2272-1427 no exercício de 2011	107
Tabela 85 - ED 2272-1427	108
Tabela 86 - Execução física da ação 2000	110
Tabela 87 - Execução orçamentário-financeira da ação 2000.....	110
Tabela 88 – Execução de restos a pagar da ação 2000 no exercício de 2011	111
Tabela 89 - ED2000	112
Tabela 90 - Execução física da ação 8402	114
Tabela 91 - Execução orçamentário-financeira da ação 8402.....	114
Tabela 92 – Execução física da ação 8402 em 2011	115
Tabela 93 – ED8402.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	18
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado	117
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	118
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	118
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	119
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	120
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	121
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	125
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	126
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	127
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	137
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	139
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011	141
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	141
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	142
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	143
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	143
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	144
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	144
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	145
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	146
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada	148
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados	148
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	150
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	150
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	154
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	155
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	155
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	156
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.	157
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	162

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	163
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	167
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	170
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	170
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	171
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	173
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....	176
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	177
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	179
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	180
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	182
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	185
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	202
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	203
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	210

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067.....	21
Figura II – Famílias assentadas em 2011	37
Figura III – Evolução anual de orçamento empenhado na ação 8374	45
Figura IV – Evolução anual de orçamento provisionado da ação 2272-0135.	51
Figura V – Servidores efetivos X servidores capacitados	88
Figura VI – Créditos empenhados em 2011 na ação 2000.....	111
Figura VII – Evolução anual da execução orçamentária da ação 2000	112
Figura VIII – Programação Orçamentária 2011 da SR-22.....	122
Figura IX – Crédito provisionado para a SR-22 em 2011.....	123

LISTA DE DECLARAÇÕES

Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv	162
Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	210

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CGU - Controladoria Geral da União

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPL - Comissão Permanente de Licitação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFC – Coordenação-Geral de Cadastro Rural

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

ED – Elemento de Despesa

GAPE - Gestão e Administração do Programa

GT – Grupo de Trabalho

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IMA – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NE - Norma de Execução

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PO - Programação Operacional
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB – Relação de Beneficiários
RG - Relatório de Gestão
RG2011 – Relatório de Gestão 2011
RP – Restos a pagar
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SR – Superintendência Regional do Incra
SR-18 - Superintendência Regional do Incra na Paraíba
SR-22 - Superintendência Regional do Incra em Alagoas
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 108 de novembro de 2010, o Relatório de Gestão 2011 da Superintendência Regional do INCRA em Alagoas (SR-22) visa apresentar de forma simples, objetiva, concisa e transparente a execução física e orçamentária desta Superintendência, no exercício de 2011, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

O Relatório está estruturado em consonância com os normativos dos órgãos de controle interno e externo, cabendo frisar que não se aplicam à realidade desta Superintendência os seguintes itens:

- I. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo
- II. Identificação das Unidades Orçamentárias;
- III. Programação de Despesas Correntes;
- IV. Programação de Despesas de Capital;
- V. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência;
- VI. Informações sobre Renúncia Tributária.

Ademais, os tópicos abaixo indicados, apesar de se aplicarem à natureza desta Superintendência, não houve conteúdo a ser declarado no exercício de 2011:

- I. Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária;
- II. Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural;
- III. Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais;
- IV. Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas;
- V. Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas;
- VI. Ação 2272-0138 – Gestão e Administração do Programa 0138;
- VII. Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos;
- VIII. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo;
- IX. Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social;
- X. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária;
- XI. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

- XII. Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada;
- XIII. Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados;
- XIV. Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados;
- XV. Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício;
- XVI. Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

O relatório expõe as principais realizações da gestão em 2011, bem como as principais dificuldades encontradas pela SR-22 para a realização dos objetivos traçados para o exercício de referência. No documento, será possível perceber a importância social, econômica e ambiental que esta Autarquia desempenha no Estado de Alagoas.

No tocante ao ordenamento fundiário houve significativo avanço na área de Cadastro. Ao mesmo tempo, foi alcançada a meta de demarcação topográfica.

No aspecto da obtenção de terras, manteve-se a prioridade ao planejamento das ações a partir de uma discussão franca e aberta com os movimentos sociais sobre os limites orçamentários da instituição.

Dentro da nova proposta governamental, a área de desenvolvimento e consolidação de assentamentos ampliou seu trabalho para a criação de condições adequadas de habitação, acesso a serviços públicos, assistência técnica e de melhoria da capacidade produtiva.

Do ponto de vista administrativo, ampliar os níveis de desempenho das divisões responsáveis pelas ações finalísticas encontrou limites devido a problemas e dificuldades constantes. A divisão da SR em duas sedes, por exemplo, apresenta-se como um dos principais obstáculos à harmonização e integração entre os vários setores e divisões do órgão.

A não atualização dos índices de produtividade gera uma baixa oferta de terras para desapropriação, especialmente nas regiões exploradas pela monocultura da cana ou pela pecuária.

O limitado número de servidores gera uma sobrecarga e sobreposição de tarefas que comprometem o desempenho da SR-22, a exemplo de outras no Brasil.

Finalmente, os efeitos da crise econômica causaram um contingenciamento orçamentário que se refletiu em todas ações e programas, não apenas em Alagoas, mas em todas as regionais.

PARTE "A" – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: Incra			
Código SIORG: 4144	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37.30.51	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(082) 3201-1950	(082) 3201-1952	
E-mail: lenilda.lima@mco.incra.gov.br, alessandra.costa@mco.incra.gov.br, ascom.maceio@mco.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua do Imperador, nº 105, Centro. Maceió-AL. CEP: 57020-030.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-lei nº 1.100, de 09 de julho de 1970: cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37.201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
37.30.51	37.201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo Decreto n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Cabe à Superintendência Regional do Incra em Alagoas, a SR-22, executar, no nível estadual, as políticas e diretrizes contidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e cuidar do ordenamento fundiário local. Considerando o histórico do estado, com uma das maiores densidades demográficas do País e índices sociais que indicam forte desigualdade e concentração de renda, a reforma agrária surge e se fortalece como uma política de distribuição de riquezas e de superação de situações de pobreza e miséria vividas pela população rural.

De acordo com dados do Sipra (base dezembro/2011), a SR-22 atende a 12.529 famílias assentadas em 163 projetos de assentamentos. Espalhados por 43 dos 102 municípios alagoanos, são 108,5 mil hectares de terras obtidas e reformadas, que dão nova configuração ao universo rural das regiões.

Através do ordenamento fundiário, a SR-22 fortalece os mecanismos estatais de certificação e controle da distribuição, concentração, posse, propriedade e uso dos imóveis e regime de domínio. Os avanços nessa área se constituem em importante ferramenta para elucidar o efetivo exercício da função social da terra. Isso possibilita o acúmulo de informações fundamentais para o trabalho de obtenção com vistas à aquisição de áreas para assentamentos de famílias nesse mundo rural tão desigual em nosso estado.

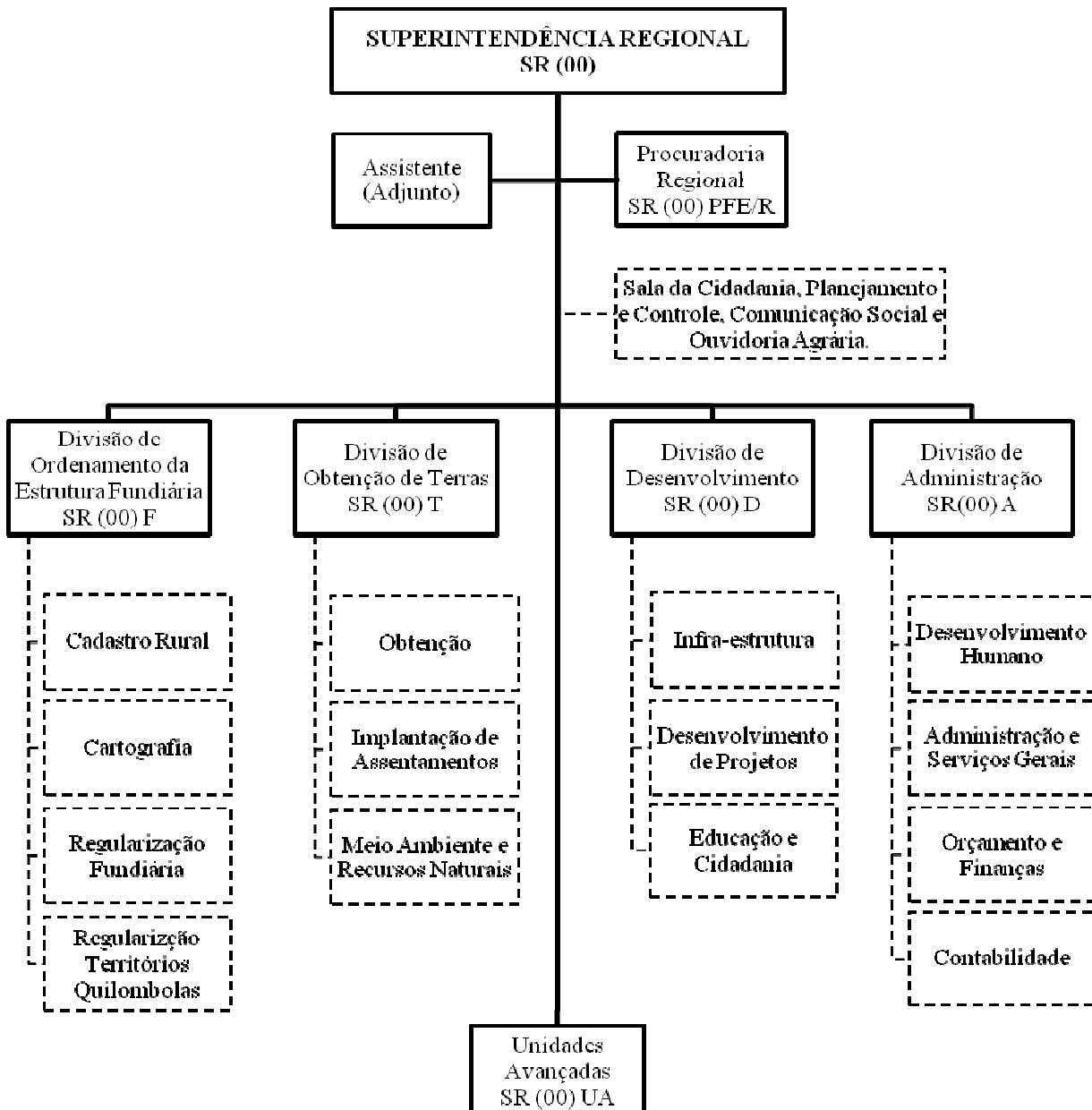
Superando as questões agrárias locais advindas do peso econômico e social da agroindústria do açúcar e do crescimento da pecuária de corte, acentuadas por índices de avaliação de produtividade anacrônicos, o volume da área reformada constitui numa conquista do Estado brasileiro, com a efetiva participação dos movimentos sociais. Tal envolvimento encontra-se no eixo das políticas levadas a cabo pela gestão do Incra em 2011, que deverá se fortalecer no presente ano.

Para além das questões do ordenamento fundiário e da obtenção de imóveis, a SR-22 tem se empenhado na completa associação com a proposta de uma nova visão de assentamento, baseada no aporte crescente de recursos para desenvolvimento, consolidação e emancipação das famílias

assentadas. Ações efetivas conseguem superar os entraves burocráticos e orçamentários, bem como a escassez de recursos humanos, e levar às famílias a liberação de linhas de crédito para a construção e reforma de casas, o fomento à produção, a recuperação de áreas degradadas, a educação no campo e a oferta de assessoramento e assistência técnica ao produtor. Além disso, nas áreas de conflito e naquelas que se constituem o passo anterior à criação de assentamentos, há ainda a liberação de cestas básicas, lonas e disponibilidade de assessoramento jurídico e de mediação e negociação de crises.

Apesar das dificuldades encontradas, como em relação a pessoal, estrutura das sedes e insuficiência de equipamentos, sobretudo de veículos adequados à realidade geográfica do estado, a SR-22 alcançou a maioria de suas metas, levando ao público alvo da instituição resultados significativos dessa importante política de estado, que é a reforma agrária.

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não

estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme detalhado abaixo e nos tópicos que seguem:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao **Gabinete** da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de

análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, ceremonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma

agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

2) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

Não há Unidade avançada no âmbito desta Superintendência Regional do Incra em Alagoas.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Em relação à estratégia de atuação no ano, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária avançou significativamente na área de Cadastro, conforme apresentado ao longo deste Relatório. Alcançamos a meta estipulada na ação de Demarcação Topográfica, assim como superamos em

mais de 100% as metas da ação de Cadastro Rural. A equipe atual é de muita qualidade, portanto cabem a ela, os louros dos resultados alcançados.

Há de se ter uma visão do Cadastro como instrumento de fiscalização da função social. Por um lado ele impede a profusão do minifúndio sem sustentabilidade econômico-social, por outro lado ele fiscaliza os imóveis acima de 15 módulos fiscais, para aferição de sua produtividade e de seu grau de exploração econômica. É, portanto um instrumento valioso de auxílio à reforma agrária e de governança do ordenamento fundiário do país. Porém se não lhe forem dadas condições de trabalho e de eficácia, corre o risco de virar um amontoado de dados sem expressão e sem finalidade.

O trabalho de reconhecimento de limites e titulação de Comunidades Quilombolas tende muito a aumentar. No início de 2012, já existem mais três pedidos de titulação e acreditamos que outros surgirão durante o ano. Então, faz-se necessário uma melhor estruturação de pessoal e equipamentos para o setor responsável. Precisaremos de bastante recurso para 2012 e nossa eficácia depende dessa estruturação.

Quanto à Cartografia possuímos uma boa equipe, bem dotada de equipamentos, porém ela carece interagir melhor com os demais setores da SR-22. Nos aspectos de instrução processual e de tomada de decisões, a administração local deve atentar mais para distribuição dos papéis dos atores nos processos de demarcação topográfica. A quem cabe fazer o quê. Essa reflexão faz-se necessária para 2012.

Por último, sempre é bom frisar que a divisão da SR em dois espaços físicos, situados em prédios diferentes, prejudica bastante a integração entre os órgãos internos da SR-22. Esse é um problema que precisa ser resolvido com urgência.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

À Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de

terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Em relação à estratégia de atuação no ano, destacamos que, sendo o INCRA responsável pela execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, ele auxilia no combate à miséria, meta importante nas diretrizes de governo.

Dessa forma, o INCRA é um instrumento importante no combate à miséria, pois proporciona inserção social a famílias de pequenos agricultores sem terra, desconcentrando riquezas e, consequentemente, distribuindo renda, um papel importante no Estado de Alagoas onde há uma grande concentração fundiária e de riquezas e a monocultura da cana-de-açúcar ainda é atividade econômica dominante.

A Divisão de Obtenção de Terras manteve a sua estratégia de ação no exercício de 2011, planejando suas ações com base na análise da demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de Reforma Agrária, como o número de áreas vistoriadas, a quantidade de acampados, a localização dos acampamentos, o número de famílias assentadas, a

localização dos assentamentos, a localização das vistorias bem sucedidas, os limites orçamentários, os custos do hectare, o custo por família, as áreas prioritárias, entre outras informações.

No direcionamento nacional, o foco prioritário no Desenvolvimento dos Assentamentos foi mantido, refletindo diretamente na destinação dos recursos orçamentários. A escassez de recursos da obtenção exigiu a execução apenas de ações prioritárias, como o atendimento às demandas das Conciliações na Vara Agrária e a continuidade dos processos que já estavam em andamento.

Mesmo realizando apenas as ações prioritárias cumprimos a maioria das metas estabelecidas, exceto a de assentamento de famílias. O baixo desempenho no assentamento de famílias é um reflexo das dificuldades encontradas para finalizar os processos de obtenção de imóveis.

A desatualização dos índices de produtividade continua contribuindo para a baixa oferta de terras para desapropriação, especialmente nas regiões exploradas pela monocultura da cana ou pela pecuária.

Nos processos de aquisição pelo Decreto 433/92, as maiores dificuldades encontradas referem-se aos valores dos imóveis e à elaboração da cadeia dominial.

A Divisão de Obtenção de Terras apenas avalia imóveis com base em bancos de dados atualizados de ofertas e negócios realizados. Sempre que é preciso realizar a avaliação de um imóvel, coletamos informações sobre ofertas e negócios realizados, entretanto os valores pretendidos pelos proprietários baseavam-se majoritariamente nas bases da especulação imobiliária. A discordância com os valores propostos nos laudo do INCRA é um grande empecilho para o prosseguimento de muitos processos de aquisição.

A inexistência do completo mapeamento fundiário do Estado e a precariedade do acervo e das informações prestadas pelos cartórios dificultam a elaboração da cadeia dominial dos imóveis. Por fim, a própria escassez de recursos para indenização dos imóveis também funcionou como uma dificuldade para a conclusão de alguns processos de obtenção.

O limitado número de servidores e de materiais trouxe dificuldades administrativas no exercício de 2011. Vários servidores acumularam atividades e não foi possível avançar nas ações de monitoramento e planejamento das atividades (planilhas gerenciais). Mesmo com todas as dificuldades, a Divisão de Obtenção vem tentando executar todas as suas atividades de maneira satisfatória e eficiente.

Todas as iniciativas visam continuar avançando com a Reforma Agrária no Estado e cada vez com mais qualidade e eficiência nos gastos e resultados das ações. No exercício de 2012, a

Divisão de Obtenção de Terras pretende priorizar a melhora na elaboração de planilhas gerenciais de planejamento e controle das ações.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

À **Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D** - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio;

Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Em relação à estratégia de atuação no ano, a Divisão processa sua política a partir de dois grandes programas: o programa 0137 (Assentamento para Trabalhadores Rurais) e o programa 1427 (Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura). As ações da Divisão de Desenvolvimento referendam a nova proposta governamental de prioridade ao fortalecimento e desenvolvimento sustentável dos assentamentos já constituídos, com base na criação de condições para produção e comercialização, acesso a serviços públicos essenciais, assistência técnica e moradia digna. O objetivo é dotar as famílias assentadas dos instrumentos necessários à sua autonomia e emancipação.

Para que os objetivos maiores da Divisão sejam alcançados, torna-se fundamental a realização das ações de implantação e recuperação de infraestrutura; demarcação topográfica;

titulação, concessão e destinação de imóveis rurais (aqui inserida a fiscalização da situação ocupacional de lotes); concessão de crédito instalação às famílias assentadas; e a assistência técnica, social e ambiental.

Os níveis de execução que têm sido alcançados pela SR 22 nos últimos exercícios colocam Alagoas dentro das expectativas nacionais. O volume de recursos para o desenvolvimento dos assentamentos tem crescido em virtude na nova realidade das áreas reformadas e em função de uma nova lógica governamental. Tão importante quando obter imóveis e criar os assentamentos é dotá-los dos instrumentos necessários para inseri-los no desenvolvimento econômico local. Com a ampliação dos recursos para o crédito instalação e as possibilidades de convênios de assistência técnica, os assentamentos passaram a ser uma referência nos municípios, desde a qualificação dos assentados ao aumento da produção. Esse círculo positivo acaba por trazer demandas novas e específicas, transformadas em pressões por parte das famílias assentadas. A eletrificação, a água potável, o transporte, as estradas, e outras demandas passam a ser uma constante dentro do Incra, pois são elementos imediatamente associados aos investimentos em construção e reforma de moradias, em apoio, fomento e qualificação técnica da produção. Dessa forma, o leque de programas e ações e seu crescimento criam novas e insurgentes demandas indiretas, que exercem uma forte pressão sobre a autarquia.

Tal crescimento, se por um lado tem conseguido dar nova face à realidade dos assentamentos, também traz consequências sérias à implementação qualificada de tais programas, pois o investimento em recursos humanos e os recursos para custeio da máquina não acompanham essa nova realidade. A sobrecarga é real. Em Alagoas, a tarefa já gigantesca da Divisão ganhou um adendo. Como ocorreu em alguns outros estados, a imprensa lançou várias matérias de denúncias de ocupação ilegal de lotes. O trabalho normal de fiscalização da situação ocupacional de lotes teve de ser priorizado, fazendo com que a SR, devido à repercussão negativa da situação, envidasse esforços extraordinários para responder à opinião pública.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível o acréscimo do corpo técnico da Divisão bem como a ampliação dos recursos para o custeio, uma vez que tais ações fiscalizadoras requerem deslocamentos freqüentes de servidores às áreas reformadas. O somatório de ações comparado ao que se dispõe em termos de recursos humanos e apoio estrutural tem gerado uma equação desigual. A consequência é a realização de inúmeras tarefas sobrepostas, mas com nível de qualidade questionável. Ainda assim, graças a um esforço conjunto da equipe, foi possível superar muitas dificuldades e apresentar índices consideráveis em termos de execução.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

À **Divisão de Administração - SR(00)A** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à

execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 1 - Execução física da ação 8384

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	4	Família assentada (und)	1900	162	0	162	8,5	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 2 - Execução orçamentário-financeira da ação 8384

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
197.814,02	101.584,56	95.098,22	93,6	89.098,22	87,7	89.098,22	87,7

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 3 – Execução de restos a pagar da ação 8384 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
7.000,00	117,25	6.882,75	0,00

Fonte: SIAFI.

Fator importante na democratização do acesso a terra no Brasil, os assentamentos rurais se constituem, hoje, em espaços de geração de emprego e renda e do próprio desenvolvimento regional. Em Alagoas, no exercício de 2011, 03 projetos de assentamentos foram criados, com capacidade para assentar 184 famílias: PA Prazeres, em Flexeiras, PA Santa Maria III, em Maribondo, e PA Matas do Gajuru, em São Miguel dos Campos.

A ação 8384 (Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária) tem por finalidade cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

O SIPRA registra o assentamento de 162 famílias em Projetos de Assentamento (PAs) de Alagoas no ano de 2011: 120 famílias assentadas em área desapropriada e 42 famílias assentadas em área comprada. Destacamos ainda que 78 dessas famílias foram assentadas em PAs criados no atual exercício, enquanto as outras 84 famílias foram assentadas em PAs criados em exercícios anteriores, revelando a importância do trabalho de retomada de lotes em assentamentos antigos.

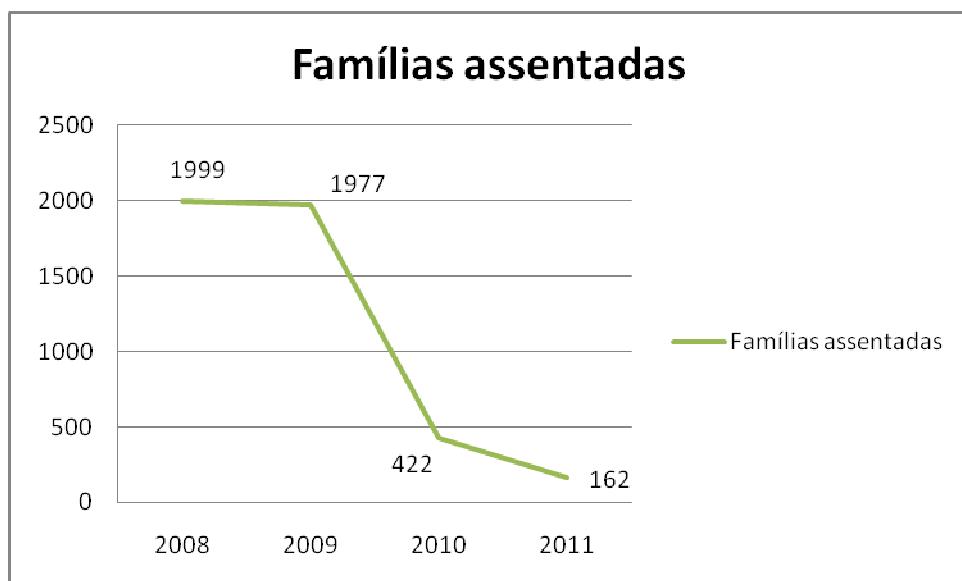


Figura II – Famílias assentadas em 2011.

O gráfico acima, ao apresentar a evolução anual de famílias assentadas, expõe a tendência de decréscimo do número de famílias assentadas ao longo dos anos, sugerindo, talvez, que as ações do Incra focam, cada vez mais, no desenvolvimento dos assentamentos, deixando em segundo plano a obtenção de terras e suas subsequentes etapas: criação de novos PAs e assentamento de famílias.

O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução orçamentária desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	46.294,00	45.430,78	45.430,78	-	45.430,78	863,22
339030	28.682,56	27.807,94	21.807,94	6.000,00	21.807,94	874,62
339036	26.608,00	21.859,50	21.859,50	-	21.859,50	4.748,50

Tabela 4 - ED 8384

Devido à natureza da ação, os recursos foram gastos predominantemente em deslocamento de servidores (diárias, combustíveis e manutenção de veículos).

A Superintendência Regional do INCRA em Alagoas não conseguiu executar a meta física de assentar 1900 famílias e vários fatores contribuíram para isso. O primeiro obstáculo foi a própria caracterização de início de um novo governo. Cerca de onze imóveis que tiveram os seus Kits de Avaliação ou Kits Decreto enviados à Brasília nos exercícios de 2010 e de 2011 não tiveram seus recursos disponibilizados e/ou seus Decretos Declaratórios de interesse Social publicados.

Assim como em 2010, o limite orçamentário para indenização de imóveis não foi suficiente para cobrir todas as propostas de compra e/ou desapropriação encaminhadas pelas Superintendências.

A Divisão de Obtenção fez gestões junto ao IMA (Instituto de Meio Ambiente) e conseguiu melhorar o processo de licenciamento, mas a demora na expedição das licenças prévias para criação de projetos de assentamento ainda é um entrave.

Mantivemos o foco em auxiliar a Divisão de Desenvolvimento nas ações de supervisão ocupacional dos lotes. Nessa perspectiva, designamos técnicos para compor as equipes de vistorias que finalizaram as vistorias de 1066 lotes no Estado, dos quais cerca de 20% foram identificados como estando em situação *irregular*. Esses processos irão compor a meta de assentamento de 2012, vez que precisam respeitar o devido processo legal (notificação, ampla defesa/contraditório etc.). A Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária - custeou os gastos com os cadastros de famílias ocupantes irregulares.

Esses entraves contribuíram para a não finalização dos processos de obtenção de imóveis e, consequentemente, para a baixa inclusão de novas famílias no programa nacional de reforma agrária.

A Divisão de Obtenção, sob a orientação do INCRA Nacional, iniciou o cadastramento dos acampamentos em todo o estado. Essa atividade, também custeada pela ação 8384, tem um caráter fundamental de diagnóstico e subsidiará as futuras ações da Divisão, visando, principalmente,

eficiência na escolha e seleção de imóveis e áreas prioritárias, visando o menor custo/maior execução.

Essa ação atendeu ainda a diversas diligências relativas à identificação e correção de inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Lotes foram vistoriados e famílias entrevistadas para oferecer subsídios à avaliação jurídica da permanência ou não de famílias nos assentamentos.

Como em outros exercícios, a Divisão de Obtenção manteve, dentro do possível, a execução das ações de cadastramento de famílias (imóvel São Félix, imóvel Matas do Gajuru, imóvel Prazeres, Resex Jequiá da Praia, imóvel Fomento, imóvel Curral de Fora, imóvel Arapuá e outros) aguardando a finalização dos processos de obtenção. Infelizmente esses processos, por motivos diversos, não foram finalizados até 31/12/2011.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schimidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 5 - Execução física da ação 8387

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0135.8387	A	4	Área vistoria da (ha)	6.000,00	7081,67	0	7081,67 ²	118	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 6 - Execução orçamentário-financeira da ação 8387

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
119.000,00	89.548,90	88.882,73	99,26	86.116,73	96,17	86.116,73	96,17

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 7 – Execução de restos a pagar da ação 8387 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
1.978,37	1.924,51	0,00	53,86

² Os números presentes no Módulo Monitoramento do SIR e no SIGPLAN destoam do apresentado pela área responsável no momento da apresentação da justificativa da execução da ação para composição deste Relatório de Gestão. A Divisão de Obtenção de Terras afirma estar “melhorando as ações de planejamento e monitoramento para assegurar o avanço da eficiência na execução das metas físicas”.

Fonte: SIAFI.

A ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais - objetiva promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e outras formas de obtenção. Além disso, tal ação promove a fiscalização da função social da propriedade rural, que abrange além da verificação da produtividade, a verificação do cumprimento das funções de bem-estar, trabalhista, ambiental e dos direitos humanos.

Por ser uma ação executada essencialmente no campo, os créditos desta ação são tradicionalmente aplicados para cobrir despesas com deslocamento de servidores (diárias e combustíveis). O quadro abaixo apresenta o detalhamento da execução orçamentária da ação em 2011.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	42.884,00	42.718,33	42.718,33	-	42.718,33	165,67
339030	6.102,55	5.602,55	5.602,55	-	5.602,55	500,00
339033	4.534,00	4.534,00	1.834,00	2.700,00	1.834,00	-
339036	21.506,00	21.505,50	21.505,50	-	21.505,50	0,50
339039	3.000,00	3.000,00	3.000,00	-	3.000,00	-
339047	396,00	396,00	330,00	66,00	330,00	-
339139	11.126,35	11.126,35	11.126,35	-	11.126,35	-

Tabela 8 - ED 8387

São alocados nessa ação também despesas com perícias judiciais, imissões na posse, realização de levantamento de dados pré-vistorias, vistorias para obtenção de informações complementares, passagens, além de publicações de editais no Diário Oficial da União.

Em 2011, tal ação executou R\$86.116,73 (oitenta e seis mil cento e dezesseis reais e setenta e três centavos) - valor liquidado e pago. Com esses recursos foi realizada vistoria de 7.081,67 hectares (118,02% do previsto na PO2011), em 19 imóveis. Parte das vistorias refere-se a levantamento de informações complementares a vistorias realizadas anteriormente. Isso reflete no custo da ação, pois conseguimos executar um percentual maior do que a meta estabelecida inicialmente, utilizando menos recursos do que o programado. Priorizamos concluir processos em andamento. A execução da meta física é detalhada no quadro abaixo.

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	OBJETIVO
Recanto das Baianinhas	Porto de Pedras	416,00	Desapropriação
Mumbuca	Murici	287,20	Aquisição
Antônio Miranda	Atalaia	447,94	Desapropriação
Maria de Lourdes	Atalaia	512,49	Desapropriação
Dona Lúcia	Atalaia	465,17	Desapropriação
Pindoba I	União dos Palmares	300,00	Desapropriação
Cancela de Ferro	Girau do Ponciano	279,69	Aquisição
Poldrinho	Olha D'água do Casado	295,66	Aquisição
Olhos D'água	Atalaia	219,00	Aquisição
Capoeira Dos Reis	Joaquim Gomes	550,00	Desapropriação
Triunfo	Atalaia	95,36	Desapropriação
Nova	Craíbas	446,96	Aquisição
Lagoa da Pia	Delmiro Gouveia	606,00	Aquisição
Jaburu	Mata Grande	224,43	Desapropriação
Itabaiana	Mata Grande	579,92	Desapropriação
Boa Vista	Água Branca	110,36	Aquisição
São Félix	Major Isidoro	495,49	Aquisição
Mutuns e Anexos	Teotônio Vilela	550,00	Aquisição
Gruta de Camões	Marechal Deodoro	200,00	Desapropriação
TOTAL		7.081,67	

Tabela 9 – Meta Física Executada em 2011 na Ação 8387

Mantivemos a estratégia utilizada no exercício de 2010, priorizando processos em andamento e diminuindo gastos sem abrir mão da qualidade dos trabalhos. Isso permitiu diminuir ainda mais o custo de vistoria por hectare (2009 - 60,05R\$/ha; 2010 – 16,10R\$/ha; 2011 - 12,64R\$/ha).

Executamos ainda a atualização de seis microrregiões da planilha referencial de preços de terras, garantindo subsídios para a justa avaliação e indenização de imóveis vistoriados pelo INCRA. Já definimos como ação prioritária para 2012 a conclusão da atualização das demais microrregiões.

É preciso salientar que apesar de termos obtido êxito no alcance da meta física proposta, essa execução ainda está abaixo das nossas expectativas, pois com uma demanda de cerca dez mil

famílias acampadas seria necessário vistoriar mais imóveis, mas as próprias dificuldades orçamentárias e de recursos humanos e materiais são obstáculos a serem vencidos.

Estamos melhorando as ações de planejamento e monitoramento para assegurar o avanço da eficiência na execução das metas físicas.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 10 - Execução física da ação 8374

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	4	Licença ambiental protocolada (und)	31	16	0	16	51,6	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 11 - Execução orçamentário-financeira da ação 8374

PO 2011		Provisão Recebida		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)		
489.927,45	57.867,48	54.812,53	94,7	53.832,33	93	53.832,33	93		

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 12 – Execução de restos a pagar da ação 8374 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
8.657,21	8.657,21	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Para um imóvel cumprir a sua função social, conforme previsto no artigo 186 da Constituição Federal, não basta apenas ser produtivo do ponto de vista economicista, mas também cumprir as funções de bem-estar, trabalhista e ambiental. Esta última função, que visa garantir a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, é trabalhada, no Incra, sobretudo através da ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

No exercício de 2008, o convênio CRT/AL/1.000/08, celebrado entre esta Autarquia e o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA), reduziu significativamente o passivo de licenciamento, ao regularizar a situação de 136 projetos de assentamento, através da emissão de Licença de Instalação e Operação (LIO). A eficiência de tal convênio garantiu a redução de despesas nos exercícios seguintes no âmbito da ação 8374, como podemos observar através do gráfico abaixo.

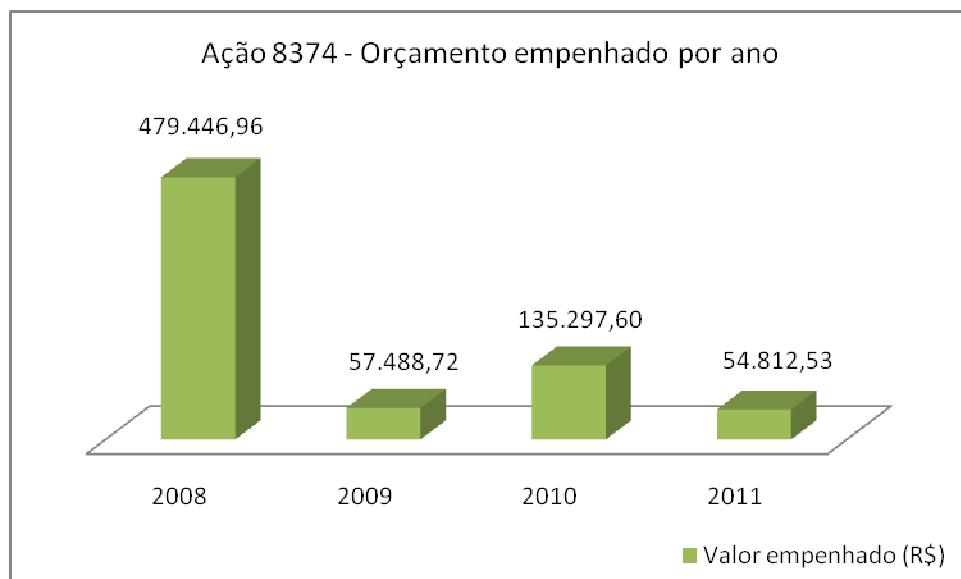


Figura III – Evolução anual de orçamento empenhado na ação 8374

Com o passivo de LIO reduzido, as despesas na ação 8374 se concentram no custeio de atividades de fiscalização, de atendimento das condicionantes de LIO e no pagamento de taxas para emissão de licenças prévias (LPs). O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa no exercício de 2011.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	27.642,56	24.587,61	24.587,61	-	24.587,61	3.054,95
339030	10.086,23	10.086,23	10.086,23	-	10.086,23	-

339039	1.491,20	1.491,20	1.491,20	-	1.491,20	-
339047	15.647,49	15.647,49	15.647,49	-	15.647,49	-
339139	3.000,00	3.000,00	2.019,80	980,20	2.019,80	-

Tabela 13 - ED 8374

A ação de licenciamento ambiental dos assentamentos de Reforma Agrária executou em 2011 apenas R\$ 54.812,53 (cinquenta e quatro mil oitocentos e doze reais e cinqüenta e três centavos), promovendo o protocolo de 16 licenças ambientais junto ao órgão ambiental, sendo 12 Licenças Prévias (LPs) e 4 Licenças Instalação e Operação (LIO). Nesse somatório estão contabilizadas solicitações de licenças novas e de renovações de licenças.

De outro lado, esta Superintendência Regional obteve efetivamente, em 2011, 4 Licenças Prévias (25% das licenças encaminhadas). Como o passivo de licenças estava quase zerado, houve um superdimensionamento da previsão de meta a ser executada e as ações executadas foram adequadas às demandas da regional.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 14 - Execução física da ação 4460

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	2500	2607,3353	0	2607,3353	104,2	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 15 - Execução orçamentário-financeira da ação 4460

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
8.294.000,00	2.381.191,43	2.232.343,57	93,7	1.882.983,72	79	1.882.983,72	79

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 16 – Execução de restos a pagar da ação 4460 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
1.781.535,21	1.684.157,85	55.853,97	41.523,39

Fonte: SIAFI.

A finalidade da ação 4460 (Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária) é obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta visando à criação de assentamentos de trabalhadores rurais. Em 2011, foram obtidos 2607,3353 hectares por meios onerosos (desapropriação e compra), a partir do pagamento de TDA referente a 5 imóveis, além de 430,19

hectares de 1 imóvel, através de acordo judicial, representando investimento orçamentário empenhado total da ordem de R\$2.232.343,57 (dois milhões duzentos e trinta e dois mil trezentos e quarenta e três reais e cinqüenta e sete centavos).

Cabe esclarecer que os padrões de monitoramento desta ação indicam que a meta é considerada realizada após a emissão de TDA (Título da Dívida Agrária) e a consequente descentralização de recursos para pagamento de benfeitorias. Nesse sentido, segue abaixo quadro com o detalhamento da meta física realizada nesta ação em 2011.

Município	Imóvel	Ha	Famílias	Benfeitorias (R\$)	Sobra TDAs (R\$)	Total (R\$)
São Miguel dos Campos	Matas do Gajuru	410,4873	51	1.604.295,05	10,06	1.604.305,11
Joaquim Gomes	Novo Horizonte	265,7256	25	297.800,17	82,94	297.883,11
Mata Grande	Arapuá	134,4000	11	51.462,53	7,37	51.469,90
Mata Grande ³	Curral de Fora	442,0300	25	148.105,95	64,75	148.170,70
Joaquim Gomes	Fazenda Boa Escolha, S. J. Tadeu	1354,6924	110	278.620,85	57,76	278.678,61
TOTAL		2607,3353	222	2.380.284,55	222,88	2.380.507,43

Tabela 17 – Execução da meta física da ação 4460 em 2011.

Os dois primeiros imóveis da tabela acima foram adquiridos através do processo de compra de imóveis. Os demais foram obtidos através da via da desapropriação de imóveis.

A tabela abaixo apresenta as terras obtidas através de decisões e acordos judiciais, de acordo com informações da Diretoria de Obtenção de Terras.

Município	Imóvel	Ha	Famílias	Benfeitorias (R\$)	Sobra TDAs (R\$)	Total (R\$)
Porto de Pedras	Fazenda Boa Vista	430,19	76	-	6,84	6,84
TOTAL		430,19	76	-	6,84	6,84

Tabela 18 – Obtenção de terras via decisões e acordos judiciais.

Finalmente, resta esclarecer que nem toda terra obtida num ano vira assentamento neste mesmo ano, portanto, o montante de terras obtidas de forma onerosa em 2011 virá a ser assentamento somente em 2012 ou mesmo em anos subsequentes, dependendo do andamento específico de cada processo judicial.

³ Apesar dos créditos orçamentários relativos a esse imóvel não terem sido empenhados, o imóvel é contabilizado na meta física, em virtude dos conceitos de monitoramento dessa ação considerar que a meta física é contabilizada como concluída “após a emissão de TDA” e a consequente descentralização de recursos para pagamento de benfeitorias.

Salientamos que apesar de termos cumprido a meta física desta ação, os recursos disponibilizados ainda são insuficientes, pois temos imóveis cujos kits de avaliação estão em Brasília e que não seguiram seu trâmite normal devido à escassez de recursos.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 19 - Execução física da ação 2272-0135

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0135.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 20 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-0135

PO 2010	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
10.000,00	37.663,62	36.586,14	97,1	24.405,64	64,8	24.405,64	64,8

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 21 – Execução de restos a pagar da ação 2272-0135 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Servindo como um centro de custos administrativos do programa 0135 (Assentamento para Trabalhadores Rurais), agregando as despesas que não são passíveis de apropriação nas ações finalísticas do referido programa, a ação 2272 (Gestão e Administração do Programa) tem apresentado, nos últimos exercícios, dotação orçamentária bem abaixo da ideal, conforme expõe o gráfico abaixo.

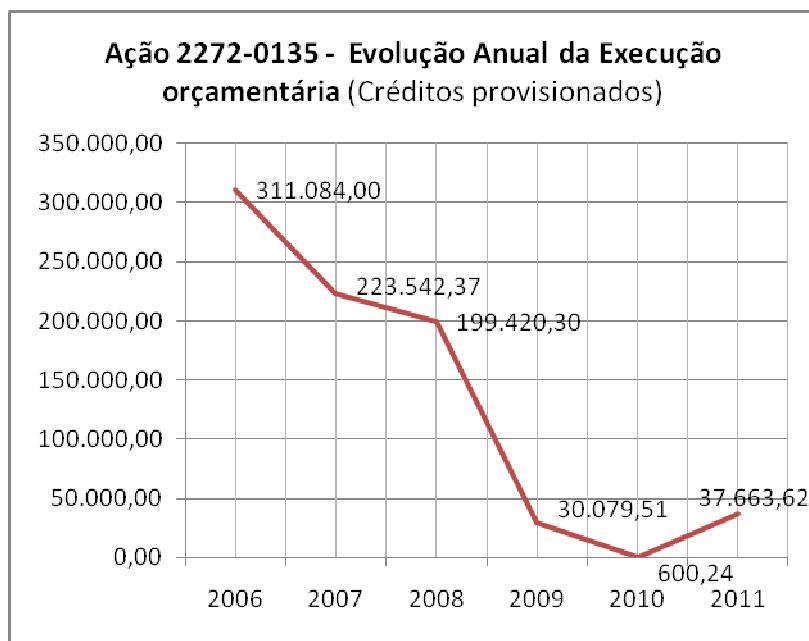


Figura IV – Evolução anual de orçamento provisionado da ação 2272-0135.

Afinal, o programa 0135 possui 04 ações finalísticas trabalhadas por esta Superintendência Regional e o montante de R\$37.663,62 (trinta e sete mil seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) provisionado no exercício de 2011 para a ação 2272 se mostra insuficiente para o alcance da finalidade da mesma. Ou seja, ano após ano, o crédito provisionado nesta ação não acompanha a expansão das ações finalísticas.

O montante empenhado em 2011, no valor de R\$36.586,14 (trinta e seis mil quinhentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos), custeou principalmente o deslocamento de técnicos para realização de trabalhos no campo, conforme expõe o quadro de detalhamento abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	13.343,10	12.347,08	12.347,08	-	12.347,08	996,02
339030	5.640,02	5.558,56	5.558,56	-	5.558,56	81,46
339039	18.680,50	18.680,50	6.500,00	12.180,50	6.500,00	-

Tabela 22 - 2272-0135

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: .

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 23 - Execução física da ação 8396

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida (und)	626	0	2030	2030	324,2	750

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 24 - Execução orçamentário-financeira da ação 8396

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
3.445.815,00	7.967.250,25	7.967.250,25	100	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 25 – Execução de restos a pagar da ação 8396 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
15.747.359,99	900.810,82	9.818.014,46	5.028.534,71

Fonte: SIAFI.

A abertura de estradas vicinais e a implantação de rede elétrica, de sistemas de captação e distribuição de água e de saneamento básico nos Projetos de Reforma Agrária, beneficiam não só o assentamento, mas toda a região circunvizinha. Os recursos do Governo Federal, que objetivam

prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica, estão alocados na ação 8396 (Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento).

A execução orçamentário-financeira desta ação, assim se mostrou no exercício de 2011: o montante de créditos empenhados foi de R\$7.967.250,25 (sete milhões novecentos e sessenta e sete mil duzentos e cinqüenta reais e vinte e cinco centavos), 231% da meta e 100% do total provisionados. Nenhum valor foi liquidado, nem pago nesta ação. Os contratos assinados em 2011 terão impacto apenas na meta física do exercício de 2012, quando deve se dar a liquidação e o pagamento dos recursos.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
449051	7.876.289,25	7.876.289,25	-	7.876.289,25	-	-
449092	90.961,00	90.961,00	-	90.961,00	-	-

Tabela 26 - ED 8396

A execução acima exposta fundamentou a celebração de contrato com a empresa MULT Construções Ltda, com valor global de R\$3.214.339,05 (três milhões duzentos e quatorze mil trezentos e trinta e nove reais e cinco centavos), que visa beneficiar famílias assentadas, através da construção de pontes e recuperação de estradas, conforme detalhamento da tabela que segue.

PA	Município	Obra
Sílvio Viana	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
Santa Cruz do Riachão	Matriz de Camaragibe	Recuperação de estrada
Santa Cruz do Riachão	Matriz de Camaragibe	Construção de 1 ponte
Florestan Fernandes	Matriz de Camaragibe	Recuperação de estrada
Florestan Fernandes	Matriz de Camaragibe	Construção de 1 ponte
Duas Barras II	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
São João do Bom Conselho I e II	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
Boa Vista	Jacuípe	Recuperação de estrada
Bom Conselho	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
Poço de Antas	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
Santa Luzia	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
Canafistula	Jacuípe	Recuperação de estrada
São Frutuoso	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
São Frutuoso 1	São Luiz do Quitunde	Construção de 1 ponte
São Frutuoso 2	São Luiz do Quitunde	Construção de 1 ponte
Guanabara	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
Catucá	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
São José dos Milagres	São Luiz do Quitunde	Recuperação de estrada
Espírito Santo	Joaquim Gomes	Construção de 1 ponte

Tabela 27 – PAs a serem beneficiados com obras de infraestrutura através do orçamento de 2011.

O restante dos créditos orçamentários do elemento de despesa 449051 foi utilizado para firmar termos aditivos nos contratos celebrados em 2010 com as empresas Mult Construções Ltda, Construtora Dias Correia Ltda., Delphos Engenharia Ltda. e CML Construtora Moreira Lima Ltda.

Tais aditivos se fizeram necessários devido à alocação de sarjetas laterais e outros mecanismos de drenagens das águas em várias estradas que foram iniciadas. As fortes chuvas de 2011, entre os meses de abril a outubro, causaram assoreamento e erosões em áreas que antes não tinham sido atingidas. Não se poderia garantir a durabilidade das mesmas sem esses elementos por se tratar de estradas vicinais onde a manutenção das valetas e manilhas não acontece regularmente, nem por conta do INCRA nem pelos assentados ou pelas prefeituras municipais. Uma das causas é a inexistência de orçamento e ou contratos extras para executarmos tais manutenções, a exemplo das estradas asfaltadas que são de competência do DER e DNIT. O fato é que sanear o problema da manutenção só será possível quando da chegada de novos recursos orçamentários para o exercício de 2012.

As ações de Infraestrutura da SR-22 são ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos. Através delas insere-se um grande número de famílias no ciclo produtivo e na vida social do município, com o escoamento da produção, deslocamento de estudantes, circulação de mercadorias, além do acesso às demais políticas públicas, como a educação, a saúde e a assistência social.

O crédito orçamentário utilizado através da rubrica 449092 é relativo à despesa de exercício anterior (2010) com a empresa System Engenharia Ltda. A empresa teve seus serviços executados nos projetos de assentamento Eldorado dos Carajás, no município de Branquinha, e Pindoba, no município de União dos Palmares. Devido a problemas na renovação do contrato e reajuste legal, desde 2007 a empresa não recebeu pelos serviços prestados, os quais só foram efetivamente pagos no final do exercício de 2011.

As metas físicas alcançadas no exercício de 2011 estão relacionadas a contratos firmados em exercícios anteriores. Em 2011, o Incra atendeu 2.030 famílias, através da construção de 10 pontes e da recuperação de 94,8Km de estradas, conforme detalhamento da tabela abaixo.

PA	Município	Famílias Atendidas	Obra
Chico Mendes	União dos Palmares	70	22 Km de estrada recuperada

Serra preta	União dos palmares	116	6,5 km de estrada recuperada
Cavaco	União dos Palmares	142	7,8 km de estrada recuperada
Cavaco	União dos Palmares	142	Construção de 1 ponte.
Serrana	União dos Palmares	170	Construção de 1 ponte.
Serrana	União dos Palmares	170	Construção de 1 ponte.
Serrana	União dos Palmares	170	Construção de 1 ponte.
Loango	Cajueiro	80	12 Km de estrada recuperada
Milton Santos	Atalaia	30	6 Km de estrada recuperada
Ouricuri 2	Atalaia	60	8 Km de estrada recuperada
Miranda	Atalaia	30	4 Km de estrada recuperada
São Luiz	Atalaia	140	4,5 Km de estrada recuperada
Quinta da Serra	Atalaia	140	12 Km de estrada recuperada
Milton Santos	Atalaia	30	Construção de 1 ponte.
Quinta da Serra	Viçosa	140	Construção de 1 ponte.
Quinta da Serra	Viçosa	140	Construção de 1 ponte.
Quinta da Serra	Viçosa	140	Construção de 1 ponte.
São Pedro	Atalaia	40	12 Km de estrada recuperada
São Pedro	Atalaia	40	Construção de 1 ponte.
São Pedro	Atalaia	40	Construção de 1 ponte.
TOTAL		2030	

Tabela 28 – Famílias atendidas com obras de infraestrutura em 2011.

Destaque-se que o número de 1.470 famílias apresenta dupla contagem de dados, devido à possibilidade de uma família assentada ser beneficiada com mais de uma obra de infraestrutura. Por exemplo, uma família beneficiada com a construção de uma ponte pode ser beneficiada também com a recuperação de uma estrada. Na contabilização das metas, esta família é somada por duas vezes. O número efetivo de famílias atendidas sem a duplicidade na contagem é de 1.018 famílias.

Mesmo com o alcance das metas em 2011, é fundamental apontar uma série de dificuldades enfrentadas durante o exercício. Uma delas é a falta de financeiro regular, e em quantidade insuficiente para pagamento de todos os contratos firmados com as empresas, mesmo sendo solicitados mensalmente. Outro fato agravante é o envio de recursos nos últimos dias do exercício, acarretando sérios transtornos na condução administrativa de instrução dos processos e acarretando a transferência para restos a pagar de faturas que já se encontravam com severo atraso de pagamento.

Outra dificuldade é o cumprimento do decreto presidencial que limitou o número de diárias em 40 ao ano por servidor. Esse contingenciamento causou a redução do número de viagens para fiscalização e para colaboradores eventuais. Da mesma forma o contingenciamento atingiu a aquisição de combustível.

É fato relevante o reduzido número de servidores lotados no Setor, contando somente com dois engenheiros e um auxiliar para dar andamento às ações burocráticas. Isso gerou uma

sobrecarga de serviços extras para os engenheiros que atuam na autarquia. Importante acrescentar que não há nem assessoramento de ordem administrativa, ou seja, não há secretaria, oficial de gabinete ou outros, para dar o necessário suporte burocrático. Esse fato foi constatado até mesmo pelos relatórios da CGU de 2010 e 2011. Os engenheiros, com isso, têm de, muitas vezes, executar tarefas de cunho estritamente administrativa, deixando de lado as atividades técnicas.

Outra dificuldade encontrada é a falta de veículos traçados. A frota de veículos da SR encontra-se sucata. Em 2011, a SR 22 recebeu apenas duas viaturas novas, disponibilizadas para todos os setores da autarquia. Mesmo tendo sido requisitada oficialmente, e apesar demanda justificada, o setor foi atendido de forma parcial, uma vez que tal carência é comum a todos os outros setores e divisões do Incra.

Por fim, para se assegurar melhor qualidade às estradas com obras já contratadas, será necessária a alocação de outros elementos de drenagens, visto que tais elementos não estavam contidos no projeto original. Com as fortes chuvas que caíram entre os meses de abril e outubro de 2011 tornou-se necessária a solicitação de recursos orçamentários para a execução dos instrumentos aditivos. Por e-mail e em reuniões, foram encaminhadas tais necessidades, no entanto os recursos somente foram liberados no último dia de empenho, quase que inviabilizando o procedimento para se dar continuidade ainda no exercício fiscal de 2012.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 29 - Execução física da ação 8398

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8398	A	4	Família atendida (und)	81	0	596	596	735,8	692

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 30 - Execução orçamentário-financeira da ação 8398

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
38.152,82	15.000,00	14.791,50	98,6	14.791,50	98,6	14.791,50	98,6

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 31 – Execução de restos a pagar da ação 8398 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
1.157.928,11	330.326,47	666.702,00	160.899,64

Fonte: SIAFI.

Através da ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento-, o Incra cuida da fiscalização e da execução de serviços de medição e demarcação topografia de projetos de reforma agrária, processo necessário à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento rural sustentável.

No exercício de 2011, a meta física inicialmente programada foi o atendimento a 81 famílias com serviços topográficos. Tal meta foi superada, alcançando um percentual de 736% de meta executada em comparação com a programada, ao atendermos 596 famílias, em 14 Projetos de Assentamento, conforme detalhamento do quadro abaixo.

Nº	PA	Município	Famílias Atendidas
1	Irmã Dorothy Stang / Lucena	Porto de Pedras	40
2	Limão	União dos Palmares	65
3	Loango	Cajueiro	76
4	Ponte dos Dias	Penedo	65
5	São Pedro II	Atalaia	34
6	Ouricuri II	Atalaia	80
7	Bela Vista e Santa Tereza	Atalaia	6
8	Bela Vista I	Atalaia	6
9	Boqueirão	Atalaia	6
10	Ouricuri III	Atalaia	12
11	Triunfo	São Miguel dos Milagres	35
12	Paraíso Agrícola	Matriz de Camaragibe	32
13	Caramuru	Maragogi	52
14	Quinta da Serra	Viçosa	87
TOTAL			596

Tabela 32 – Famílias atendidas por PA com serviços de medição e demarcação topográfica em 2011

As metas alcançadas estão relacionadas a contratos firmados em exercícios anteriores, mais especificamente os 03 contratos assinados no segundo semestre do exercício de 2010 (CRT/AL/8.000/2010, CRT/AL/9.000/2010 e CRT/AL/15.000/2010), que abrangia serviços de topografia em 31 Projetos de Assentamento.

A execução orçamentária atingiu o percentual de 39% do inicialmente programado, sendo empenhado e efetivamente pago o valor de R\$14.791,50 (quatorze mil setecentos e noventa e um reais e cinqüenta centavos). As despesas se limitaram ao elemento 339014 (diárias), custeando o deslocamento para garantir o devido acompanhamento das ações no campo. Essa execução orçamentária foi de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento (regimento interno Artigo 117 I), dentro do programa 137. A execução física ficou a cargo da Cartografia, que elaborou o edital para pregão para execução indireta e responsabilizou-se pela fiscalização do cumprimento dos contratos vigentes.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 33 - Execução física da ação 4320

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.691.0137.4320	A	4	Família beneficiada (und)	12	0	374	374	3116,6	374

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 34 - Execução orçamentário-financeira da ação 4320

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
4.340,00	50.394,27	49.906,04	99	26.851,77	53,28	26.851,77	53,28

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 35 – Execução de restos a pagar da ação 4320 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
146.154,10	4.099,44	70.764,66	71.290,00

Fonte: SIAFI.

O valor originalmente orçado para a ação era insuficiente para o alcance de metas significativas. Assim, explica-se a diferença entre o valor programado e o provisionado. O montante empenhado de R\$49.906,04 (quarenta e nove mil novecentos e seis reais e quatro centavos) foi importante para garantir o beneficiamento diretamente de 374 famílias e indiretamente de mais 375 famílias, com a continuidade da execução de 03 convênios durante o exercício de 2011. O quadro abaixo detalha a execução orçamentária da ação no exercício de 2011.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
335041	23.000,00	23.000,00	23.000,00	-	23.000,00	-
339014	3.540,00	3.133,71	3.133,71	-	3.133,71	406,29
339030	800,00	718,06	718,06	-	718,06	81,94
449052	23.054,27	23.054,27	-	23.054,27	-	-

Tabela 36 - ED 4320

As despesas do exercício de 2011 estiveram relacionadas com convênios celebrados em exercícios anteriores com o Instituto Naturagro, conforme detalhamento do quadro abaixo. Tais convênios objetivam a instalação e a efetiva implementação em Projetos de Assentamento de várias agroindústrias (fábrica de farinha de mandioca, casa de licor, fábrica de fubá de milho).

Tabela 37 - Execução do programa 4320 em 2011

Nº	PA	Convenente	Famílias Atendidas	Tipo de Serviço realizado	Ano de publicação do convênio no DOU	Mês do fim cronograma de execução ou entrega do relatório técnico de conclusão
1	Cavaco	Instituto Naturagro	143	Instalação e Implementação de Casa do Licor	2008	Em execução
2	Paraná	Instituto Naturagro	181	Instalação e Implementação de Fábrica de Fubá de Milho	2008	Em execução

3	Santa Isabel	Instituto Naturagro	50	Instalação e Implementação de Fábrica de Farinha de Mandioca	2009	Em execução
TOTAL			374			

Fonte: Equipe do Programa Terra Sol.

Observa-se que em 2011, as atividades ativeram-se ao acompanhamento de 03 convênios celebrados nos exercícios de 2008 e 2009, entre o INCRA e o Instituto Naturagro registrados sob os números CV/AL/2.000/2008, CV/AL/11.000/2008 e CV/AL/1.000/09, que estão em execução, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2012, visando à implantação e implementação de três agroindústrias, as quais beneficiarão diretamente 374 famílias dos Projetos de Assentamento Cavaco, Paraná e Santa Isabel e indiretamente 375 famílias dos Projetos de Assentamento Japão I, Roseli Nunes, Nova Paz, Sete Coqueiros, Pindoba II e Serra Preta.

Em relação ao detalhamento da execução orçamentária, o dispêndio referente ao elemento de despesa 449052 foi utilizado na aquisição de mobiliário para a fábrica de farinha de mandioca do Projeto de Assentamento Santa Isabel, localizado no município de Girau do Ponciano e de equipamentos para a fábrica de polpa de frutas da Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados – COOPEAGRO, localizada no município de Maragogi, as quais por se tratar de despesas de capital, foram implementadas através de licitação na modalidade de pregões eletrônicos realizados pelo INCRA/SR-22/AL, através dos processos 54360.001151/2011-86 e 54360.001152/2011-21.

O gasto do elemento de despesa 335041 se relaciona à celebração de aditamento de valor ao Convênio CV/AL/2011, necessário para a conclusão da reforma da fábrica de fubá do Projeto de Assentamento Paraná, localizado no município de Girau do Ponciano. Foram registradas ainda despesas destinadas a cobrir o custeio com o deslocamento (diárias) de técnicos do INCRA até as áreas beneficiadas com os convênios, no intuito de fiscalização dos trabalhos.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 38 - Execução física da ação realizada 4358

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.4358	A	4	Documento de titulação expedido (und)	131	403	0	403	581	307,6

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 39 - Execução orçamentário-financeira da ação 4358

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
18.366,13	31.866,00	31.866,00	100	100	31.866,00	100	31.866,00

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 40 – Execução de restos a pagar da ação 4358 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
2.967,27	0,00	0,00	2.967,27

Fonte: SIAFI.

A ação 4358 (Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento) objetiva “transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da Reforma Agrária e às entidades públicas ou privadas”. Esse processo de transferência se dá, sobretudo, através da concessão de documentação às famílias assentadas, seja a título provisório (contrato de concessão de uso – CCU) ou a título definitivo (título de domínio - TD).

O contrato de concessão de uso é o instrumento que transfere o domínio do imóvel rural em caráter provisório e se constitui num documento básico dos compromissos assumidos entre o INCRA e as famílias assentadas para garantir-lhes os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e a outros programas do Governo Federal. O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da Reforma Agrária em caráter definitivo e é garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que a unidade familiar cumpriu as cláusulas do contrato de concessão de uso e já tem condições de cultivar a terra e pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.

Assim como no exercício anterior, em 2011 esta ação se deu através dos Contratos de Concessão de Uso (CCU), tendo sido expedidos e entregues um montante de 403 documentos, em 24 projetos de assentamento, conforme evidencia a tabela que segue.

Documento de Concessão de Uso Expedido			
Nº	Projeto de Assentamento	Município	Meta Obtida
1	Boa União	Porto Calvo	2
2	Brioso / Cabocó	São Luis do Quitunde	6
3	Cachoeira / Poço de Pedras	Belo Monte	54
4	Caramuru	Maragogi	8
5	Catucá	São Luis do Quitunde	5
6	Cobra II	Água Branca	13
7	Duas Barras II	Flexeiras	5
8	Jacobina I	Belo Monte	11
9	Jacobina II	Belo Monte	11
10	Jacobina III	Belo Monte	11
11	Jacobina IV	Belo Monte	8
12	João Pedro Teixeira / Parariz	Flexeiras	7
13	Margarida Alves II / São Macário	Atalaia	22
14	Navio	Água Branca	40
15	Nova Vida / Poço de Antas	São Luis do Quitunde	25
16	Ouricuri III	Atalaia	5
17	Pindoba II	União dos Palmares	5
18	Quinta da Serra	Viçosa	20
19	Rio Bonito	Murici	32

20	Santa Maria II	União dos Palmares	61
21	Sebastião Gomes	São Luis do Quitunde	20
22	Taua	Japaratinga	7
23	Triunfo	São Miguel dos Milagres	10
24	Vila São Pedro	Viçosa	15
TOTAL			403

Tabela 41 – Documentação de Concessão de Uso expedida em 2011.

As atividades inerentes ao cumprimento desta ação são essencialmente de campo, através das atividades de saneamento de processos, coleta de assinaturas e entrega de documentos *in loco*, justificando a concentração do orçamento executado em despesas com deslocamento (diárias).

O valor total empenhado, R\$31.866,00 (trinta e um mil oitocentos e sessenta e seis reais), representa a execução de 173% do valor inicialmente previsto, R\$18.366,13 (dezoito mil trezentos e sessenta e seis reais e treze centavos), tendo a execução física aumentado em 207,6% a meta inicialmente prevista para exercício de 2011 (131 famílias), a qual apesar de triplicada, em algum momento, tivemos problemas com a falta de viaturas para a efetivação da mesma. Todo o montante empenhado foi efetivamente pago na rubrica 339014.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarindeiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve registro de movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 42 - Execução física da ação 2B06

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2B06	A	4	Unidade familiar de produção atendida (und)	0	0	203	203	-	266

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 43 - Execução orçamentário-financeira da ação 2B06

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c) % (d=c/b)	R\$(e) % (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)	
0	15.000,00	5.805,48	38,7	5.805,48	38,7	5.805,48	38,7

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 44 – Execução de restos a pagar da ação 2B06 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
36.547,15	36.000,00	0,00	547,15

Fonte: SIAFI.

O Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais contempla em suas atividades, o manejo de recursos naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, organizado na ação 2B06. A execução dessa ação garante maior sustentabilidade às famílias beneficiadas, alterando efetivamente a realidade das mesmas.

Contrariando a ausência de previsão orçamentária para esta ação no exercício de 2011, foram descentralizados R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo empenhados e efetivamente pagos R\$5.805,48 (cinco mil oitocentos e cinco reais e quarenta e oito centavos) na rubrica 339014.

A concentração das despesas no custeio de deslocamento dos técnicos (diárias) visou, sobretudo, o acompanhamento e fiscalização dos 02 projetos em execução na ação. Os projetos trabalhados este ano seguem detalhados abaixo.

CV	Nome do Projeto	Empresa	PA	Município	Famílias
6000/07	Projetos de agroflorestação como alternativa de recuperação em áreas de reserva legal e preservação permanente nos assentamentos	MMT	São Pedro	Maragogi	55
			Espírito Santo	Cacibinhas	48
			Santa Maria	Dois Riachos	100
9000/08	Projeto de Recuperação Ambiental das áreas de Assentamento Pacas e Paraná	NATURAGRO	Pacas	Murici	85
			Paraná	Girau do Ponciano	181
TOTAL					469

Tabela 45 – Projetos trabalhados na ação 2B06 em 2011

No exercício de 2011, foi concluído o projeto de agroflorestação como alternativa de recuperação em áreas de reserva legal e preservação permanente nos assentamentos São Pedro, Espírito Santo e Santa Maria, atendendo, portanto, 203 famílias. Outras 266 famílias continuam sendo beneficiadas com o projeto em execução de recuperação ambiental das áreas dos assentamentos Pacas e Paraná. O convênio que abrange este último projeto tem vigência até setembro de 2012.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 46 - Execução física da ação 0427

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.0427	OP	4	Família atendida (und)	3541	1506	1319	2825	79,7	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 47 - Execução orçamentário-financeira da ação 0427

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
56.283.000,49	22.513.200,00	16.051.800,00	71,3	8.634.100,00	38,3	8.634.100,00	38,3

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 48 – Execução de restos a pagar da ação 0427 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
38.403.334,89	26.392.384,89	6.388.000,00	5.622.950,00

Fonte: SIAFI.

A ação 0427 (Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas) é uma Operação Especial que objetiva dar condições iniciais de subsistência às famílias assentadas pelo Incra, através da concessão de crédito individual aos assentados, em suas várias modalidades.

Foram provisionados apenas 40% dos créditos inicialmente previstos na PO2011, totalizando R\$22.513.200,00 (vinte e dois milhões quinhentos e treze mil e duzentos reais). Em relação ao montante provisionado, obteve-se um percentual de 71% de crédito empenhado, conforme detalhamento do quadro acima.

Os créditos acima detalhados foram aplicados para garantir a concessão de crédito instalação a 2825 famílias, representando um percentual de execução de 79,7% da meta inicialmente programada. A Tabela I, presente no anexo deste Relatório, apresenta o detalhamento da execução da meta física em 2011, evidenciando a aplicação de crédito instalação em suas diversas modalidades por Projeto de Assentamento.

Destacamos que este número de 2825 famílias é contabilizado de acordo com a emissão da Ordem Bancária (OB), com a conseqüente disponibilização dos recursos em conta-corrente da Associação ou dos representantes das famílias assentadas. Ele representa o somatório das famílias atendidas com orçamento de 2011, com restos a pagar e com complementação.

Além disso, esse número apresenta dupla contagem de dados em alguns Projetos de Assentamento, devido à possibilidade de uma família assentada ser beneficiada com mais de uma modalidade de crédito. Por exemplo, uma família beneficiada com o crédito “apoio inicial” pode ser beneficiada também com o crédito “aquisição de material de construção”. Na contabilização das metas, esta família é contada duas vezes.

Destaca-se ainda a marca de 454 casas construídas e 365 reformadas em 2011, só possível através da concessão de crédito instalação pela ação 0427.

Apesar do alcance de 79,7% das metas estabelecidas, o Setor de Crédito sofre penalização pelo reduzido número de servidores lotados no mesmo. Prova disso, foi o ultimo relatório da Auditoria Interna, o qual constatou falhas na operacionalização dos processos administrativos de liberação de crédito. Isso se dá devido ao real aumento da demanda não vir acompanhado do proporcional acréscimo da estrutura administrativa e do corpo técnico da SR-22. Contudo, buscamos o aprimoramento da atividade com vistas ao saneamento das falhas apresentadas.

O Crédito Instalação tem caráter estritamente inclusivo, e o aparelho estatal deve gerar benefícios aos cidadãos. O fortalecimento das políticas sociais, em seu cômputo, é o que realmente insere o cidadão ao meio sócio-econômico visando a sua independência. Nesta perspectiva, o fortalecimento das ações de crédito é de suma importância ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento. Para que isso seja possível, é preciso otimizar e acrescer o corpo técnico de

fiscalização. Para este incremento, seria necessário, inicialmente, contemplar a ação do Crédito com um Plano Interno específico para pagamento de custeio (sobretudo diárias e combustíveis), uma vez que a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos está com seus recursos “estrangulados” devido ao grande número de projetos e/ou ações ali aglutinados e à necessidade eminente de continuidade de fiscalização e de acompanhamento nas mais diversas áreas.

O fortalecimento das políticas sociais tem caminho certo: remete-nos, inicialmente, para disponibilidade orçamentária e financeira, mas nos deparamos no exercício de 2011 com o acúmulo de empenhos e um percentual bem inferior às disponibilidades financeiras autorizadas. Porém, nos últimos cinco anos, buscamos o passivo acumulado de décadas onde obtivemos resultados satisfatórios, não existindo mais demandas reprimidas no Estado de Alagoas em relação ao Crédito Instalação em suas modalidades primordiais, quais sejam: Apoio Inicial, Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação.

Nessa trajetória, houve uma participação efetiva do Setor de Crédito com sua equipe administrativa e de campo, da Asseguradora da antiga ATES e de seu quadro técnico, dos Movimentos de Trabalhadores Rurais, das Associações, dos Conselhos, dos representantes e dos beneficiários que, agora, aguardam a liberação das novas modalidades de crédito estabelecidas pela Norma de Execução que regula a ação.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 49 - Execução física da ação 2272-0137

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0137.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 50 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-0137

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
500.000,00	766.842,43	757.522,99	98,7	725.758,22	94,6	725.758,22	94,6

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 51 – Execução de restos a pagar da ação 2272-0137 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
57.987,85	23.179,51	27.661,14	7.147,20

Fonte: SIAFI.

A ação 2272 (Gestão e Administração do Programa) do programa 0137 (Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária) é uma ação de apoio às ações finalísticas, não gerando diretamente bens ou serviços para a Sociedade ou o Estado. Os recursos aplicados nesta ação são fundamentais na consecução dos objetivos e metas estabelecidos nas diversas ações finalísticas do citado programa.

Essa ação visa incorporar as despesas administrativas que não devem ser apropriadas diretamente nas ações finalísticas. Nesse sentido, as despesas, em sua grande maioria, são oriundas de deslocamento de técnicos do INCRA para acompanhamento das ações desenvolvidas em campo. Justifica-se, dessa forma, a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível e lubrificante), passagens e locomoção (passagens aéreas) e outros serviços de terceiros pessoa jurídica (manutenção e conservação veicular e publicações na imprensa). Abaixo, segue quadro que detalha a execução orçamentária desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	303.664,75	303.420,17	303.420,17	-	303.420,17	244,58
339030	232.954,87	231.446,26	214.375,29	17.070,97	214.375,29	1.508,61
339033	35.100,00	35.100,00	30.715,15	4.384,85	30.715,15	-
339036	96.000,00	88.433,75	88.433,75	-	88.433,75	7.566,25
339039	70.122,81	70.122,81	65.823,77	4.299,04	65.823,77	-
339139	29.000,00	29.000,00	22.990,09	6.009,91	22.990,09	-

Tabela 52 - ED 2272-0137

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registras;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extractivos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Tabela 53 - Execução física da ação 2105

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	A	4	Imóvel gerencia do (und)	1061	2207	0	2207	208	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 54 - Execução orçamentário-financeira da ação 2105

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valor Pago

R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
9.549,00	9.993,14	8.376,75	83,8	6.503,61	65	6.503,61	65

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 55 – Execução de restos a pagar da ação 2105 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Desde 2009, o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) pode ser emitido gratuitamente por qualquer pessoa a partir de equipamento conectado à rede mundial de computadores. O trabalho permite, ainda, a comprovação da autenticidade do documento pela internet.

Essa emissão de CCIRs pela Internet, além de facilitar a vida dos proprietários rurais, que podem assim agilizar empréstimos bancários e vender suas terras, contribui para o alcance das metas físicas por parte da Superintendência Regional com maior rapidez e eficiência.

Somente em 2011, 8772 CCIRs foram emitidos. No mesmo período, 2207 imóveis foram gerenciados, o que corresponde a 208 % da meta inicialmente prevista na PO2011.

Para o alcance dessa meta foi empregado o montante total de R\$8.376,75 (oito mil trezentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), que representa 88% da meta orçamentária prevista na PO2011. Os créditos se concentraram no custeio de despesas com deslocamento de servidores (diárias, passagens e combustíveis), conforme detalhamento do quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	7.120,00	6.503,61	6.503,61	-	6.503,61	616,39
339030	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
339033	1.873,14	1.873,14	-	1.873,14	-	-

Tabela 56 - ED 2105

É importante afirmar que em 2011 houve uma reestruturação do Serviço de Cadastro. Foi lotado mais um servidor, e houve ainda a mudança de local de trabalho, propiciando mais conforto e eficiência. Além disso, foi feito um treinamento em serviço, tendo como instrutores técnicos da DFC e da SR-18. Todo pessoal técnico do Cadastro foi treinado. Como consequência disso, foi

reativada a fiscalização cadastral (Portaria P/12) e a fiscalização da aquisição de imóveis por estrangeiros. Foi aberto um processo de fiscalização dentro dos ditames da portaria P/12, e 48 processos conclusos de fiscalização de aquisição de terras por estrangeiros.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 57 - Execução física da ação 4426

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.127.0138.4426	A	4	Área medida e georreferenciada (ha)	0	0	0	0	-	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 58 - Execução orçamentário-financeira da ação 4426

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
		0	8.391,62	7.614,03	90,7	7.614,03	90,7

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 59 – Execução de restos a pagar da ação 4426 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Apesar de não ter previsão na PO 2011, foram descentralizados R\$8.391,62 (oito mil trezentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos), dos quais R\$7.614,03 (sete mil seiscentos e quatorze reais e três centavos) foram empenhados e pagos. Os recursos utilizados foram gastos com deslocamento de servidores, visando realização de perícia técnica referente à portaria conjunta PFG/INCRA/N°171/2009. O quadro abaixo detalha a execução orçamentária do exercício nesta ação.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	5.591,62	4.814,03	4.814,03	-	4.814,03	777,59
339033	2.800,00	2.800,00	2.800,00	-	2.800,00	-

Tabela 60 – ED4426

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 61 - Execução física da ação 4572

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.128.0139.4572	A	4	Servidor capacitado (und)	32	29	0	29	90,6	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional.

Tabela 62 - Execução orçamentário-financeira da ação 4572

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
14.740,00	36.142,66	35.826,80	99,1	31.181,48	86,2	31.181,48	86,2

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 63 – Execução de restos a pagar da ação 4572 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
3.028,48	0,00	3.028,48	0,00

Fonte: SIAFI.

A pluralidade de funções existente no serviço público federal está sempre em um processo contínuo de transformações. Isso demanda um processo de qualificação e requalificação dos servidores no mesmo ritmo. A capacitação tem um enorme papel a cumprir no sentido de manter o setor público atualizado e eficiente, sem falar na motivação que ela pode proporcionar aos servidores.

No âmbito desta Autarquia, a ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação) é a responsável por promover a capacitação dos servidores.

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas unidades responsáveis pelos macroprocessos.

A meta física inicialmente programada foi a capacitação de 32 servidores, contudo foram oferecidas 29 oportunidades de capacitação, representando uma execução física de 90,6%. Conforme demonstrado na Tabela II (constante no anexo deste Relatório), as 29 oportunidades de capacitação oferecidas somaram 2542 horas-aula.

Por oportunidade de capacitação entende-se o número de vagas disponibilizadas, em eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2011.

Para alcançar essas metas físicas, foi disponibilizado o montante de R\$36.142,66 (trinta e seis mil cento e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos), que representa 245% do valor inicialmente programado. O detalhamento da execução orçamentária é apresentado no quadro que segue.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	8.447,64	8.355,98	8.355,98	-	8.355,98	91,66
339033	14.682,88	14.682,88	13.047,56	1.635,32	13.047,56	-

339036	879,70	655,50	655,50	-	655,50	224,20
339039	12.132,44	12.132,44	9.122,44	3.010,00	9.122,44	-

Tabela 64 - ED 4572

Os valores acima citados foram utilizados para custear as despesas com os deslocamentos (diárias e passagens) de servidores para participações em cursos de capacitação, bem como com o pagamento de taxa de inscrição, quando necessário.

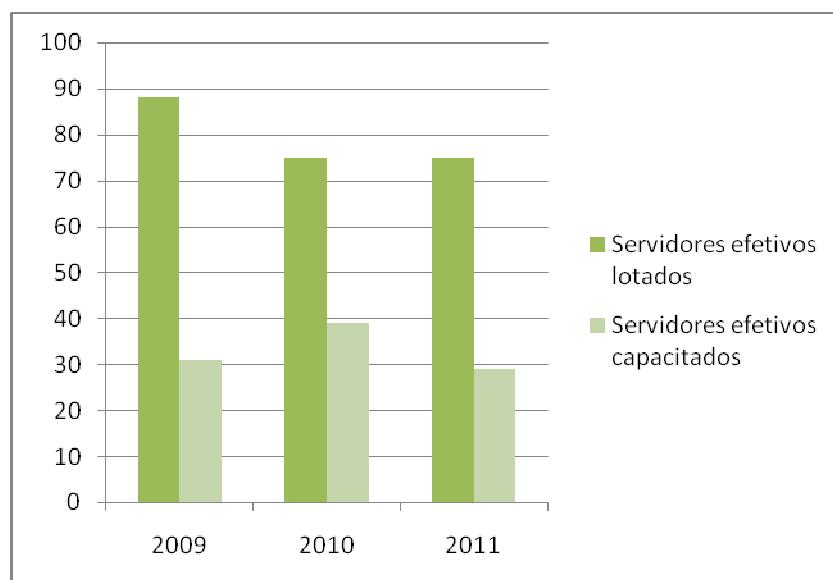


Figura V – Servidores efetivos X servidores capacitados

O gráfico acima evidencia que urge uma maior aplicação de crédito na ação 4572 para os próximos anos. Nos últimos três exercícios, fica claro que as metas atingidas na ação são insuficientes para a situação ideal de capacitação constante de todo o quadro funcional da Autarquia. Afinal, capacitação de servidores é sinônimo de administração eficiente.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médica-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 65 - Execução física da ação 2109

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1120.2109	A	4	Família acampa da assistida (und)	0	13050	0	13050	-	13050

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 66 - Execução orçamentário-financeira da ação 2109

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0	114.137,55	114.137,55	100	44.457,55	38,9	44.457,55	38,9

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 67 – Execução de restos a pagar da ação 2109 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
2.073,72	2.073,72	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

A ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas – visa garantir a assistência de famílias acampadas, no intuito de iniciar um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias, além de minimizar o impacto das dificuldades enfrentadas por elas.

Em 2011, esta ação não possuía previsão orçamentária para a Superintendência Regional do Incra em Alagoas. Contudo, ao correr do exercício, foram descentralizados e empenhados R\$114.137,55 (cento e quatorze mil cento e trinta e sete reais e cinqüenta e cinco centavos) e efetivamente pago R\$44.457,55 (quarenta e quatro mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e cinqüenta e cinco centavos). O quadro abaixo detalha a execução orçamentária da ação.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	25.607,05	25.607,05	25.607,05	-	25.607,05	-
339030	67.680,00	67.680,00	-	67.680,00	-	-
339033	2.000,00	2.000,00	-	2.000,00	-	-
339036	18.850,50	18.850,50	18.850,50	-	18.850,50	-

Tabela 68 – ED 2109

Os créditos foram utilizados para custear despesas que garantiram a assistência de 13050 famílias acampadas, através da distribuição de 39150 cestas de alimentos durante o ano. Além disso, 1600 famílias acampadas foram beneficiadas com a distribuição de 80 rolos de lona.

No tocante à estratégia de ação, a equipe de Ouvidoria Agrária do Incra, além de fazer o controle e distribuição de cestas de alimentos e lonas, realizou permanente acompanhamento dos conflitos no campo, com trabalho de negociação e mediação. Esse trabalho incluiu o monitoramento dos cumprimentos das ações de reintegração de posse; a ida aos acampamentos conflituosos para mediar as relações entre ocupantes e proprietários; reuniões, palestras e ações de mediação nos conflitos entre assentados e pré-assentados e entre proprietários de imóveis confrontantes de acampamentos e assentamentos; acompanhamento, junto aos órgãos de segurança, dos

procedimentos relativos aos inquéritos para apuração de homicídios contra trabalhadores acampados e assentados, com permanente apoio de colaboradores do Centro de Gerenciamento de Crises, Direitos Humanos e Polícia Comunitária da Polícia Militar de Alagoas; acompanhamento e assistência ao trabalho de regularização de lotes, com vistas à destinação das parcelas retomadas às famílias acampadas que vivem às margens das rodovias.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 69 - Execução física da ação 1642

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.1642	P	4	Área reconhecida (ha)	265	0	0	0	0	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 70 - Execução orçamentário-financeira da ação 1642

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
88.386,00	17.871,90	10.940,15	61,2	10.192,15	57	10.192,15	57

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 71 – Execução de restos a pagar da ação 1642 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
170,44	0,00	0,00	170,44

Fonte: SIAFI.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) preceitua que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a

propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

Uma comunidade quilombola é um grupo étnico, predominantemente formado pela população negra, que se autodefine a partir das relações com a terra, o parentesco, a ancestralidade, as práticas culturais e as tradições.

Desde 2003, o Incra passou a ser responsável pelo reconhecimento, delimitação e titulação de territórios quilombolas, através do programa 1336 – Brasil Quilombola. O referido programa visa assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, o desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada para suas atividades, a melhoria das condições de vida, a preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Integrante desse programa, a ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação, e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos – cuida especificamente das despesas com a elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), com as notificações às partes interessadas, com a publicação da portaria de reconhecimento, com a emissão do decreto de desapropriação e com a demarcação e a titulação da área.

Em 2011, do recurso inicialmente previsto nesta ação, foi descentralizado R\$17.871,90 (dezessete mil oitocentos e setenta e um reais e noventa centavos), o equivalente a apenas 20% do programado. Foi liquidado e pago o equivalente a 57% do crédito recebido.

As despesas dessa ação se concentraram no deslocamento de servidores para acompanhamento das atividades de visita as novas comunidades que entraram com pedido de reconhecimento de seus respectivos territórios e acompanhamento da ocupação ordenada dos remanescentes de quilombolas nos imóveis Cafundó e Cabaceiros (Território de Tabacaria – Palmeira dos Índios – AL), cuja emissão de posse foi exarada pela justiça. Recursos também foram desprendidos (diárias e passagens) para reunião técnica do gestor da ação em Brasília. Foram abertos, no período, três novos processos de reconhecimento. O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	17.123,90	10.192,15	10.192,15	-	10.192,15	6.931,75
339033	748,00	748,00	-	748,00	-	-

Tabela 72 - ED 1642

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2011.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 73 - Execução física da ação 2272-1350

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 74 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-1350

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
0	4.755,00	3.976,50	83,6		1.676,50	35,2	1.676,50

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 75 – Execução de restos a pagar da ação 2272-1350 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
1.925,24	0,00	0,00	1.925,24

Fonte: SIAFI.

As ações finalísticas do Programa 1350 (Educação no Campo) possuem na ação 2272 (Gestão e Administração do Programa) apoio para a concretização dos seus objetivos. Mesmo não havendo registro de execução orçamentária nas ações finalísticas do programa 1350 no exercício de 2011, a ação 2272 serviu para custear despesas com deslocamento (diárias e passagens) para viabilizar participação de servidores em seminários afetos ao Programa 1350. O quadro abaixo apresenta o detalhamento da execução orçamentária da ação.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	2.455,00	1.676,50	1.676,50	-	1.676,50	778,50
339033	2.300,00	2.300,00	-	2.300,00	-	-

Tabela 76 – ED 2272-1350

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 77 - Execução física da ação 4470

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (und)	7914	0	9778	9778	123,5	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 78 - Execução orçamentário-financeira da ação 4470

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$(a)	R\$(b)						

4.782.397,00	4.782.395,96	4.782.394,96	100	4.754.539,95	99,4	4.717.886,79	98,6
--------------	--------------	--------------	-----	--------------	------	--------------	------

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 79 – Execução de restos a pagar da ação 4470 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
2.023.111,65	501.565,75	1.423.401,78	98.144,12

Fonte: SIAFI.

Combinado com as demais políticas públicas de crédito, infra-estrutura e comercialização, a ação de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (4470) tem a capacidade de viabilizar assentamentos, de qualificar tecnicamente os assentados e de desenvolver, de forma sustentável, a agricultura familiar.

Essa ação é desenvolvida em parceria com instituições sem fins lucrativos, mediante convênios plurianuais. Os convênios celebrados por esta Superintendência, firmados no ano de 2008, venceram-se em dezembro de 2011. Através deles foram assistidas 9778 famílias com assistência técnica no ano de 2011. Para garantir essa assistência, 100% da provisão recebida, no valor de R\$4.782.395,96 (quatro milhões setecentos e oitenta e dois mil trezentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), foi empenhada, conforme evidencia o quadro acima.

Nos 06 convênios de assistência técnica abaixo apresentados, foram parceiros desta Superintendência Regional: o Instituto Naturagro, o Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, a Central Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agricultores de Alagoas (CEAPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Minha Terra (MMT) e a Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços (COOATES).

Tabela 80 – Famílias atendidas com serviços de ATES em 2011

Nº	Nº do PROCESSO	CONVENENTE	FAMÍLIAS ATENDIDAS	DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONVÊNIO NO D.O.U	DATA DO FIM DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
1	2.000/08	ZUMBI	2983	16/6/2008	31/12/2011
2	6.000/08	COOATES	1396	28/8/2008	31/12/2011
3	5.000/08	MMT	236	28/8/2008	31/12/2011
4	3.000/08	NATURAGRO	3280	22/7/2008	31/12/2011
5	4.000/08	CPT	634	22/7/2008	31/12/2011
6	8.000/08	CEAPA	1249	16/10/2008	31/12/2011
TOTAL			9778		

Fonte: Setorial de ATES.

Os convênios de ATES são responsáveis também pela elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e de Recuperação do Assentamento (PRA), instrumentos que organizam a capacidade produtiva, social e estruturante dos Projetos de Assentamento, evidenciando suas potencialidades e seus valores sócio-culturais. No exercício de 2011, destacamos a conclusão de elaboração de PDAs e PRAs em 13 assentamentos, envolvendo 702 famílias, conforme tabela abaixo.

Nº	PA	Município	TIPO	Convenente	Famílias Atendidas	Mês da Aprovação pelo INCRA
1	Santa Isabel	Girau do Ponciano	PRA	Naturagro	50	Fevereiro
2	Belo Horizonte	Novo Lino	PDA	Naturagro	167	Março
3	Boa União	Porto Calvo	PDA	Naturagro	80	Março
4	Irmã Doraty Stang / Lucena	Porto de Pedras	PDA	CPT	39	Abril
5	Amor / Amor ou Piedade	São Luis do Quitunde	PDA	Naturagro	86	Junho
6	São João do Bom Conselho I	São Luis do Quitunde	PDA	Naturagro	6	Junho
7	Duas Barras II	São Luis do Quitunde	PDA	Naturagro	60	Julho
8	São João do Bom Conselho II	São Luis do Quitunde	PDA	Naturagro	8	Julho
9	Bom Conselho	São Luis do Quitunde	PDA	Naturagro	59	Agosto
10	Catucá	São Luis do Quitunde	PDA	Naturagro	60	Agosto
11	Duas Barras I	Flexeiras	PDA	Naturagro	23	Setembro
12	Flor do Bosque	Messias	PDA	CPT	35	Setembro
13	Guanabara	São Luis do Quitunde	PDA	Naturagro	29	Outubro
TOTAL					702	

Tabela 81 – PDA/PRA aprovados em 2011

Os convênios ficam no passado da ação 4470. Para o exercício de 2012, serão assinados contratos, após a realização de chamadas públicas, conforme estabelece a nova lei de ATER.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 82 - Execução física da ação 2272-1427

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1427.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 83 - Execução orçamentário-financeira da ação 2272-1427

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
107.421,30	74.934,62	74.514,73	94,4	74.514,73	94,4	74.514,73	94,4

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 84 – Execução de restos a pagar da ação 2272-1427 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
815,14	0,00	0,00	815,14

Fonte: SIAFI.

A programação operacional do exercício de 2011 estabeleceu para essa ação o montante de R\$107.421,30 (cento e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e trinta centavos), sendo provisionados R\$74.934,62 (setenta e quatro mil novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos), ou seja, 70% do valor inicialmente programado, sendo empenhado e efetivamente pago o valor de R\$74.514,73, conforme acima demonstrado.

Os créditos disponibilizados cobriram os custos administrativos do programa 1427 (Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura), agregando as despesas não passíveis de apropriação na ação finalística deste programa. Despesas com concessão de diárias, aquisição de combustível e de passagens aéreas e manutenção de veículos foram custeadas pelos créditos orçamentários desta ação, conforme evidencia o detalhamento do quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	63.060,66	62.640,77	62.640,77	-	62.640,77	419,89
339030	9.173,96	9.173,96	9.173,96	-	9.173,96	-
339033	2.700,00	2.700,00	2.700,00	-	2.700,00	-

Tabela 85 - ED 2272-1427

Dessa forma, essas despesas viabilizaram o deslocamento de técnicos para o acompanhamento e a fiscalização dos convênios celebrados no âmbito da ação 4470 (Assistência Técnica e Capacitação de Assentados), cujos resultados foram apresentados acima. Os créditos da ação 2272 custearam ainda o deslocamento de técnicos para participação em cursos e seminários.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada ‘‘Administração da Unidade’’ substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 86 - Execução física da ação 2000

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0750.2000	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 87 - Execução orçamentário-financeira da ação 2000

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
963.429,00	1.251.031,60	1.249.752,35	99,8	1.134.796,61	90,7	1.134.796,61	90,7

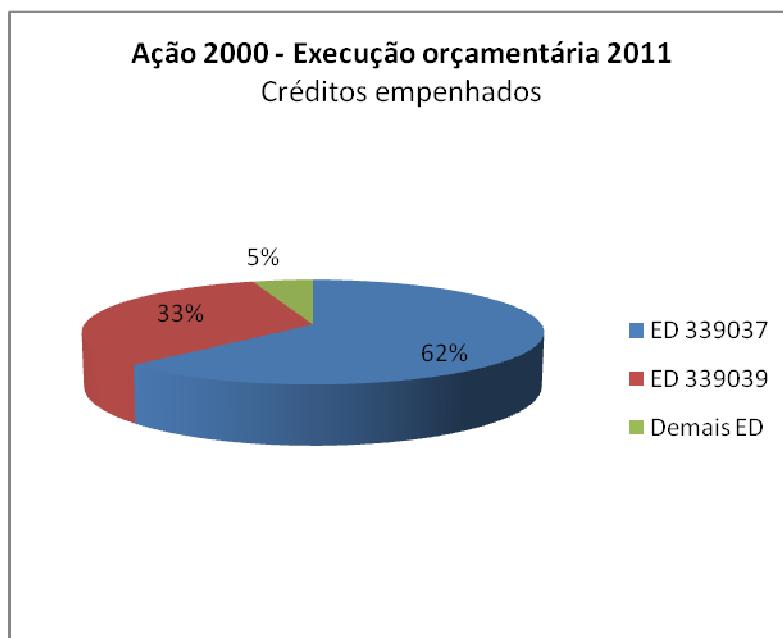
Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Tabela 88 – Execução de restos a pagar da ação 2000 no exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
201.783,69	69.288,09	126.889,02	5.606,58

Fonte: SIAFI.

A ação 2000 (Administração da Unidade) objetiva atender às despesas de natureza administrativa da Superintendência Regional, que não puderam ser apropriadas nas ações finalísticas. Nela estão alocados, por exemplo, os créditos orçamentários que se destinam cobrir despesas com terceirização de mão de obra, aquisição de material de expediente, serviços de manutenção, serviços de fornecimento (água, luz, energia), aluguel de imóveis, entre outros.

**Figura VI – Créditos empenhados em 2011 na ação 2000**

O gráfico acima sintetiza a execução orçamentária desta ação no exercício de 2011, que também pode ser observada com maior detalhamento na tabela abaixo. O gráfico mostra que a maior parte do crédito é executada nos elementos 339037 e 339039 que representam respectivamente, 62% e 33% da despesa total desta ação. São despesas com contratos de locação de mão-de-obra para apoio administrativo e para vigilância patrimonial, condomínio, aluguel de imóvel, fornecimento de água e de energia elétrica, locação de máquinas fotocopiadoras, despesas com telefonia, manutenção de condicionadores de ar, entre outros.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
319008	15.296,32	-	-	-	-	0,04
339030	50.194,31	50.194,31	38.809,31	11.385,00	38.809,31	-
339037	770.824,35	770.824,35	703.668,85	67.155,50	703.668,85	-
339039	404.799,86	403.834,86	367.419,62	36.415,24	367.419,62	965,00
339047	4.916,76	4.602,55	4.602,55	-	4.602,55	314,21
449052	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	5.000,00	-

Tabela 89 - ED2000

Os outros 5% representam despesas diversas como, por exemplo, despesas com licenciamento de veículos, aquisição de água mineral e de material de expediente.

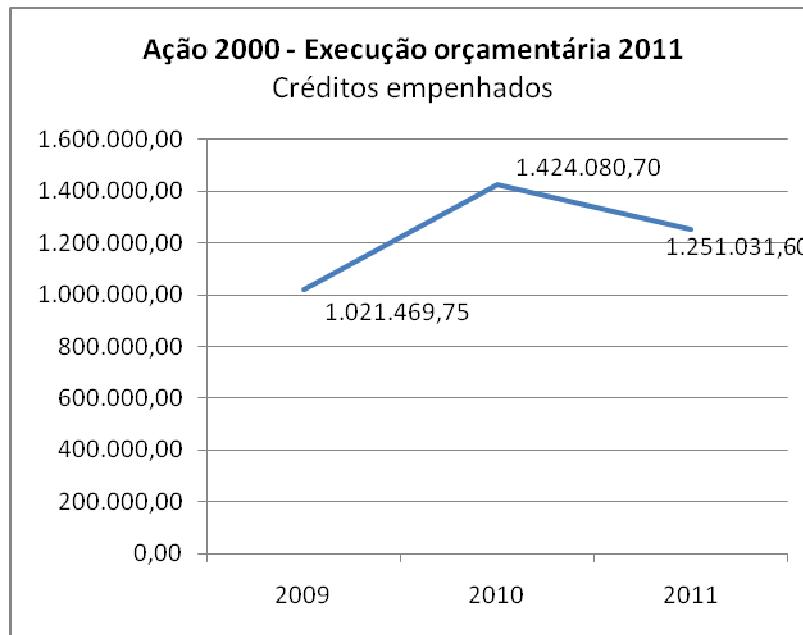


Figura VII – Evolução anual da execução orçamentária da ação 2000

O gráfico acima expõe a evolução anual da execução da ação 2000 no período de 2009 a 2011. Essa evolução de atividades de apoio administrativo parece acompanhar a expansão do raio de ação das atividades finalísticas, influenciadas pelo crescimento do número de comunidades atendidas por esta Superintendência nos últimos exercícios.

2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres

Objetivo Geral: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Gerente do programa:

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero; Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios; Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher.

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹²

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.10.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, a fim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: MDA

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 90 - Execução física da ação 8402

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.422.1433.8402	A	4	Documentos concedidos	0	2424	-	2424	-	-

Fonte: LOA2011, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2011 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 91 - Execução orçamentário-financeira da ação 8402

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
0	28.340,27	28.340,27	100	100	28.340,27	100	28.340,27

Fonte: Caderno de Metas PO2011 e SIAFI.

Iniciada no exercício de 2004, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural - possibilita a concessão de documentação civil e trabalhista para as mulheres e os homens do meio rural. Através dessa ação, são emitidos aos trabalhadores do campo diversos documentos básicos (Identidade, CPF, Registro de Nascimento e Carteira de Trabalho, por exemplo), que possibilitam o exercício da cidadania e o acesso às Políticas Públicas.

Essa ação é desenvolvida através da realização de mutirões organizados com diversos parceiros, como por exemplo, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Em 2011, apesar de não existir meta prevista na PO2011, alcançamos, através da realização de 08 mutirões, a emissão de 2424 documentos, atendendo a 2178 pessoas, conforme detalhamento da tabela abaixo.

Tabela 92 – Execução física da ação 8402 em 2011

MUTIRÃO	RN		CPF		CI		CTPS		INSS		Documentos concedidos		Pessoas Atendidas	
MUNICÍPIO	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC
Arapiraca	3	0	100	0	40	0	5	0	25	0	173	0	120	0
Inhapi	0	0	128	1	175	112	0	0	142	51	445	164	303	113
Feira Grande	0	0	59	0	143	120	0	0	0	0	202	120	202	120
Limoeiro de Anadia	0	0	26	0	61	44	0	0	0	0	87	44	87	44
Arapiraca	0	0	47	0	66	54	0	0	0	0	113	54	113	54
Girau do Ponciano	0	0	63	0	97	83	0	0	0	0	160	83	160	83
Olho D'Água Grande	0	0	36	0	110	61	0	0	0	0	146	61	146	61
Igaci	0	0	171	0	239	162	0	0	0	0	410	162	410	162
TOTAL	3	0	630	1	931	636	5	0	167	51	1736	688	1541	637

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento.

Para atingirmos essa meta, executamos (valor devidamente empenhado, liquidado e pago) um orçamento de R\$28.340,27 (vinte e oito mil trezentos e quarenta reais e vinte e sete centavos), conforme detalhamento do quadro que segue.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	11.593,50	11.593,50	11.593,50	-	11.593,50	-
339030	4.219,27	4.219,27	4.219,27	-	4.219,27	-
339036	6.814,50	6.814,50	6.814,50	-	6.814,50	-
339039	3.305,00	3.305,00	3.305,00	-	3.305,00	-

449052	2.408,00	2.408,00	2.408,00	-	2.408,00	-
--------	----------	----------	----------	---	----------	---

Tabela 93 – ED8402

Os valores das rubricas 339014, 339030 e 339036 custearam o deslocamento dos técnicos ao campo para realização dos mutirões. O valor da rubrica 339039 é relativo a despesas com a manutenção de veículo. Por sua vez, o valor da rubrica 449052 custeou despesas com aquisição de material permanente de informática necessário para a efetiva realização da ação.

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total		
21.631.0135.8384	A	4	Família assentada (und)	1900	162	0	162	8,5	-
21.631.0135.8387	A	4	Área vistoriada (ha)	6.000,00	7081,67	0	7081,67	118	-
21.631.0135.8374	A	4	Licença ambiental protocolada (und)	31	16	0	16	51,6	-
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	2500	2607,3353	0	2607,3353	104,2	-
21.122.0135.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida (und)	626	0	2030	2030	324,2	750
21.631.0137.8398	A	4	Família atendida (und)	81	0	596	596	735,8	692
21.691.0137.4320	A	4	Família beneficiada (und)	12	0	374	374	3116,6	374
21.631.0137.4358	A	4	Documento de titulação expedido (und)	131	403	0	403	581	307,6
21.631.0137.2B06	A	4	Unidade familiar de produção atendida (und)	0	0	203	203	-	266
21.631.0137.0427	OP	4	Família atendida (und)	3541	1506	1319	2825	79,7	-
21.122.0137.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.125.0138.2105	A	4	Imóvel gerenciado (und)	1061	2207	0	2207	208	-
21.127.0138.4426	A	4	Área medida e georreferenciada (ha)	0	0	0	0	-	-
21.128.0139.4572	A	4	Servidor capacitado (und)	32	29	0	29	90,6	-
21.631.1120.2109	A	4	Família acampada assistida (und)	0	13050	0	13050	-	13050
21.127.1336.1642	P	4	Área reconhecida (ha)	265	0	0	0	0	-
21.122.1350.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (und)	7914	0	9778	9778	123,5	-
21.122.1427.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.122.0750.2000	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.422.1433.8402	A	4	Documentos concedidos	0	2424	-	2424	-	-

Fonte: Siafi e Módulo Monitoramento do SIR.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias¹³

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Fonte:

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹⁴

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
CRÉDITOS	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹⁵

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹⁶

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	492010927200890181	19.451,00	0,00	0,00
			492012112201352272	0,00	0,00	37.663,62
			492012112201372272	0,00	0,00	766.842,43
			492012112207502000	15.296,32	0,00	1.230.735,28
			492012112213502272	0,00	0,00	4.755,00
			492012112214272272	0,00	0,00	74.934,62
			492012112501382105	0,00	0,00	9.993,14
			492012112701384426	0,00	0,00	8.391,62
			492012112713361642	0,00	0,00	17.871,90
			492012112801394572	0,00	0,00	36.142,66
			492012142214338402	0,00	0,00	26.365,27
			492012160614274470	0,00	0,00	4.782.395,96
			492012163101358374	0,00	0,00	57.867,48
			492012163101358384	0,00	0,00	101.584,56
			492012163101358387	0,00	0,00	89.548,90
			492012163101372B06	0,00	0,00	15.000,00
			492012163101374358	0,00	0,00	31.866,00
			492012163101378398	0,00	0,00	15.000,00
			492012163111202109	0,00	0,00	114.680,00
			492012169101374320	0,00	0,00	27.340,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	492012112207502000	5.000,00	0,00	0,00
			492012142214338402	5.000,00	0,00	0,00
			492012163101354460	0,00	2.381.191,43	0,00
			492012163101370427	0,00	22.513.200,00	0,00
			492012163101378396	7.967.250,25	0,00	0,00
			492012169101374320	23.054,27	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise crítica

A movimentação dos créditos orçamentários da SR-22 foi feita exclusivamente através de movimentação interna de recebimento de crédito. Essa é a regra da movimentação de crédito no âmbito desta Superintendência, uma vez que a mesma não figura na LOA – Lei Orçamentária Anual. Os créditos são recebidos através de provisão cuja Unidade Gestora concedente é a Sede desta Autarquia em Brasília.

A provisão recebida é oriunda da Programação Operacional (PO) definida pela Diretoria Colegiada desta Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais.

A Programação Operacional 2011 (PO2011) do Incra reservou à Superintendência Regional de Alagoas (SR-22) o orçamento geral de R\$75.366.388,21 (setenta e cinco milhões trezentos e sessenta e seis mil trezentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos), uma das maiores previsões orçamentárias dos últimos exercícios. O gráfico abaixo detalha a referida programação.

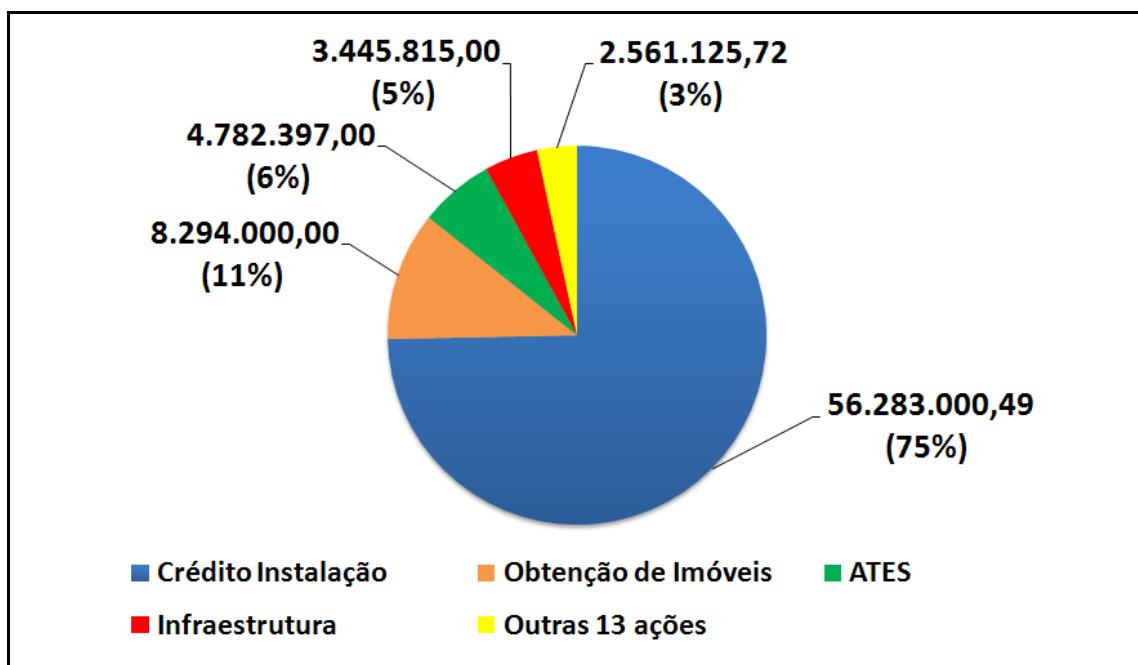


Figura VIII – Programação Orçamentária 2011 da SR-22

Percebe-se que a ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas – concentrava 75% do orçamento programado da SR-22 em 2011. Em escala descendente, apareciam as ações 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária -, 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – e 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em PAs,

com respectivamente 11%, 6% e 5% do orçamento programado da SR-22. Às demais ações da Superintendência foram reservados apenas 3% do orçamento.

De todo o montante programado, apenas 53,57% dos créditos foram provisionados, o que equivale a R\$40.378.421,71 (quarenta milhões trezentos e setenta e oito mil quatrocentos e vinte e um reais e setenta e um centavos). O gráfico abaixo detalha a movimentação de recebimento de crédito desta SR-22 em 2011.

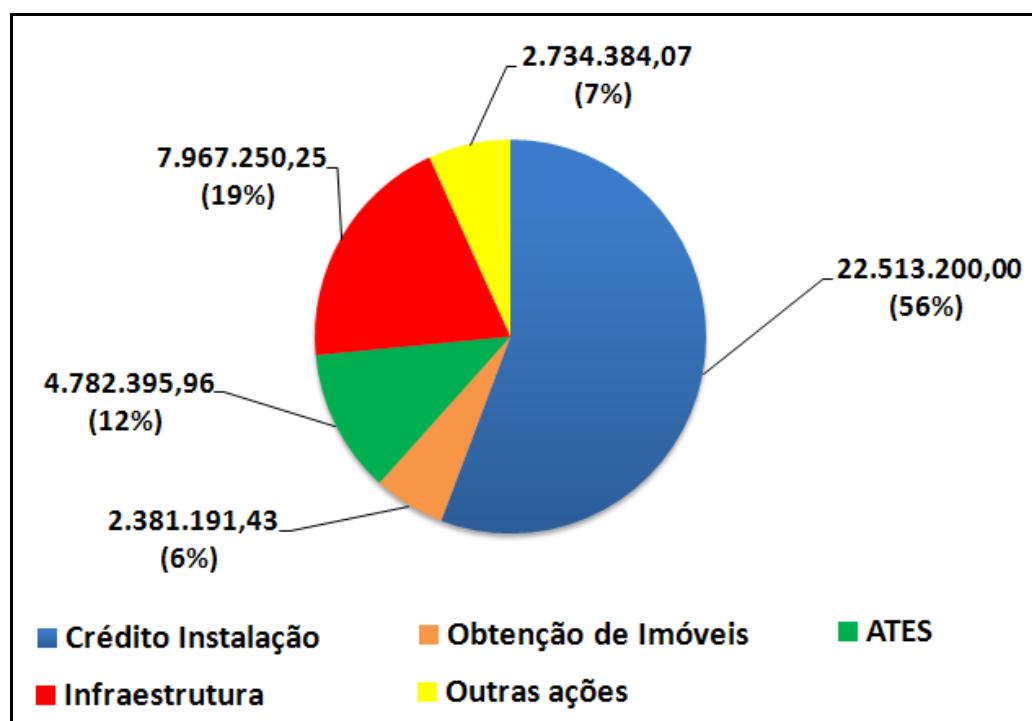


Figura IX – Crédito provisionado para a SR-22 em 2011

Comparando os valores provisionados com os programados, percebemos que as ações 4460 (Obtenção) e, sobretudo, 0427 (Crédito) colaboraram significativamente para o baixo valor de provisão de crédito em 2011, com índice de provisão/programação de apenas 29% e 40%, respectivamente. Já a ação 8396 (Infraestrutura) apresentou resultado oposto: 231% de crédito provisionado em relação ao programado.

As despesas correntes foram necessárias para movimentar a máquina administrativa do Incra, no intuito de viabilizar o alcance das metas das diversas ações.

As despesas de capital auxiliaram na formação ou aquisição de bens de capital, visando à ampliação de atendimento aos beneficiários da Reforma Agrária em Alagoas. Destacamos os

investimentos da ação 8396 (Infraestrutura) e as inversões financeiras das ações 4460 (Obtenção) e 0427 (Crédito).

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	4.567.306,98	2.395.699,22	1.118.598,51	1.299.663,52
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	3.214.339,05	-	-	-
Pregão	1.352.967,93	2.395.699,22	1.118.598,51	1.299.663,52
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	5.096.199,31	23.709.619,68	398.259,56	6.583.394,55
Dispensa	4.979.732,94	23.568.438,08	290.473,69	6.445.804,28
Inexigibilidade	116.466,37	141.181,60	107.785,87	137.590,27
Regime de Execução Especial	48.987,90	91.058,90	48.464,93	88.517,42
Suprimento de Fundos	48.987,90	91.058,90	48.464,93	88.517,42
Pagamento de Pessoal	7.432.221,91	7.362.946,40	7.432.221,91	7.873.961,01
Pagamento em Folha	6.816.737,66	6.338.996,21	6.816.737,66	6.850.010,82
Diárias	615.484,25	1.023.950,19	615.484,25	1.023.950,19
Outros	23.974.749,07	29.941.971,14	16.052.154,05	14.588.567,85

Fonte: SIAFI Gerencial.

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	4.805.394,96	6.029.562,47	4.777.539,95	4.508.016,57	27.855,01	1.521.545,90	4.740.886,79	4.508.016,57
2º elemento de despesa	770.824,35	633.998,60	703.668,85	541.572,40	67.155,50	92.426,20	703.668,85	535.965,85
3º elemento de despesa	615.484,25	1.023.950,19	615.484,25	1.023.950,19	0,00	0,00	615.484,25	1.023.950,19
Demais elementos do grupo	1.213.683,61	2.123.855,52	1.032.945,44	1.262.779,71	180.738,17	861.075,81	1.032.945,44	1.262.779,71

Fonte: Siafi Gerencial.

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	7.876.289,25	23.220.162,72	0,00	6.121.320,50	7.876.289,25	17.098.842,22	0,00	6.121.320,50
2º elemento de despesa	90.961,00	0,00	0,00	0,00	90.961,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	30.462,27	303.032,78	7.408,00	136.181,25	23.054,27	166.851,53	7.408,00	136.181,25
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	16.051.800,00	20.372.350,00	8.634.100,00	7.956.400,00	7.417.700,00	12.415.950,00	8.634.100,00	7.956.400,00
2º elemento de despesa	2.232.343,57	2.431.436,66	1.882.983,72	1.015.529,27	349.359,85	1.415.907,39	1.882.983,72	1.015.529,27
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise Crítica

A execução orçamentária dos créditos provisionados seguiu a tendência histórica de execução orçamentária desta Superintendência, não apresentando nenhuma novidade significativa tanto na execução dos créditos correntes, quanto nos de capital.

As despesas correntes se concentraram no grupo de despesa “Outras Despesas Correntes (3)”. Assim como em 2011, os elementos 335041 (Contribuições) e 339014 (Diárias) figuraram entre os 3 principais elementos do grupo, de acordo com o valor de montante empenhado. A novidade foi a presença do elemento 339037 (Locação de mão-de-obra) como o 2º elemento de despesa de maior montante empenhado em 2011, substituindo o elemento 339039 (Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica), que ocupou esse posto no exercício de 2010.

As despesas de capital se concentraram nos grupos de despesa Investimentos (4) e Inversões Financeiras (5). Nesse último grupo, não houve novidade: execução nos elementos 459066 (Concessão de empréstimos) e 459061 (Aquisição de imóveis), através das ações 0427 (Crédito Instalação) e 4460 (Obtenção), respectivamente.

A novidade no grupo Investimentos foi a presença do elemento 449092 (Despesas de Exercícios Anteriores) como o 2º elemento de despesa de maior montante empenhado em 2011, substituindo o elemento 443051 (Outras obras e instalações), que ocupou esse posto no exercício de 2010. Já os elementos 449051 (Obras e instalações) e 449052 (Equipamentos e material), assim como em 2011, figuraram entre os 3 principais elementos do grupo.

Resta ainda destacar alguns eventos que prejudicam a boa e regular execução orçamentária. São exemplos o número insuficiente de servidores e o contingenciamento de créditos orçamentários e de recursos financeiros do exercício.

O número de servidores lotados na SR-22 se mostra insuficiente há alguns anos, urgindo um concurso público com número significativo de vagas destinadas a SR. Há insuficiência tanto na área finalística quanto na área meio (administração, planejamento e controle). Tal fato prejudica, desde a formalização de convênios e contratos até a fiscalização da execução e da conclusão dos mesmos.

O contingenciamento orçamentário-financeiro é prática comumente realizada pelo governo federal. Seu impacto no âmbito dessa Superintendência não é positivo, uma vez que provoca o adiamento da execução das ações, concentrando a execução no final do exercício, o que acarreta elevação dos valores inscritos em restos a pagar.

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. (1.673.572,73)	60,27
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. (R\$ 1.882.983,72)^[3]	722,18
							Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. (2607,3353 ha)	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (16)	400
							Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (4)	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (146)	88,4
							Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. (165)	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; (0) Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. (162)	0
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR (13) Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. (165)	7,87
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. (878) Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra. (162)	541,97

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; (454) Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipa. (162)	280,25
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	202

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; (9778) · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra. (13973)	69,97
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.inca.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	800 / 600 por mês
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. (1060) .. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. (1200)	88,33

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	--	----------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos ^[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	X ¹⁷

¹⁷ Índice não apresentado pela área.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. (29/82)	35,3
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<input type="checkbox"/> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. (2542/82)	31
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> SIAFI e SICONV	0
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	X ¹⁸

¹⁸ Índice não apresentado pela área.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos¹⁹

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte:

¹⁹ Não houve ocorrência no exercício.

3.1 Análise Crítica²⁰

²⁰ Não houve ocorrência no exercício.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	36.653,16	0,00	0,00	36.653,16
2010	5.606,55	0,00	0,00	5.606,55
2009	382.310,42	0,00	382.256,56	53,86
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	16.033.113,05	632,97	131.762,31	15.900.717,77
2010	33.572.599,05	1.030.566,15	21.740.980,56	10.016.893,01
2009	46.396.632,85	28.444.712,50	17.951.920,35	0,00

Observações: Decreto nº 7.057, de 29/12/2009 e Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2011.

Fonte: Divisão de Administração (SIAFI 2011 e 2012).

4.1 Análise Crítica

Não há uma estratégia clara para pagamento de Restos a Pagar (RP) por parte desta SR-22.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro podem ser assim esclarecidas:

- a) os valores de crédito instalação inscritos em RP, segundo o Setor de Crédito, estão aguardando regularização de pendências (documentação dos beneficiários, atas, abertura de contas correntes etc) junto às Associações dos Projetos de Assentamentos;
- b) os valores de obras de infraestrutura do exercício de 2010 aguardam conclusão das obras de construção e reconstrução de pontes e estradas vicinais (obras emergenciais de 2010);
- c) os valores de contratos administrativos deverão ser liquidados nos primeiros meses do exercício de 2012 com a quitação das faturas/notas fiscais ainda pendentes de pagamento, emitidas em dezembro de 2011.

Cabe ainda destacar que a permanência de valores inscritos em RP sem perspectiva de pagamento onera demasiadamente o orçamento do exercício corrente, prejudicando a obtenção de recursos financeiros.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	82	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	82	1	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	80	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)	-	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	-	82	1	0

Fonte: Diretoria Administrativa, SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados).

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Exercício de Função Gratificada (FG)	0
1.4. Atribuição de GSISTE	0
1.5. Lei Complementar 73/93 (AGU)	0
1.6. Lei 10.683/03	0
1.7. Lei 6.999/82 (Tribunal Regional Eleitoral)	0
1.8. Lei 9.007/95 (Presidência da República)	0
1.9. Lei 9.020/95 (Defensoria Pública da União)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	0
2.5. Servidores em exercício em outros órgãos (§ 7º, art. 93, Lei 8.112/90)	0
2.6. Afastamento para Curso de Formação	0
2.7. Servidores exercício provisório	0

3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
4.3. Licença p/Tratamento da Saúde	0
4.4. Licença Gestante (120 dias, art. 207, Lei 8.112/90)	0
4.5. Licença-Prêmio por Assiduidade	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1. Decisão Judicial	0
6.2. Condenação à pena privativa de Liberdade	0
6.3. Abandono de Cargo ou Emprego (art. 138, Lei 8.112/90)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: Diretoria Administrativa, Extração SIAPE fev/12.

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	11	2	1
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	11	2	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	4	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	1	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	6	1	1
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	0	3	1	1
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	3	1	1

2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	14	3	2

Fonte: Diretoria Administrativa.

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	7	16	16	21	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	7	16	16	21	14
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	1	4	5	2	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	3	2	2
2.3. Funções gratificadas	-	1	2	-	-
3. Totais (1+2)	8	20	21	23	16

Fonte: Diretoria Administrativa, SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	2	6	0	25	41	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	2	6	-	25	41	-	-	-
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	12	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	9	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	3	-	-	-
3. Totais (1+2)	0	2	6	0	27	53	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	18	0
1.1 Voluntária	15	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	3	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	15	0
2.1 Voluntária	15	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	33	0

Fonte: Diretoria Administrativa (SIAPE e EXTRATOR DE DADOS).

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	3	0
1.1. Integral	3	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	7	1
3. Total (1+2)	10	1

Fonte: Diretoria Administrativa (SIAPE e EXTRATOR DE DADOS).

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	07	07	07	07	41.664,00
1.1 Área Fim	05	05	05	05	29.760,00
1.2 Área Meio	02	02	02	02	11.904,00
2. Nível Médio	04	04	04	04	16.080,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	04	04	04	04	16.080,00
3. Total (1+2)	11	11	11	11	57.744,00

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS			
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO										
2009	R\$ 4.383.772,44		R\$ 407.862,06	R\$ 136.302,66	R\$ 607.222,63	R\$ 263.506,32		R\$ 6.694,83	R\$ 50.127,24	R\$ 5.855.488,18
2010	R\$ 4.561.188,97		R\$ 413.710,60	R\$ 129.460,88	R\$ 715.448,84	R\$ 530.714,43		R\$ 5.255,11	R\$ 27.811,14	R\$ 6.383.589,97
2011	R\$ 4.649.721,73		R\$ 416.856,81	R\$ 128.395,12	R\$ 510.395,78	R\$ 637.684,42		R\$ 0,00	R\$ 23.347,92	R\$ 6.366.401,78
SERVIDORES CLT ANISTIADOS										
2009	R\$ 798,95									R\$ 798,95
2010	R\$ 0,00									R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00									R\$ 0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA										
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0,00
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0,00
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR										
2009	0	R\$ 342.151,95	0	0	R\$ 138.580,39	0	0	0	0	R\$ 480.732,34
2010	0	R\$ 317.333,26	0	0	R\$ 157.790,94	0	0	0	0	R\$ 475.124,20
2011	0	R\$ 316.838,64	0	0	R\$ 108.352,04	0	0	0	0	R\$ 425.190,68
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS										

2009	0	R\$ 15.156,36	0	0	R\$ 5.711,88	0	0	0	0	R\$ 20.868,24
2010	0	R\$ 15.156,34	0	0	R\$ 9.091,29	0	0	0	0	R\$ 24.247,63
2011	0	R\$ 15.114,24	0	0	R\$ 10.030,96	0	0	0	0	R\$ 25.145,20

Fonte: Diretoria Administrativa, Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 226.492,86
2010	R\$ 231.501,67
2011	R\$ 158.296,25

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada²¹

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados²²

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

²¹ Não houve ocorrência no exercício.

²² Não houve ocorrência no exercício.

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados²³

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

²³ Não houve ocorrência no exercício.

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante																				
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária																				
UG/Gestão: 37.30.51 / 37.201							CNPJ: 00.375.972/0023-76													
Informações sobre os contratos																				
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados														
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C							
						2009	V	O	8.000/2009	01.873.815/0001-48	01/09/09	31/08/12	8	8	0	0	0	0	P	
2010	L	O	16.000/2010	01.182.827/0001-26	01/12/10	30/11/12	6	6	0	0	0	0	P							
Observação:																				
LEGENDA																				
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.																				
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																				
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																				
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																				
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.																				

Fonte: Divisão de Administração (processos nº 54360.001198/2009-25 e 54360.001355/2010-36).

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante																				
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária																				
UG/Gestão: 37.30.51 / 37.201							CNPJ: 00.375.972/0023-76													
Informações sobre os contratos																				
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados														
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C							
						2010	6	O	7.000/2010	10.878.081/0001-80	12/07/10	11/07/12	6	2	0	4	0	0	P	
2010	13	O	2.000/2010	10.836.886/0001-61	03/05/10	21/08/11	0	0	12	12	0	0	E							

2010	5	O	3.000/2010	01.182.827/0001-26	03/05/10	02/05/12	0	0	5	5	5	0	0	P
2011	13	O	3.000/2011	01.182.827/0001-26	24/09/11	23/09/12	0	0	15	15	0	0	0	A
2010	13	O	1.000/2010	00.080.287/0001-07	03/05/10	29/10/11	1	1	0	0	0	0	0	E

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Administração (processos nº 54360.000378/2010-23 E 54360.001944/2009-81).

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Avaliação apresentada pela Diretoria de Gestão Administrativa, no início de 2011, já informava que não são utilizados indicadores gerenciais relativos a absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Com relação à rotatividade, é efetuado acompanhamento por parte da Diretoria de Gestão Administrativa dos egressos de servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004, 2005 e 2010. Quanto à disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. No tocante ao desempenho funcional, os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional. Ao longo de 2011 foi implantada a sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

Periodicamente a Diretoria de Gestão Administrativa elabora relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o Quadro de Pessoal do INCRA. Esses demonstrativos abordam temas como: ativos X aposentados; evolução de aposentadorias na Autarquia; perspectivas de aposentadoria; distribuição da força de trabalho por UJ; distribuição por faixa etária; distribuição por área de atuação; egresso de novos servidores.

Somam-se essas informações constantes dos demonstrativos citados a outras informações relativas à estrutura organizacional, assistência à saúde suplementar, avaliação de desempenho, capacitação e carreiras que compõem o quadro de pessoal do INCRA.

Mesmo com a realização do último concurso público em 2010, é evidente a gravidade da insuficiência de recursos humanos que determina uma priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio.

Assim, a implementação de novos estudos e indicadores só será possível com o ingresso de novos servidores. A Diretoria de Gestão Administrativa avalia que o contingente disponível para atividades relativas à gestão de recursos humanos não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência, são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão), coordenação e acompanhamento de eventos de

capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar).

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Informações sobre as transferências						Situação
			Valores Pactuados	Valores Repassados	Vigência	Início	Fim		
		Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulada até o exercício				
1	625737	07.365.874/0001-91	6.049.809,04	288.368,58	1.853.158,92	4.150.330,12	16-jun-08	29-mai-12	1
1	629081	06.126.351/0001-20	6.271.647,18	302.547,76	2.050.867,20	3.876.185,18	22-jul-08	29-mai-12	1
1	629133	00.759.221/0001-48	1.421.695,36	67.706,71	590.799,24	734.606,95	22-jul-08	29-mai-12	1
1	631688	03.635.713/0001-10	510.979,93	28.480,39	187.225,80	251.041,24	28-ago-08	29-mai-12	1
1	631689	03.997.641/0001-50	2.424.239,71	112.323,65	664.551,84	1.595.507,42	28-ago-08	29-mai-12	1
1	632232	05.559.308/0001-95	421.495,25	23.096,31	0,00	239.871,33	8-set-08	31-dez-11	2
1	633984	35.745.520/0001-08	2.465.469,80	117.809,24	794.685,57	1.526.175,84	16-out-08	29-mai-12	1
1	635862	06.126.351/0001-20	9.762,50	500,00	0,00	9.262,50	3-dez-08	31-dez-12	1
1	635889	06.126.351/0001-20	157.001,00	7.850,00	0,00	149.151,00	5-dez-08	30-jul-12	1
1	636496	06.126.351/0001-20	116.132,00	5.100,00	23.000,00	88.032,00	11-dez-08	30-jun-12	1
1	638328	07.365.874/0001-91	980.813,04	10.420,00	0,00	970.393,04	24-dez-08	30-dez-10	1
1	638485	11.390.457/0001-76	354.586,19	28.500,00	0,00	182.789,12	24-dez-08	24-dez-11	2
1	654477	06.126.351/0001-20	73.620,00	3.120,00	0,00	70.500,00	23-dez-09	31-dez-12	1

LEGENDA	SITUAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA
Modalidade	1 - Adimplente
1 - Convênio	7 - Arquivado
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido

Fonte: Setorial de Contabilidade.

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria						
CNPJ: 00.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 37201				
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício		Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)			
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0	4	6.230.690,75	6.731.566,26	4.717.993,25
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	0	0	4	6.230.690,75	6.731.566,26	4.717.993,25

Fonte: Setorial de Contabilidade.

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidades Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria					
CNPJ: 00.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 37201			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores			% do valor global repassado até do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previsto para 2012	
Convênio	10	20.549.796,94	20.008.134,31	36.653,16	97,36
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	10	20.549.796,94	20.008.134,31	36.653,16	97,36

Fonte: Setorial de Contabilidade.

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					
CNPJ: 00.375.972/0001 - 60		UG/GESTÃO: 37201			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
2011	Contas prestadas	Quantidade	27	0	0
		Montante Repassado	R\$ 6.903.193,02	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	14	0	0
		Montante Repassado	R\$ 6.903.193,02	0	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	23	0	0
		Montante Repassado	R\$ 3.624.066,13	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	22	0	0
		Montante Repassado	R\$ 3.107.680,04	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	18	0	0
		Montante Repassado	R\$ 3.773.961,41	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	19	0	0
		Montante Repassado	R\$ 944.031,84	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	13	0	0
		Montante Repassado	R\$ 2.144.915,02	0	0

Fonte: Setorial de Contabilidade.

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					
CNPJ: 00.375.972/0001 - 60		UG/GESTÃO: 37201			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas			27 0	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0 0	
			Contas Não analisadas	0 0	
	Montante repassado (R\$)			6.230.690,75 0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0 0	
			Quantidade Reprovada	0 0	
			Quantidade de TCE	2 0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	27 0	
			Montante repassado (R\$)	6.230.690,75 0	
2010	Quantidade de contas prestadas			23 0	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0 0	
			Quantidade Reprovada	0 0	
			Quantidade de TCE	0 0	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	17 0	
			Montante repassado (R\$)	6.731.566,26 0	
2009	Quantidade de contas prestadas			18 0	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0 0	
			Quantidade Reprovada	2 0	
			Quantidade de TCE	0 0	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	8 0	
			Montante repassado	4.717.993,17 0	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	0 0	
			Montante repassado	2.327.704,14 0	

Fonte: Setorial de Contabilidade.

6.2 Análise Crítica

a) Em resumo, temos a seguinte estrutura dos convênios vencidos:

- Posição em fevereiro/2010

CONSOLIDADO QUANTITATIVO DE CONVÊNIO E SITUAÇÃO NO SIAFI - SR - 22 - POSIÇÃO EM <u>FEV/2010</u>						
TOTAL DE CONVÊNIO	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	APROVADO	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPENSA
45	9	29	16	0	4	2

- Posição em dezembro/2010

CONSOLIDADO QUANTITATIVO DE CONVÊNIO E SITUAÇÃO NO SIAFI - SR - 22 - POSIÇÃO EM <u>DEZ/2010</u>						
TOTAL DE CONVÊNIO	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	APROVADO	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPENSA
38	0	0	32	7	6	1

- Posição em maio/2011

CONSOLIDADO QUANTITATIVO DE CONVÊNIO E SITUAÇÃO NO SIAFI - SR - 22 - POSIÇÃO EM <u>MAIO/2011</u>						
TOTAL DE CONVÊNIO	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	APROVADO	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPENSA
32	0	0	25	13	7	1

- Posição em Dezembro/2011

CONSOLIDADO QUANTITATIVO DE CONVÊNIO E SITUAÇÃO NO SIAFI - SR - 22 - POSIÇÃO EM <u>DEZEMBRO/2011</u>						
TOTAL DE CONVÊNIO	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	APROVADO	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPENSA
15	0	0	15	23	8	0

Considerações críticas da gestão dos convênios vencidos:

Dante do exposto, houve um avanço significativo do trabalho do GT Regional de Alagoas, em que foi constituído este grupo com a finalidade de zerar o estoque de convênios vencidos, onde começamos em nossa pasta com um estoque de 43 (quarenta e três) processos pendentes em nossa SR com as seguintes estruturas: 08 (oito) processos a liberar, 15 (quinze) processos a comprovar, 27 (vinte e sete) processos a aprovar, 02 (dois) processos aprovados, 04 (quatro) processos em inadimplência efetiva e 02 (dois) processos em inadimplência suspensa; passando para a seguinte situação em dezembro de 2011: “ZERO” processo a liberar, “ZERO” processo a comprovar, 15

(quinze) processos a aprovar, 23 (vinte e três) processos aprovados, 08 (oito) processos em inadimplência efetiva. Isto é, totalizando uma excelente evolução da administração e controle da nossa equipe de trabalho, ou seja, o Grupo de Trabalho Regional.

Porém, há alguns pontos negativos em nosso trabalho como: processos não localizados (fato descrito na ação de cada processo); o Decreto nº 7.446/11 que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes, falta de contingente de servidores. Como também: análises de vários processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, atrelados a análises jurídica/administrativos com o objetivo de fornecer parecer contábil a Douta Procuradoria e a Administração e as análises dos processos de TCE.

O Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil.

Entretanto, como pontos positivos, temos a excelente evolução administrativa e o controle dos processos vinculados ao grupo e a sinergia laboral de toda nossa equipe: Ordenador, Chefes de Divisão, Administrador, Membros de GT, Asseguradores e responsáveis pelos convênios.

Diante disto, esperamos concluir nosso trabalho em tempo hábil, com a seguinte meta: de zerar o estoque (convênios vencidos) em 2012, onde aplicaremos os procedimentos legais vigentes para tal feito.

b) Em resumo temos a seguinte estrutura dos convênios vigentes:

➤ Posição em fevereiro/2010

CONSOLIDADO QUANTITATIVO DE CONVÊNIO E SITUAÇÃO NO SIAFI - SR - 22 - POSIÇÃO EM <u>FEV/2010</u>							
TOTAL DE CONVÊNIO	NÃO LIBERADO	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	APROVADO	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPENSA
13		9	11	3	0	0	2

➤ Posição em dezembro/2011

CONSOLIDADO QUANTITATIVO DE CONVÊNIO E SITUAÇÃO NO SIAFI - SR - 22 - POSIÇÃO EM <u>DEZEMBRO/2011</u>							
TOTAL DE CONVÊNIO	NÃO LIBERADO	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	APROVADO	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPENSA
13	2	0	12	9	0	1	0

Considerações críticas da gestão dos convênios vencidos:

Diante do exposto, houve um avanço significativo do trabalho do GT Regional de Alagoas em que foi constituído este grupo com a finalidade de zerar o estoque de convênios vigentes onde começamos em nossa pasta com um estoque de 13 (treze) processos vigentes em nossa SR com as seguintes estruturas: 09 (nove) processos a liberar, 11 (onze) processos a comprovar, 03 (três) processos a aprovar, passando para uma seguinte situação em dezembro de 2011: 02 (dois) processos não liberados, 07 (sete) processos a liberar, 12 (doze) processos a comprovar, 09 (nove) processos a aprovar e 01(um) processo em inadimplência efetiva. Isto é, totalizando uma excelente evolução da administração e controle da nossa equipe de trabalho.

Segundo descrito em ATA DO GT – PASSIVO ZERO DE CONVÊNIO/AL/Nº 02/2010:

“Os participantes em consenso acordaram em trabalhar também nos CONVÊNIOS VIGENTES que teremos como finalidade de assegurar as informações futuras de nossa SR, sabendo que a meta do trabalho são os CONVÊNIOS VENCIDOS que estão incluídos no processo supracitado.”

Segue em anexo ATA DO GT Nº 35.2011 com o plano de acompanhamento dos convênios vencidos/vigentes da SR – 22.

Porém, há alguns pontos negativos em nosso trabalho como: processos não localizados (fato descrito na ação de cada processo); o Decreto nº 7.446/11 que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e recebimento de obras e serviços vinculado aos convênios pendentes e vigentes, falta de contingente de servidores. Como também: análises de vários processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, atrelados análises jurídica/administrativas com o objetivo de fornecer parecer contábil a Douta Procuradoria e a Administração e as análises dos processos de TCE.

O Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil.

Entretanto, como pontos positivos têm a excelente evolução da administrativa e controle dos processos vinculados ao grupo e a sinergia laboral de toda nossa equipe: Ordenador, Chefes de Divisão, Administrador, Membros de GT, Asseguradores e responsáveis pelos convênios.

Diante disto, esperamos concluir nosso trabalho em tempo hábil, com a seguinte meta: de

zerar o estoque (convênios vigentes) em nossa SR em 2013, onde aplicaremos os procedimentos legais vigentes para tal feito.

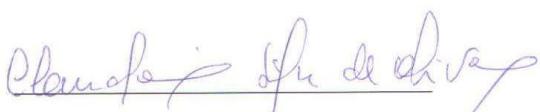
7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de prestação de contas anual, que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Maceió-AL, 15 de março de 2012.



Claudemira Silva de Oliveira
Chefe da Divisão de Administração / SR-22

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	14	14	14
	Entregaram a DBR	14	14	14
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Divisão de Administração (Setorial de Recursos Humanos).

8.1 Análise Crítica

Todos os detentores de funções comissionadas obrigados a entregar a Declaração de Bens e Rendas cumpriram a obrigação.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			

15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X	
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X			
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X
Procedimentos de Controle		1	2	3
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X	
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X	
Informação e Comunicação		1	2	3
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X	
Monitoramento		1	2	3
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X

30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
---	--	--	--	----------	--

Considerações gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X			
Considerações Gerais:				
A Gestão enviou o Memo. nº 006/2012/INCRA/SR-22/GABINETE a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, solicitando a implantação e correção dos fatos relatados no relatório de auditoria, realizada pela CGU em que apresentou o seguinte Plano de Implementação de Providência da CGU – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituição da separação dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006. (PROVIDÊNCIA A SER IMPLEMENTADA: 12.1.2 do Plano de Providência Permanente da SR – 22) em que ficou da Coordenação analisar e repasse este informe.				
A Sede se manifestou da seguinte forma, em relação ao presente questionário:				
Itens 1, 2, 3 e 4: - Aspectos sobre a gestão ambiental -				
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia. ✓ As aquisições realizadas nos exercícios 2010/2011, levaram em consideração o disposto da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, e o Decreto nº 5.940/2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta 				
Itens 5,6,7,8,9,10,11,12 e 13:				
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Costumeiramente na instituição estes itens são adquiridos pela Manutenção das Unidades, (Divisões de administração). 				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no				

contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	AL	2	2
	Maceió	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Divisão de Administração.

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	AL	1	1
	Maceió	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Divisão de Administração.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373051	2785 00255.500-4	3	4	200.000,00	02/06/2011	745.821,42	-	7.940,00
373051	2785 00117.500-3	3	3	360.000,66	02/06/2011	1.060.322,23	-	5.480,00
373051	2785 00118.500-9	3	3	27.997,24	02/06/2011	81.119,48	-	-
373051	2785 00029.500-5	3	3	410.450,10	02/06/2011	787.392,41	-	-
373051	2785 00133.500-0	3	3	55.994,48	02/06/2011	167.376,54	-	-
Total							-	13.420,00

Fonte: Divisão de Administração.

11.1.1 Análise crítica

A Divisão de Administração apresenta o seguinte detalhamento sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade:

- Contrato de Cessão de Uso Gratuito entre o INCRA e a Secretaria de Patrimônio da União-SPU: imóvel situado à Praça Visconde de Sinimbu, nº 105, Centro - Maceió/AL;
- Contrato de Cessão, sob a forma de utilização gratuita do Patrimônio Nacional, andares 4º, 5º, 11º e 12º do Edifício Walmap, situado à Rua Senador Mendonça, nº 148, Centro - Maceió/AL;
- Imóvel locado que serve de garagem para os veículos do órgão, situado na Rua Barão de Atalaia, nº 198, Centro - Maceió/AL.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	05				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	70				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos			X		

de TI.			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X	
Considerações Gerais:			
<p>A Gestão enviou o Memo. nº 005/2012/INCRA/SR-22/GABINETE a Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Gestão da Informação, solicitando a implantação e correção dos fatos relatados no relatório de auditoria, realizada pela CGU em que apresentou o seguinte Plano de Implementação de Providência da SR – 22, conexo ao Relatório de Gestão/2011 – Informações Sobre a Gestão de Tecnologia a Informação em que ficou da Coordenação analisar e repasse este informe.</p>			
A Sede se manifestou da seguinte forma, em relação ao presente questionário:			
<p>Item: Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição é elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porém sua execução é centralizada ✓ 2 - Planejamento Estratégico – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição é elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porém sua execução é centralizada ✓ 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele. 			
<p>Item: Recursos Humanos de TI</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 5 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição 			
<p>Item: Segurança da Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI ✓ 7 - Desde 2006, há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição. 			
<p>Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI. ✓ 9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades. ✓ 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos. ✓ 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, 			
<p>Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos. ✓ 13 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, além do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações. 			

- ✓ 14 – Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição.
- ✓ 15 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	373051	Limite de Utilização da UG		80.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adilson Simões Castro	436.154.144-20	800,00	0,00	230,65	230,65
Ana Patrícia Sandes Costa	032.701.394-03	800,00	0,00	1.307,94	1.307,94
Arnaldo Firmino dos Santos	690.124.418-34	800,00	0,00	3.059,30	3.059,30
Benedito da Costa Carvalho	004.591.271-87	800,00	0,00	3.170,28	3.170,28
Denis Kleber S Souza	803.480.174-72	800,00	0,00	948,30	948,30
Djair Ferreira da Silva	025.653.794-12	800,00	0,00	100,37	100,37
Eduardo Vasconcelos Medeiros	789.972.324-87	800,00	0,00	724,50	724,50
Eraldo Pita Gusmão	210.705.94-53	800,00	0,00	2.935,82	2.935,82
Fábio Leite Araújo	022.803.384-59	800,00	0,00	219,05	219,05
Fernando J.F.Lacerda Filho	688.385.814-87	800,00	0,00	260,76	260,76
Florentino Costa Filho	060.561.304-44	800,00	0,00	3.299,66	3.299,66
Hugo Luiz Costa Santos	029.350.924-73	800,00	0,00	1.315,95	1.315,95
José Everaldo Moraes de Lima	068.233.784-68	800,00	0,00	1.906,96	1.906,96
José Monteiro	087.910.074-53	800,00	0,00	1.083,43	1.083,43
José Potiguara Oliveira Filho	141.960.004-44	800,00	0,00	1.142,17	1.142,17
Loureto Barbosa Duarte	168.631.434-53	800,00	0,00	5.189,38	5.189,38
Luiz Augusto Xavier Melo	099.769.572-20	800,00	0,00	4.574,10	4.574,10
Total utilizado pela UG			0,00	41.583,98	41.583,98
Total utilizado pela UJ			0,00	41.583,98	41.583,98

Fonte: Divisão de Administração (SIAFI2011, Auto-atendimento Banco do Brasil).

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	00	0,00	21	41.583,98	41.583,98
2010	01	712,00	23	78.583,62	78.965,62
2009	03	1.068,00	24	106.287,20	107.355,20

Fonte: Divisão de Administração (SIAFI2009/2010/2011 e Auto-atendimento do Banco do Brasil).

14. Informações sobre Renúncia Tributária.²⁴

²⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício²⁵

Unidade Jurisdicionada								
Denominação completa:			Código SIORG					
Deliberações do TCU								
Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG			
Descrição da Deliberação:								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação					Código SIORG			
Síntese da providência adotada:								
Síntese dos resultados obtidos								
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor								

²⁵ Não houve ocorrência no exercício.

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4144
Deliberações expedidas pelo TCU					Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC-020.850/2010-7	6185/2011 - 1 ^a Câmara	9.3.1	DE	
Descrição da Deliberação:					Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Gestão oficializou através dos memorandos nº 258 e 275/2011/INCRA/SR-22/GABINETE em 27/10/2011 o Presidente com intuito do cumprimento dessa demanda, em resposta a análise da Divisão de Desenvolvimento. Porém, estamos aguardando posicionamento da Divisão Administrativa em relação ao lançamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ou seja, qual será o procedimento da Coordenação da Contabilidade para essa demanda.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O INCRA ampliou em cinco anos os prazos de financiamento e de carência para pagamento das modalidades do Crédito Instalação, concedido a assentados visando à estruturação das áreas de reforma agrária e ao desenvolvimento de atividades produtivas. Agora, os beneficiários terão 25 anos para quitar as dívidas, com carência de oito anos para começarem a pagar as prestações, a contar da data da comprovação da aplicação dos recursos. A medida, constante na Instrução Normativa nº 69, publicada no Diário Oficial da União, permitirá que as famílias assentadas se preparem melhor financeiramente para a quitação das prestações referentes ao crédito recebido. O pagamento é feito em 17 parcelas anuais e sucessivas. De acordo com o antigo normativo, os assentados teriam que iniciar o pagamento a partir do terceiro ano da aplicação dos recursos, um tempo exíguo para que essas famílias estivessem em condição de renda favorável. Para os créditos concedidos até 31 de dezembro de 2010, o prazo de carência foi prorrogado até 31 de dezembro de 2015, data limite para o pagamento da primeira parcela.					
Em resposta a DDI-2 através do memorando nº 175/2011, que esta sendo construído um sistema de concessão de créditos, que permitirá controle de toda a movimentação desse fluxo financeiro juntamente com os direitos a receber.					
Porém, pertinente à criação da provisão descentralizamos essa demanda de Brasília com intuito de dirimir esse trabalho. No entanto, não houve análise deste posicionamento.					
Fator Positivo a resposta da DD em tempo hábil e a criação do novo normativo referente ao Crédito de Instalação e como fator negativo temos a morosidade de informação da DA (Divisão Administrativa) em relação à análise do Crédito de Instalação, referente ao provisionamento e lançamento da provisão para devedores duvidosos.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	TC-020.850/2010-7	6185/2011 - 1 ^a Câmara	9.3.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Descrição da Deliberação:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Alagoas que, no prazo de 180 dias, elabore plano de ação contendo cronograma das medidas que irá adotar para a correção das seguintes falhas:

- ausência de análise de prestações de contas de transferências concedidas nos prazos previstos (art. 31 da Instrução Normativa STN 1/97);
- acompanhamento inadequado dos prazos de apresentação de prestação de contas das transferências concedidas (§5º do art. 28 da Instrução Normativa STN 1/97);
- não realização de fiscalizações periódicas da execução de todos os convênios firmados (art. 23 da Instrução Normativa STN 1/97);
- necessidade de efetivação da inscrição dos responsáveis por convênios em situação de inadimplência no Cadin (§1º do art. 5º da Instrução Normativa STN 1/97);
- falta de efetividade no acompanhamento permanente dos convênios, permitindo a liberação de parcelas e a celebração de convênios com entidades que apresentam pendências de comprovação de parcelas de convênios anteriormente firmados;
- ausência de documentação do fluxo operacional da área de convênios;
- necessidade de aperfeiçoamento dos controles relacionados à abertura e conclusão de processos de tomada de contas especial;

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Gestão manteve constituído o Grupo de Trabalho Regional – GT com vista a concluir em 100% do estoque de convênios com prazos vencidos em 2012 e ainda registrados na situação de “a aprovar” em seu registro no SIAFI. Este Grupo Trabalho tem a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação, firmados sob a vigência da IN STN/MF/Nº 01/1997 e demais normas correlatas. Cabe ao GT monitorar os serviços executados pelos asseguradores de convênios e pela setorial contábil, produzindo relatórios trimestrais sobre o andamento dos trabalhos e atuar com medidas preventivas e orientadoras. Os fatos relatados na descrição da Deliberação do TCU são provenientes dos gargalos ou mazela dos convênios vencidos. Temos a ele os convênios vigentes onde o GT procurará zerar também em tempo hábil. Conexo a estes convênios vencidos temos os processos de TCE que foram parados a sua tramitação de conclusão devidos os processos serem repassados ao GT para sanar as pendências técnicas e contábeis, buscando tomarmos todas as medidas de exceção. Então, a Gestão oficializará a CP-TCE para as seguintes demandas: que a CP-TCE crie um procedimento e um fluxograma que demonstre o fluxo operacional dos processos de TCE a ser tramitados em nossa SR com a finalidade de suprir a necessidade de aperfeiçoar os controles relacionados à abertura e conclusão dos processos de TCE e que a CP-TCE envie mensalmente os relatórios de acompanhamento das Tomadas de Contas ao Grupo de Trabalho Regional com cópia a Gestão, Auditoria do INCRA e Coordenação de Contabilidade, podendo ser enviado via email. Com isso buscaremos reforçar o controle e a execução dos processos de TCE em nossa SR. A Gestão elaborará uma ORDEM DE SERVIÇO, formando uma comissão de Gerenciamento de Convênio ou Núcleo de Gerenciamento de Convênio em nossa SR cujo objetivo será: coordenar, planejar, organizar, executar e controlar os convênios no SICONV que serão instituídos em nossa Superintendência, fato este descrito na plano de ação da SR – 22.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Pontos negativos o Decreto nº 7.446/11 que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas á fiscalização e recebimento de obras e serviços vinculado aos convênios pendentes e vigentes; falta de contingente de servidores. Além disso: análises de vários processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, atrelados análises jurídica/administrativos com o objetivo de fornecer parecer contábil a Douta Procuradoria e a Administração e as análises dos processos de TCE. **Pontos positivos** têm a excelente evolução administrativa e de controle dos processos vinculados ao grupo e a sinergia laboral de toda nossa equipe: Ordenador, Chefs de Divisão, Administrador, Membros de GT, Asseguradores e responsáveis pelos convênios. Redução significativa nos estoques de convênios vencidos e avanço significativo entre a relação da técnica com a contábil em que a técnica repassa todas as informações de todos os convênios em sua pasta.

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	201109238	1.1.2.10	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144			
Descrição da Recomendação:					
Pagamento por serviço acima do preço de mercado, no valor total de R\$ 293.280,00, relativo ao Contrato CRT/AL n° 14.000/2010.					
RECOMENDAÇÃO N° 001: Que o INCRA exija de seus técnicos a análise de preços da planilha orçamentária da contratada e faça constar no processo a emissão do parecer correspondente sobre a compatibilidade dos preços praticados na região.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Gabinete					
Síntese da providência adotada:					
A empresa foi notificada através da notificação n.º 10 feita pelo antigo gestor para que encaminhasse tais documentos e através da notificação n.º 13 pelo atual gestor do relatório final da CGU para tomar ciência do relatório final encaminhado ao TCU para que a mesma tomasse as providências acima elencadas, e de ter ciência das penalidades que sofreriam caso não efetuassem os trabalhos contratados. Foram acostados aos autos do processo relativo ao contrato CRT/AL n.º 14.000/2010 firmado entre O INCRA e a empresa Cambra engenharia Ltda a emissão de parecer correspondente sobre a compatibilidade dos preços praticados na região. Na elaboração de novo edital e modelo de contrato para a concorrência pública 2011 elaborada pelo Incra já consta valores orçados pelo SICRO2/DNIT. Esta sendo elaborado plano para capacitação dos pregoeiros e membros da comissão de licitação de obras. Capacitação na lei de licitações, Planilhas do Sicro 2/ Dnit, Orse, Sinapi, Siasg, Siconv dentre outras atividades para tentar melhorar a forma de aquisição de serviços e obras desta Autarquia.					
Síntese dos resultados obtidos					
Metodologia de conscientização do procedimento a ser traçado pelos Setores Competentes para tal feito.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		

02	201109238	1.1.2.10	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144			
Descrição da Recomendação:					
Pagamento por serviço acima do preço de mercado, no valor total de R\$ 293.280,00,relativo ao Contrato CRT/AL nº 14.000/2010.					
RECOMENDAÇÃO N° 002: Proceder a devolução dos recursos superfaturados e não executados relacionados no relatório.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Gabinete					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A empresa foi notificada através da notificação n.º 12 feita pelo antigo gestor para que encaminhasse tais documentos comprovantes dos serviços contratados e através da notificação n.º 14 pelo atual gestor do relatório final da CGU para tomar ciência do relatório final encaminhado ao TCU para que a mesma tomasse as providências acima elencadas, e de ter ciência das penalidades que sofreriam caso não efetuam a devolução da mesma.					
Foi realizada a devolução no valor de R\$ 138.777,00; conforme descrito no oficio Gab.-SR -22/AL/ N° 1308/2011 entregue a CGU e juntado ao processo sob nº 54360.001088/2011-88.					
Síntese dos resultados obtidos					
Metodologia de conscientização do procedimento a ser traçado pelos Setores Competentes para tal feito.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.</p>					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
03	201109238	2.1.4.1	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144			
Descrição da Recomendação:					
Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade da Unidade.					
RECOMENDAÇÃO N° 001: Aprimorar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como "Bens de Uso Especial" de propriedade da União ou locado de terceiros.					
RECOMENDAÇÃO N° 002: Promover a avaliação de todos os imóveis que se encontram com a mesma vencida, bem como estabelecer rotina de reavaliação a cada 2 anos.					
RECOMENDAÇÃO N° 003: Promover gestões junto à Superintendência Regional de Patrimônio da União em Alagoas com vistas à regularização dos imóveis que continuam em nome desta.					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	
Síntese da providência adotada:	
A Gestão oficializou a SPU através do Ofício nº 0085/2012/INCRA/SR-22/GABINETE, solicitando que a SPU/AL: promovesse a avaliação de todos os bens imóveis que se encontravam com a mesma vencida, que regularizasse a situação dos imóveis que continuam em nome desta entidade e que capacitasse e treinasse servidores desta Autarquia no Programa SPIUNET.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularização concluída, faltando somente capacitação dos servidores no Programa SPIUNET.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos resposta a tempo hábil da SPU. Os fatores negativos – redução de quatro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acumulo de demanda para um servidor.	

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício²⁶

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	201109238	1.1.2.2	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144			
Descrição da Recomendação:					
Inexistência de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa à fiscalização das obras objetos do Contrato nº 13.000/2010, para execução das pontes em estradas vicinais localizadas nos assentamentos Cavaco, Serrana, Santa Maria e Limão, no município de União dos Palmares/AL.					
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Anexar as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART aos respectivos processos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
GABINETE/ SETOR DE ENGENHARIA					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Assim que foi identificado a necessidade de constar nos autos dos processos administrativos de contratação de obras de infraestrutura nos projetos de assentamentos do Incra em Alagoas e apontada pela CGU foi sanado tal procedimento, e anexado nos processos as ART de fiscalização de obras. Conforme já consta tal implementação do relatório da CGU encaminhado ao TCU.					
Identificado tal necessidade de ART em todos os processos de contratação de obras de infraestrutura nos Projetos de Assentamentos do Incra em Alagoas foi decidido que assim que houver a contratação das empresas para obras futuras, o engenheiro ou comissão de engenheiros do Incra Alagoas irá protocolizar no CREA-AL pedido solicitando a ART de fiscalização, sendo condição necessária para que os mesmos possam ir às áreas fiscalizadas e dar parecer técnico e atesto em tais processos de obras de infraestrutura.					
Outra situação que ficou bastante frisada nos procedimentos é a divisão de responsabilidades com a criação de uma comissão de recebimento de obras de infraestrutura que elaborará parecer técnico do recebimento das mesmas, garantindo assim uma melhor fiscalização e atesto dos serviços realizados. Em anexo segue cópia da comissão de recebimento de obras.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
02	201109238	1.1.2.3	Ofício n° 29.220/2011-		

²⁶ Não houve ocorrência no exercício.

		CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Descrição da Recomendação:		
Execução dos serviços das pontes objetos do Contrato CRT/AL nº 13.000/2010 realizada sem o projeto revisado, comprometendo a solidez e segurança da obra.		
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Realizar a comprovação de que as obras foram realizadas de acordo com os projetos 'as built' e, caso não seja apresentada a documentação, ou esta seja insuficiente para comprovação das despesas realizadas, apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Gabinete/Setor de Engenharia		
Justificativa para o seu não cumprimento:		
<p>Devido ao alto índice pluviométrico que aconteceu nos meses de junho a outubro de 10, fora contratada empresa para elaboração e outra para execução das pontes no município de União dos Palmares, o projeto e execução da obra no Projeto de Assentamento Cavaco teve que ser modificado para atender a algumas situações que durante os levantamentos preliminares não ficou bem evidenciado e quando da execução do mesmo teve que sofrer algumas modificações para que melhor atendesse os assentados daquela região e garantisse segurança e qualidade na obra.</p> <p>Além disso, segue em anexo projeto recalculado dos valores que foram utilizados na execução da mesma, além do projeto estrutural com as devidas explicações sobre os materiais utilizados além das plantas e desenhos projeto hidrológicos, especificações técnicas – concreto pré-moldado e concreto armado, estudo geotécnico, planilha orçamentária. Tais documentos foram encaminhados à empresa Cambra engenharia Ltda para que a mesma verificasse os cálculos e estudos hidrológicos e geotécnicos e fornecesse parecer sobre as mudanças do projeto original.</p> <p>Devido as cheias e chuvas torrenciais que caíram no ano de 2010 e durante o inverno rigoroso do ano em curso, tivemos chuvas no período de abril de 2011 a final de setembro de 2011 e devido a região de União dos Palmares ser uma região com maior índice pluviométrico, algumas obras de arte não puderam ser concretizadas a tempo de ser encaminhada junto com este relatório, mas a empresa contratada apresentou relatório e novo cronograma para término das mesmas, não gerando nenhum custo adicional para esta Autarquia.</p> <p>Todos os projetos de pontes que estão sendo executados pela empresa Mult Construções Ltda. estão sendo fiscalizado desde o início e assim o serão até o término dos serviços, a empresa foi notificada através da notificação n.º 10 emitida pelo Superintendente à época e agora novamente através da notificação n.º 13 pela atual superintendente sobre os procedimentos a serem realizados na conclusão das mesmas, e alertando sobre as consequências das mesmas, cópia em anexo.</p> <p>Foi criada através de ordem de serviço, em anexo, comissão de recebimento de obras formadas por dois Engenheiros e dois técnicos para dividir melhor as responsabilidades e fiscalizar com muito mais critérios os serviços contratados.</p> <p>Na execução de novos projetos foi determinado que esta comissão de recebimento elaborará um cronograma de acompanhamento de projetos com idas a campo regularmente, solicitando das empresas contratadas que a façam com o maior rigor possível, para que situações anômalas aos procedimentos técnico sejam minimamente apresentadas.</p> <p>Os fatos expostos estão no PPP da CGU entregue.</p>		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.</p>		

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
03	201109238	1.1.2.3	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144		
Descrição da Recomendação:					
Execução dos serviços das pontes objetos do Contrato CRT/AL nº 13.000/2010 realizada sem o projeto revisado, comprometendo a solidez e segurança da obra.					
RECOMENDAÇÃO N° 002: Aprimorar os mecanismos de controle e acompanhamento relativos à contratação e execução da obra.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Gabinete/Setor de Engenharia					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Os procedimentos adotados serão os utilizados pela lei 8.666/93 e suas alterações para elaboração de editais, fazendo constar nos editais de contratação de serviços de obras de engenharia e nos seus contratos um maior rigor quanto a fiscalização, recebimento de obras, multas contratuais, garantias, documentos necessários para se ter na obra: plantas, diários de obras, boletins de medições dentre outros elementos que possam auxiliar os membros da fiscalização, bem como de outros setores da autarquia ou de outros órgãos de controle.</p> <p>Lembrando que tais obras foram contratadas emergencialmente devido ao volume excessivo de chuvas que desabou sobre alagoas no ano de 2010 e a dificuldade de funcionários que tínhamos e continuamos a ter ainda, mas que com a criação de um grupo de recebimento de obras e de gestor destes contratos encontraremos uma solução para um melhor acompanhamento dos contratos celebrados atualmente e para os futuros.</p> <p>Capacitação e treinamento permanente da equipe de licitação para que a mesma utilize os acordos do TCU e também na lei de licitações nas várias modalidades de aquisição de serviços e produtos de engenharia para tornar cada vez mais eficaz e eficiente os contratos firmados, zelando pelo orçamento público.</p> <p>Foi criado através de ordem de serviço comissão de recebimento de obras compostas por 2 engenheiros e 2 técnicos para dividir responsabilidades e feito novo cronograma para ida às obras para o período que falta para conclusão das mesmas, visto que devido às chuvas que caíram torrencialmente de abril a final de setembro de 2011, muito trabalho só poderá ser refeito e/ou feito agora no período de estiagem.</p> <p>Foi conseguido junto a sede nacional do Incra recursos para garantir a ida dos técnicos aos locais onde está sendo realizado as mesmas, encaminhando solicitação de autorização de viagens ao próprio presidente nacional do Incra, devido ao impedimento do decreto presidencial que limita a quantidade máxima de 40 (quarenta) diárias anuais para viagens de servidores a serviço da Autarquia, sendo condição necessária para o bom andamento dos trabalhos de fiscalização.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.</p>					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
04	201109238	1.1.2.4	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL		

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144		
Descrição da Recomendação:			
Pagamento por serviços não executados ou não comprovados no montante de R\$ 996.842,72, referente ao Contrato nº 13.000/2010.			
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Instar a empresa contratada a realizar a comprovação da execução dos serviços citados no campo fato da despesa realizada. Caso não sejam apresentada a documentação ou esta seja insuficiente para comprovação das despesas realizadas, estabelecer cronograma para conclusão, pela empresa contratada, dos itens pendentes de execução e apurar a responsabilidade pela autorização de pagamento de serviços não executados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Gabinete/Setor de Engenharia			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A empresa foi notificada através da notificação n.º 10 pelo Superintendente em exercício à época sobre as ações que deveria tomar para sanar as irregularidades encontradas pela fiscalização da Autarquia, bem como do órgão de controle externo – CGU, e informou através de calendário prazos para a finalização e entrega das mesmas, bem como dos serviços que ainda serão executados para comprovação dos serviços, foram instaladas as placas em todas as pontes com os valores orçados para elas, bem como identificados outros serviços que deveriam ter sido devidamente comprovados e que serão devidamente cobrados com a apresentação dos serviços e recebimento pela comissão de recebimento de obras.</p> <p>Com a criação da comissão de recebimento de obras e com a normalidade dos serviços, diferente do período emergencial e de calamidade pública, os servidores designados para a tarefa de fiscalização terá a oportunidade de averiguar com maior rigor os serviços contratados e executados nos vários projetos de assentamentos. Constando já dos novos contratos as obrigações das empresas e da equipe de fiscalização, bem como do pagamento e do recebimento das obras.</p> <p>A empresa foi notificada novamente sobre o relatório final da CGU encaminhado ao TCU e estamos no aguardo das respostas e também no andamento das obras para verificar os procedimentos adotados para sanar as pendências, bem como a apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.</p> <p>Os fatos expostos estão no PPP da CGU entregue.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201109238	1.1.2.5	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144	
Descrição da Recomendação:			
4. Item 1.1.2.5 Falhas da definição do objeto, não exigência de prestação de garantia e deficiência no acompanhamento da execução do Contrato nº 13/2010.			
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Exigir da contratada a elaboração do diário de obra, a garantia contratual, demonstrativo de composição do BDI, memórias de cálculo da planilha orçamentária e das			

medições realizadas, a fim de garantir o adequado acompanhamento contratual em cumprimento ao disposto em artigos da Lei nº 8.666/93, além de possibilitar a verificação da efetiva prestação do serviço.

RECOMENDAÇÃO Nº 002: Aprimorar os mecanismos de controle e acompanhamento relativo à contratação e execução da obra.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:
A empresa foi notificada através da notificação n.º 10 a proceder a entrega dos documentos solicitados para dirimir as dúvidas, apresentaram alguns antes da entrega do relatório final a CGU e apresentou outros depois deste prazo e que estão sendo analisados e encaminhados para o órgão de controle, visto que muitos dos serviços tiveram que ser refeitos e ou terminados devido ao grande período de chuvas que se abateu entre os meses de abril e setembro de 2011.

A empresa foi notificada através da notificação n.º 13 sobre o relatório final da CGU encaminhado ao TCU e está finalizando as pendências para entregar as obras que foram contratadas no contrato acima mencionado, dando as garantias necessárias para o bom funcionamento das mesmas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201109238	1.1.2.7	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:

Pagamentos por serviços não executados ou não comprovados, no montante de R\$ 3.153.568,80, referentes ao Contrato nº 11.000/2010.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Realizar a comprovação da despesa realizada. Caso não seja apresentada a documentação ou esta seja insuficiente para comprovação das despesas realizadas, estabelecer cronograma para conclusão, pela empresa contratada, dos itens pendentes de execução e apurar a responsabilidade pela autorização de pagamento de serviços não executados.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:
A empresa foi notificada através da notificação n.º 11 pelo superintendente à época a sanar as irregularidades encontradas pela fiscalização e também pelos órgãos de controle, a mesma apresentou documentação que foi entregue antes do relatório final a CGU para que a mesma encaminhasse ao TCU e alguns documentos foram entregues a posterior com cronograma para a ré execução das mesmas e/ou execução dos serviços que foram identificados como material de baixa qualidade e/ou que deverão ser substituídos, e devido ao grande volume de chuvas que caiu na região com maior índice pluviométrico do estado no período de abril a setembro de 2011 a empresa também apresentou solução técnica com a colocação de sarjetas laterais e também bueiros de greide para minorar e melhorar as drenagens das águas.

A empresa foi notificada também através da notificação n.º 13 pelo Superintendente atual sobre o relatório final encaminhado da CGU para o TCU, esperando que a mesma se pronuncie sobre algumas recomendações feitas pelo órgão de controle e pela fiscalização da Autarquia. Estamos aguardando a resposta e acompanhando os trabalhos que estão sendo reexecutados e/ou executados de forma correta, e devido ao grande volume de chuvas que caiu nos períodos de abril a setembro de 2011, região de maior índice pluviométrico do estado, onde algumas cidades decretaram novamente estado de emergência foram feitas algumas mudanças na concepção da drenagem, acrescentando bueiros de greide e sarjetas laterais para diminuir o grande volume de água que foi verificado em toda região neste período chuvoso deste ano conforme fotos exposta no PPP da CGU.

A empresa está realizando os serviços de drenagem, colocação de greide e sarjetas laterais nos projetos de assentamentos Cavaco, Serra preta-Gordo, Limão, Chico Mendes e Serrana. Foi criado ordem de serviço para recebimento de obras compostas por 2 engenheiros e 2 técnicos para acompanhar os serviços e fazer os recebimentos das obras em comento.

Foi solicitado do Incra sede recursos para pagamento de diárias e autorização para que os técnicos pudessem viajar, devido ao decreto presidencial que limitava em 40 diárias por ano para que os mesmos pudesse viajar, o que prontamente fora atendido.

Na elaboração do edital e do modelo de contrato a ser firmado pelo Incra para a próximas obras a serem Licitadas este ano e nos anos vindouros colocando cláusulas específicas para pagamentos e documentos necessários e obrigatórios que deverão estar em poder da empresa na obra e para os recebimentos de seus pagamentos. Responsabilidades da fiscalização e da contratada, forma de recebimento final da obra e seu pagamento final, além de informar imediatamente qualquer anormalidade a fiscalização do Incra.

Na elaboração de projetos de engenharia tentar se cercar ao máximo de todas as informações necessárias para diminuir os riscos de execução, dentre outras atividades como cronogramas para ida aos projetos de assentamentos que estão sendo fiscalizados pelo menos a cada 15 dias.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201109238	1.1.2.8	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Código SIORG

4144

Descrição da Recomendação:

Impropriedades nos procedimentos da dispensa de licitação e na execução do Contrato nº 11.000/2010.

RECOMENDAÇÃO N° 001: Exigir da contratada a elaboração das memórias de cálculo da planilha orçamentária e das medições realizadas, a fim de garantir o adequado acompanhamento contratual em cumprimento ao disposto em artigos da Lei nº 8.666/93, além de possibilitar a verificação da efetiva prestação do serviço.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A empresa foi notificada através da notificação n.º 10 feita pelo antigo gestor para que encaminhasse tais documentos e através da notificação n.º 13 pelo atual gestor do relatório final da CGU para tomar ciência do relatório final encaminhado ao TCU para que a mesma tomasse as providências acima elencadas, e de ter

ciência das penalidades que sofreriam caso não efetuem os trabalhos contratados. A empresa encaminhou planilhas e cronograma para o cumprimento dos objetos contratados e a empresa continua executando os serviços. Está mantendo em seu escritório planilha atualizada dos serviços executados e a executar.

Na elaboração do edital e dos contratos a serem firmados pelo Incra com as empresas que serão contratadas consta em edital e no contrato uma amarração maior para a fiscalização e para a empresa para pagamento e acompanhamento.

Foi criada comissão de recebimento de obras para fazer acompanhamento deste e dos novos contratos a serem firmados por esta superintendência.

Foi criado cronograma para fiscalização das obras.

Em algumas viagens alguns funcionários da contabilidade irão acompanhar para que se tente ao máximo evitar furos quando das medições.

Foi solicitado recursos de diárias ao Incra – Sede e autorização de viagens devido ao decreto presidencial que limitava em para fazer mais de 40 viagens durante o ano.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201109238	1.1.2.9	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Atesto e pagamento de execução de serviços de baixa qualidade relativos ao Contrato nº 11.000/2010.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Exigir da empresa contratada a recuperação dos trechos danificados.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A empresa foi notificada através da notificação nº 10 feita pelo antigo gestor para que encaminhasse tais documentos e através da notificação nº 13 pelo atual gestor do relatório final da CGU para tomar ciência do relatório final encaminhado ao TCU para que a mesma tomasse as providências acima elencadas, e de ter ciência das penalidades que sofreriam caso não efetuem os trabalhos contratados.

Foi criada comissão de recebimento de obras para fazer acompanhamento deste e dos novos contratos a serem firmados por esta superintendência.

Foi criado cronograma para fiscalização das obras.

Em algumas viagens alguns funcionários da contabilidade irão acompanhar para que se tente ao máximo evitar furos quando das medições.

Foi solicitado recursos de diárias ao Incra – Sede e autorização de viagens devido ao decreto presidencial que limitava em para fazer mais de 40 viagens durante o ano

Na elaboração do edital e dos contratos a serem firmados pelo Incra com as empresas que serão contratadas consta em edital e no contrato uma amarração maior para a fiscalização e para a empresa para pagamento e acompanhamento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201109238	1.1.2.9	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Atesto e pagamento de execução de serviços de baixa qualidade relativos ao Contrato nº 11.000/2010.

RECOMENDAÇÃO Nº 002: Realizar vistoria e avaliação dos serviços de reparo a serem executados, atestando a adequabilidade da execução dos mesmos, e caso os reparos não sejam realizados a contento, apurar responsabilidades pelo atesto e pagamento de serviços de má qualidade, e adotar medidas para devolução dos recursos pagos indevidamente.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A empresa foi notificada através da notificação n.º 10 feita pelo antigo gestor para que encaminhasse tais documentos e através da notificação n.º 13 pelo atual gestor do relatório final da CGU para tomar ciência do relatório final encaminhado ao TCU para que a mesma tomasse as providências acima elencadas, e de ter ciência das penalidades que sofreriam caso não efetuam os trabalhos contratados.

Foi criada comissão de recebimento de obras para fazer acompanhamento deste e dos novos contratos a serem firmados por esta superintendência.

Foi criado cronograma para fiscalização das obras.

Em algumas viagens alguns funcionários da contabilidade irão acompanhar para que se tente ao máximo evitar furos quando das medições.

Foi solicitado recursos de diárias ao Incra – Sede e autorização de viagens devido ao decreto presidencial que limitava em para fazer mais de 40 viagens durante o ano

A empresa está executando as obras e a fiscalização está fazendo o acompanhamento, observando os materiais que estão sendo utilizados bem como o sistema de drenagem com a colocação de sarjetas laterais, bueiros de greide, manilhas e material a ser compactado.

Foi criada comissão de recebimento de obras para fazer acompanhamento deste e dos novos contratos a serem firmados por esta superintendência.

Foi criado cronograma para fiscalização das obras.

Em algumas viagens alguns funcionários da contabilidade irão acompanhar para que se tente ao máximo evitar furos quando das medições.

Foi solicitado recursos de diárias ao Incra – Sede e autorização de viagens devido ao decreto presidencial que limitava em para fazer mais de 40 viagens durante o ano.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e

as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201109238	1.2.1.1	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Desclassificação indevida de participantes de pregão eletrônico devido à utilização de critério de 36 de 82 inexequibilidade incorreto.			
RECOMENDAÇÃO N° 001: Realizar capacitação adequada da equipe de Licitação a fim de aprimorar os julgamentos das propostas nos pregões eletrônicos realizados pela Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete/Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Criar um plano de ação promovendo capacitação e treinamento à equipe de licitação para o próximo ano: através de curso a distância ou presencial. Isto é, priorizar os treinamentos à distância (EAD), com a finalidade de capacitar e treinar os membros da equipe de licitação nos seguintes sites: www.enap.gov.br ou www.tcu.gov.br (curso gratuito para servidores). Em que será elaborado um cronograma de treinamento e capacitação que ficará a cargo do Recurso Humano – RH em comunicar os servidores deste treinamento. Lembrando que em virtude do Decreto nº. 7.446/11 que foram suspensos todos os deslocamentos de servidores envolvendo concessão de diárias e passagens no âmbito deste órgão, acarretando com isso suspensão de realização de eventos de capacitação, reuniões técnicas ou similares, etc. Fato este reforçado pelo Memo/INCRA/nº 103/DA-CIRCULAR. Então, vamos priorizar os treinamento e capacitação a Distância, acarretando com isso redução de custo, ou seja, o pagamento de diária e passagem e pagamento de curso (a entidade).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201109238	2.1.6.1	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144		
Descrição da Recomendação:			
Adoção parcial de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras.			
RECOMENDAÇÃO N° 001: Adotar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou 45 de 82 obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Gestão enviou o Memo. nº 006/2012/INCRA/SR-22/GABINETE a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, solicitando a implantação e correção dos fatos relatados no relatório de auditoria, realizada pela CGU em que apresentou o seguinte Plano de Implementação de Providencia da CGU – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituição da separação dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006. (PROVIDÊNCIA A SER IMPLEMENTADA: 12.1.2 do Plano de Providencia Permanente da SR – 22) em que ficou da Coordenação analisar e repasse este informe.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; ausência de resposta da Coordenação do Setor de Meio Ambiente.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201109238	2.1.6.2	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144	
Descrição da Recomendação:			
Falta de separação de resíduos recicláveis descartados e/ou falta de destinação adequada aos mesmos.			
RECOMENDAÇÃO N° 001: Instituir a separação dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Gestão enviou o Memo. nº 006/2012/INCRA/SR-22/GABINETE a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, solicitando a implantação e correção dos fatos relatados no relatório de auditoria, realizada pela CGU em que apresentou o seguinte Plano de Implementação de Providencia da CGU – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituição da separação dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006. (PROVIDÊNCIA A SER IMPLEMENTADA: 12.1.2 do Plano de Providencia Permanente da SR – 22) em que ficou da Coordenação analisar e repasse este informe.			

dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006. (PROVIDÊNCIA A SER IMPLEMENTADA: 12.1.2 do Plano de Providencia Permanente da SR – 22) em que ficou da Coordenação analisar e repasse este informe.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; ausência de resposta da Coordenação do Setor de Meio Ambiente.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201109238	2.1.7.1	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Falta de atualização no SIASG de valores referentes a 12 contratos registrados no referido Sistema.

RECOMENDAÇÃO N° 001: O gestor deve providenciar a atualização dos contratos apresentados e envidar esforços para manter o SIASG atualizado, notadamente quanto aos valores dos contratos firmados, atendendo ao que determina o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Criar um plano de ação em que providenciará a atualização dos contratos apresentados e manter o SIASG atualizado, notadamente quanto aos valores dos contratos firmados, atendendo ao que determina o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

Então, será instituída uma ordem de serviço que determinará a comissão em providenciar a atualização dos contratos apresentados em nossa SR e manter o SIASG atualizado, notadamente quanto aos valores dos contratos firmados, atendendo ao que determina o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201109238	3.1.2.1	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Ausência de procedimentos adequados de controle e acompanhamento das transferências voluntárias concedidas.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Manter o acompanhamento permanente desde a formalização até a análise das prestações de contas dos convênios e sua respectiva aprovação ou abertura de tomada de contas especial.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Criar um plano de ação em que manterá o acompanhamento permanente desde a formalização até a análise das prestações de contas dos convênios e sua respectiva aprovação ou abertura de tomada de contas especial em relação aos convênios vencidos e vigentes em nossa SR, com os seguintes passos:

1. Reeditar ou prorrogar a ordem de serviço do Grupo de Trabalho com intuito de acompanhar os convênios vencidos e vigentes em nossa SR com objetivo de Zerar os estoques de Convênios (vencidos e vigentes), a continuidade das tarefas do Grupo de Trabalho é uma recomendação expressa no parecer do dirigente do controle interno (em anexo), reforçado com o MEMO/CIRCULAR/DA/Nº 414/2011 (em anexo).
2. Reeditar ou prorrogar a ordem de Serviço da Comissão de Permanente de TCE;
3. Elaborar um procedimento interno e fluxograma de abertura de processos de TCE;
4. Criar um plano de acompanhamento permanente dos convênios vencidos e vigentes
5. Observação1: Segue em anexo o RELATÓRIO/GRUPO DE TRABALHO REGIONAL/Nº 05/2011 em que expõe o acompanhamento permanente dos convênios vencidos em nossa SR. Observa-se que há acompanhamento permanente deste convênios. Porém, a certo gargalo em cumprir nosso prazo de zerar este estoque pelo seguinte motivo: esgotamentos das medidas administrativas internas com obtenção do resarcimento pretendido, ou seja, a conclusão do objeto ou resarcimento financeiro. As medidas administrativas internas (conclusão do objeto ou resarcimento financeiro) são pautadas nos princípios de contraditório e da ampla defesa onde ofertamos as entidades o cumprimento de sua obrigação que seria a conclusão do objeto e resarcimentos financeiros dos fatos apontados pela área técnica ou contábil. Então, não obtendo êxito na conclusão do objeto ou resarcimento pretendido, seremos taxativos em abrir ou reativar o processo de TCE. Nota: os convênios vencidos estão catalogados em acompanhamento permanente pelo Grupo de Trabalho Regional, fato descrito no relatório supracitado.
6. Observação 2: cronograma de análise dos processos, na área Técnica e Contábil em relação ao convênios vigentes, foi projetado e descrito no RELATÓRIO/GRUPO DE TRABALHO REGIONAL/Nº 06/2011.

Em relação aos convênios novos que forem abertos em nossa SR pelo SICONV, seguirá as seguintes metodologias:

- Instituir uma ordem de serviço que determinará a comissão intitulada com Núcleo de Gerenciamento de Convênios em manter o acompanhamento permanente desde a formalização até a análise das prestações de contas dos convênios e sua respectiva aprovação ou abertura de tomada de contas especial no SICONV, como também elaboração de: normatização interna, procedimentos internos e fluxograma de tramitação dos processos em nossa SR.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201109238	3.1.2.2	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144		
Descrição da Recomendação:			
Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/2.000/2008 (Siafi nº 625737) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.			
RECOMENDAÇÃO N° 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A entidade foi notificada e compareceu perante aos membros do Grupo de Trabalho em que foi ofertado um prazo para sanar as pendências exposta no relatório da CGU. Apresentou sua defesa em que foi aberto um processo de Defesa. Porém, não houve análise desta defesa devida acumulo de Convênios Vencidos para análise na Setorial Contábil e o GT Regional, ou seja, convênios este prioritário por determinação do TCU cuja finalidade é ZERAR ESSE ESTOQUE. Lembrando que o Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil. Nota que a técnica apresentou nenhuma pendência em relação a este convênio.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201109238	3.1.2.3	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144	
Descrição da Recomendação:			
Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/3.000/2008 (Siafi nº 629081) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.			
RECOMENDAÇÃO N° 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A entidade foi notificada e compareceu perante aos membros do Grupo de Trabalho em que foi ofertado um prazo para sanar as pendências exposta no relatório da CGU. Apresentou sua defesa em que foi aberto um			

processo de Defesa. Porém, não houve análise desta defesa devida acumulo de Convênios Vencidos para análise na Setorial Contábil e o GT Regional, ou seja, convênios este prioritário por determinação do TCU cuja finalidade e ZERAR ESSE ESTOQUE. Lembrando que o Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil. Nota que a técnica apresentou nenhuma pendência em relação a este convênio.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201109238	3.1.2.4	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/4.000/2008 (Siafi nº 629133) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenentes.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A entidade foi notificada e compareceu perante aos membros do Grupo de Trabalho em que foi ofertado um prazo para sanar as pendências exposta no relatório da CGU. Apresentou sua defesa em que foi aberto um processo de Defesa. Porém, não houve análise desta defesa devida acumulo de Convênios Vencidos para análise na Setorial Contábil e o GT Regional, ou seja, convênios este prioritário por determinação do TCU cuja finalidade e ZERAR ESSE ESTOQUE. Lembrando que o Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil. Nota que a técnica apresentou nenhuma pendência em relação a este convênio.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o

desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201109238	3.1.2.5	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/5.000/2008 (Siafi nº 631688) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.			
RECOMENDAÇÃO N° 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenentes.			

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Síntese da providência adotada:

A entidade foi notificada e compareceu perante aos membros do Grupo de Trabalho em que foi ofertado um prazo para sanar as pendências exposta no relatório da CGU. Apresentou sua defesa em que foi aberto um processo de Defesa. Porém, não houve análise desta defesa devida acumulo de Convênios Vencidos para análise na Setorial Contábil e o GT Regional, ou seja, convênios este prioritário por determinação do TCU cuja finalidade é ZERAR ESSE ESTOQUE. Lembrando que o Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil. Nota que a técnica apresentou nenhuma pendência em relação a este convênio.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201109238	3.1.2.6	Ofício n° 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Liberação de parcelas, no montante de R\$ 853.190,40, dos recursos do Convênio nº CV/AL/6.000/2008 (Siafi nº 631689) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.

RECOMENDAÇÃO N° 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das

justificativas apresentadas pelos convenentes.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A entidade foi notificada e compareceu perante aos membros do Grupo de Trabalho em que foi ofertado um prazo para sanar as pendências exposta no relatório da CGU. Apresentou sua defesa em que foi aberto um processo de Defesa. Porém, não houve análise desta defesa devida acumulo de Convênios Vencidos para análise na Setorial Contábil e o GT Regional, ou seja, convênios este prioritário por determinação do TCU cuja finalidade e ZERAR ESSE ESTOQUE. Lembrando que o Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil. Nota que a técnica apresentou nenhuma pendência em relação a este convênio.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201109238	3.1.2.7	Ofício nº 29.220/2011- CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Liberação de parcelas, no montante de R\$ 910.220,14, dos recursos dos recursos do Convênio nº CV/AL/8.000/2008 (Siafi nº 633984) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenentes.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A entidade foi notificada e compareceu perante aos membros do Grupo de Trabalho em que foi ofertado um prazo para sanar as pendências exposta no relatório da CGU. Apresentou sua defesa em que foi aberto um processo de Defesa. Porém, não houve análise desta defesa devida acumulo de Convênios Vencidos para análise na Setorial Contábil e o GT Regional, ou seja, convênios este prioritário por determinação do TCU cuja finalidade e ZERAR ESSE ESTOQUE. Lembrando que o Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e agora responsável pela Setorial Contábil. Nota que a técnica apresentou nenhuma pendência em relação a este convênio.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno

deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizada pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício²⁷

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

²⁷ Não houve ocorrência no exercício.

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria de Gestão N°12/2011
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	1.1.3
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/Nº 355, de 13/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência regional do Incra em Alagoas (SR-22)
Descrição da Recomendação	1.1.3 Foi verificado que os valores da execução orçamentária informados inicialmente no Relatório de Contas do exercício de 2010 à Auditoria Interna do Incra, sofreram alterações em todos os tipos, <u>recomendamos</u> à Unidade Gestora nº 373051 (SR-22/AL) que adote providências no sentido de retificar o Relatório de Prestação de Contas do exercício de 2010 e comunicar aos órgãos de tais alterações.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	
Síntese das providências adotadas	
Solicitar junto à área competente com a finalidade de justificar o motivo das alterações e o objetivo dos remanejamentos, já que em 2010 a única alteração de que tenho conhecimento foi a de liberar os 15 milhões para outros Planos Internos da SR e a Auditoria fala de alterações de todos os tipos.	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	
Descrição da Recomendação	1.3.2. Nos demais processos verificados pela Equipe foram constatados falhas na numeração dos processos como numeração trocada, falta de folhas, inclusão de folhas sem numeração, etc. Diante disso, recomendamos que a SR adote mecanismos para o saneamento das falhas, bem como para que doravante tais falhas não sejam repetidas. Chamamos a atenção da SR quanto ao processo da DP Locadora onde a partir da folha 500, foi juntado documentos de outro processo (Telemar Norte-Leste – fls. 2502 a 2509).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	

Síntese das providências adotadas	
Em relação aos processos de crédito instalação, em alguns desses processos, as páginas não estavam numeradas devido ao aguardo de entrega de documentação. Por vezes, os técnicos da ATES e/ou responsáveis pela gestão dos PA's entregam documentação incompleta, porém já foram informados que deverão entregar em sua totalidade para que os processos não mantenham as falhas de continuidade. Em relação ao processo da DP'Locadora, ele já foi devidamente corrigido.	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	
Descrição da Recomendação	2.2.4. Assim sendo, <u>recomendamos</u> a adoção de medidas que objetivem a realização de novos investimentos em capacitação com enfoque especial nas etapas afetas aos procedimentos de prestação de contas dos recursos conveniados mediante as regras contidas na Portaria Interministerial nº 127/2008 (Portal de Convênios), de modo a se evitar o risco de novo acúmulo de convênios, com vigências expiradas, com pendências de prestação de contas, seja na fase de apresentação das mesmas, seja na fase de análise das contas, esta última de competência da Autarquia, ressaltando que o acúmulo a que se refere, trata dos convênios oriundos da IN/STN/01/1997, que ainda estão pendentes de conclusão.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	
Síntese das providências adotadas	
Em 2010 foi criado o GT/2010 - PASSIVO ZERO, desde então, a equipe vem trabalhando para a conclusão de todos os convênios oriundos da IN/STN/01/97, assim como, os vigentes. No que se refere aos convênios vigentes não há nenhuma prestação a comprovar vencida, as prestações a comprovar estão em dia, uma vez que o prazo foi prorrogado ex-ofício. Ressaltamos que mesmo com a falta de contingente de servidores, estamos com uma excelente evolução administrativa e de controle dos processos vinculados ao grupo. Os relatórios da situação atual dos convênios vencidos e vigente estão na pasta do GT Regional em que divulga a situação de cada convenente.	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	
Descrição da Recomendação	2.3.2. Diante disso, recomendamos que sejam juntados aos autos

	os atos de designações ou se não existirem que doravante os asseguradores sejam designados e efetuem vistoria “in loco” e produzam Relatório Circunstanciado a fim de subsidiar a análise das prestações de contas com isso evitando problemas futuros quando das prestações de contas final.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	
Síntese das providências adotadas	
<p>Com a criação do GT Regional, este ficou responsável por analisar, vistoriar e emitir parecer com o intuito de zerarmos os convênios vencidos. O GT também analisa os convênios vigentes. Assim, os asseguradores vinculados ao GT são responsáveis pelas análises e conclusões dos convênios vigentes. Todos os convênios vigentes estão sendo vistoriados “in loco” e sendo produzidos relatórios parciais com intuito de subsidiar a Setorial Contábil em suas análises. Lembramos que há um contingente humano reduzido em nossa SR.</p>	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; redução, por parte de Brasília, em investimento na capacitação de servidores.</p>	
Descrição da Recomendação	Nos termos da IN/nº 03/MPOG/SLTI/2009, recomendamos que sejam adotadas medidas visando à abertura das contas bancárias vinculadas de cada contrato de mão-de-obra terceirizada, cujos depósitos deverão prever a apropriação financeira para cobertura de valores relativos ao 13º salário, férias e abono de férias e adicional do FGTS para rescisões trabalhistas sem justa causa, sendo que, tais contas vinculadas, somente poderão ser movimentadas mediante autorização expressa do órgão contratante, e tão somente para as finalidades citadas anteriormente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	
Síntese das providências adotadas	
<p><u>Primeiro Momento</u> - A Gestão oficializará a Divisão Administrativa de Brasília, questionado se há procedimentos e/ou normatização referente essa demanda. <u>Segundo Momento</u> - A Gestão juntamente com os Setores Contábil e Financeiro oficializará o Banco do Brasil S.A (Setor Público) questionando se há procedimento e/ou normatização referente a essa demanda.</p>	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de</p>	

demanda para o servidor.	
Descrição da Recomendação	4.1.3. Outra recomendação que fazemos é que a SR verifique, em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento – DD, a possibilidade de avaliar quanto a consequências no cancelamento das inscrições em Restos a Pagar, preliminarmente quanto aos recursos do Crédito Instalação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	
Síntese das providências adotadas	
<p>Neste contexto informamos que perseguimos as metas estabelecidas. Para alcançar este objetivo, realizamos os empenhos, porém os recursos financeiros liberados são de valores abaixo aos empenhos solicitados, e que por força do Decreto 7.418/2011 de 31/12/2010 fomos obrigados a cancelar os empenhos praticados no exercício anterior em abril de 2011.</p>	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	
Descrição da Recomendação	<p>5.1. Quanto às diligências emitidas pela CGU através do Relatório de Auditoria nº 246643, a Superintendência Regional informou a Equipe de Auditoria que todas as recomendações emitidas pela CGU foram devidamente respondidas através do Relatório de Gestão (processo nº 54360.000513/2011-11).</p> <p>5.1.1. Nesse caso, recomendamos que as respostas às recomendações da CGU fossem encaminhadas à Controladoria Geral da União no formato de Plano de Providências.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	
Síntese das providências adotadas	
<p>Relacionado ao Relatório de Auditoria nº 201109238, a SR-22 encaminhou resposta à CGU, através do Ofício nº 1.190/2011, no formato de Plano de Providências.</p>	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	

Descrição da Recomendação	<p>6.1.2.1. A Unidade Gestora informou que finalizou o processo de concludido a Tomada de Contas Especial em desfavor da Prefeitura Municipal de Olho do Casado e encaminhou ao Sr. Superintendente com vistas à Controladoria Geral da União.</p> <p>6.1.2.2. Diante da resposta apresentada, recomendamos que o processo fosse despachado urgentemente pelo Sr. Superintendente Regional a fim de evitar a aplicação, pelo TCU, de multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR - 22	
Síntese das providências adotadas	
O Processo referente à Tomada de Contas Especial da Prefeitura Municipal de Olho d'Água do Casado, sob nº 54360.000424/2007-99, foi encaminhado a Controladoria Geral da União em 14/01/2011. Lembrando que a SR-22 tramitou este processo, em 16/02/2010, para Auditoria Interna de Brasília.	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	
Descrição da Recomendação	6.2. Recomendamos a designação de um servidor específico para o atendimento da recomendação/determinações exaradas pela CGU e TCU dotando a SR de um controle sobre as providências que estão sendo ou foram adotadas, evitando com isso possíveis multas ou advertências ao gestor.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gestão	
Síntese das providências adotadas	
De acordo com o decreto nº 6.812/09 (Regimento Interno), compete à Contabilidade:	
<p>a) executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União;</p> <p>b) orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis;</p> <p>c) <u>elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo;</u></p>	
Portanto, será elaborada uma ordem de serviço deliberando as obrigações para a Setorial Contábil.	

Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	
Descrição da Recomendação	7.5. Diante das análises realizadas, recomendamos que a SR-22/AL proceda a uma verificação detalhada nos processos do Crédito Instalação com o objetivo de analisar os pagamentos dos créditos procedendo a uma revisão nos atos processuais, conforme legislação das épocas, bem como levantar “in loco”, a construção e recuperação de residências nos assentamentos onde foram aplicados os recursos destinados aos créditos, principalmente nos exercícios anteriores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gestão e Desenvolvimento	
Síntese das providências adotadas	
<p>Quanto à verificação detalhada informamos que, devido ao grande número de obras em andamento (diversos processos em liberação simultânea) e ao reduzido número de servidores no setor, o acompanhamento constante dos processos por vezes é prejudicado. Porém, a Divisão de Desenvolvimento está buscando alocar mais servidores para sanar as pendências. Em relação ao levantamento “in loco”, informamos que as equipes de fiscalização fazem a vistoria continuada das obras, fazendo constar nos autos, inclusive, relatório técnico e fotográfico do andamento das construções e/ou recuperações.</p>	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas.</p> <p>Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.</p>	

PARTE “B” - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	37201		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os convênios a aprovar com data expirada, motivo proveniente do gargalo de estoque antigos de convênios, acarretando com isso acumulo de demanda em nossa SR. b) Divergência dos valores liquidados versus o créditos realizável a longo prazo, com exemplo a constituição e a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação, fato relatado no acordão do TCU nº 6185/2011 - TCU 1ª Câmara. Porém, não foi realizada essa demanda e provisionamento, por que estamos aguardando resposta de Brasília, com a finalidade de obtermos orientação para essa demanda (Memorandos enviados sob nº 258 e 275/2011/INCRA/GABINETE). c) Não aplicabilidade do que orienta a NORMA DE EXECUÇÃO/Nº 31/20002, referente à Disciplina e os parâmetros e procedimentos para concessão e prestação de contas de SF e sua instituição e aplicação dos recursos financeiros através CCGF, ou seja, fugindo do controle interno normativo que relaciona à observância da regulamentação pertinente. d) Falta de Segurança da Documentação Contábil em que: as entidades do setor público devem desenvolver procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sistemas eletrônicos e que os documentos em papel podem ser digitalizados e armazenados em meio eletrônico ou magnético, desde que assinados e autenticados, em observância à norma brasileira de contabilidade que trata da escrituração em forma eletrônica, ou seja, todos os fatos expostos na segurança deverá partir de Brasília como órgão central, descentralizando procedimentos e o processo licitatório de aquisição de serviços para digitalizados e armazenados dos documentos em papel. e) Fato relevante que assumi a Setorial Contábil em nov/2011. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Maceio-AL	Data	23/03/2012
Contador Responsável	Aderson Frederico da Silva	CRC nº	4672


 Aderson Frederico da Silva
 Contador - INCRA/AL
 CT CRC/AL - 004672/0
 Matrícula SIAPE - 1499827

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO | 373051/37201 - SUPERINTENDÊNCIA DE ALAGAS-INCRA/SR-22
 ÓRGÃO SUPERIOR | 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

	EXERCÍCIO	MES
	2011	DEZ (FECHADO)
	EMISSÃO	PÁGINA
	15/03/2012	1

RECEITA					EXPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	40.374.854,26	33.721.990,54	33.721.990,54	33.721.990,54	6.652.863,72
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	7.482.750,31	7.440.134,45	7.440.134,45	7.440.134,45	42.615,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	0,00	0,00	34.747,32	34.747,28	34.747,28	34.747,28	0,04
OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	0,00	0,00	7.448.002,99	7.405.387,17	7.405.387,17	7.405.387,17	42.615,82
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	32.892.103,95	26.281.856,09	26.281.856,09	26.281.856,09	6.610.247,86
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	7.997.712,52	7.997.712,52	7.997.712,52	7.997.712,52	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	24.894.391,43	18.284.143,57	18.284.143,57	18.284.143,57	6.610.247,86
SUBTOTAL I					0,00	40.374.854,26	33.721.990,54	33.721.990,54	6.652.863,72
TOTAL					0,00	40.374.854,26	33.721.990,54	33.721.990,54	6.652.863,72
DEFÍCIT TOTAL	0,00	0,00	33.721.990,54	-33.721.990,54	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	33.721.990,54	-33.721.990,54	TOTAL GERAL	0,00	40.374.854,26	33.721.990,54	6.652.863,72

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	373.051/37201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2010
CREDITOS EM CIRCULACAO		CREDITOS EM CIRCULACAO	-27.247.943,55	CREDITOS EM CIRCULACAO	-69.345.758,79
RECUSOS ESPECIAIS A RECEBER		RECUSOS ESPECIAIS A RECEBER	-27.247.943,55	RECUSOS ESPECIAIS A RECEBER	-69.345.758,79
LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENTO		LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENTO	-1.119.150,89	LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENTO	-1.316.407,77
RECUSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		RECUSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-26.128.792,66	RECUSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-68.029.351,02
DEPOSITOS		DEPOSITOS	132.359,09	DEPOSITOS	169.347,19
CONSIGNACOES		CONSIGNACOES	41,33	CONSIGNACOES	41,33
RECUSOS DO TESOURO NACIONAL		RECUSOS DO TESOURO NACIONAL	132.317,76	RECUSOS DO TESOURO NACIONAL	169.305,86
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	27.186.064,46	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	69.930.467,72
OBRIGACOES A PAGAR		OBRIGACOES A PAGAR	27.086.790,47	OBRIGACOES A PAGAR	69.885.649,57
FORNECEDORES		FORNECEDORES	986.680,21	FORNECEDORES	349.695,00
DO EXERCICIO		DO EXERCICIO	0,00	DO EXERCICIO	4.942,66
DE EXERCICIOS ANTERIORES		DE EXERCICIOS ANTERIORES	950.027,05	DE EXERCICIOS ANTERIORES	344.752,34
CONVENTOS A PAGAR		CONVENTOS A PAGAR	36.653,16	CONVENTOS A PAGAR	0,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR	26.100.110,26	RESTOS A PAGAR	69.535.954,57
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	26.100.110,26	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	69.535.954,57
CREDORES DIVERSOS		CREDORES DIVERSOS	54.400,00	CREDORES DIVERSOS	0,00
OUTROS CREDORES		OUTROS CREDORES	54.400,00	OUTROS CREDORES	0,00
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	44.873,99	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	44.818,15
SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO		SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	44.873,99	SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	44.818,15
SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-70.480,00	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-754.056,12
DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS		DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-26.199.272,66	DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-68.783.407,14
DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR		DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	26.128.792,66	DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	68.029.351,02
LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO		LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	26.128.792,66	LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	68.029.351,02
0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
SUBTITULO		373051/372011 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22			
ORGÃO SUPERIOR		49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			
		TÍTULOS		2011	2010
DISPONIBILIDADE POR FR				-68.783.407,14	-68.783.407,14
DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - SALDO INICIAL				-68.783.407,14	-68.783.407,14
INGRESSOS				76.495.335,26	76.495.335,26
INGRESSOS EXERCÍCIO ANTERIOR				64.355.779,91	64.355.779,91
ORDEM TRANSFERÊNCIA RECEBIDA				815.982,32	815.982,32
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO				36.326.109,34	36.326.109,34
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO				27.213.688,25	27.213.688,25
INGRESSOS EXERCÍCIO ATUAL				12.139.555,35	12.139.555,35
SUBREPASSE RECEBIDO				12.139.555,35	12.139.555,35
DISPENDIOS				-33.911.200,78	-33.911.200,78
DISPENDIOS EXERCÍCIO ANTERIOR				-189.210,24	-189.210,24
ORDEM TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDA				-189.210,24	-189.210,24
DISPENDIOS EXERCÍCIO ATUAL				-33.721.990,54	-33.721.990,54
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA				-33.721.990,54	-33.721.990,54
DISPONIBILIDADE POR FR				-26.199.272,66	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)				-26.199.272,66	0,00
TOTAL				0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INRA/SR-22
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS		
SUBTITULO	373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22		
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		
	TITULOS	2011	2010
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES		1.031.178,84	198.332,81
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS		1.031.178,84	198.332,81
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS		1.031.178,84	198.332,81
DESPESAS ORCAMENTARIAS			
DESPESAS CORRENTES		7.440.134,45	9.814.124,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		34.747,28	2.757,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.405.387,17	9.811.366,78
DESPESAS DE CAPITAL		26.281.856,09	46.326.982,16
INVESTIMENTOS		7.997.712,52	23.523.195,50
INVERSOES FINANCEIRAS		18.284.143,57	22.803.786,66
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS		33.721.990,54	56.141.106,49
RESULTADO ORCAMENTARIO		-32.690.811,70	-55.942.773,68
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS		12.139.555,35	21.851.445,46
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		12.139.555,35	21.851.445,46
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS		34.036.175,69	49.212.251,63
INCORPORACAO DE ATIVOS		18.003.062,64	15.639.652,58
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		16.033.113,05	33.572.599,05
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS		48.063,99	70.098,76
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		48.063,99	70.085,76
RESULTADO ORCAMENTARIO APÓS INTERF/MUTACOES		13.436.855,35	15.050.837,65
RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS		13.436.855,35	15.050.837,65
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		841.267,89	27.337.645,40
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		25.285,57	26.537.645,40
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		815.982,32	800.000,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS		153.285.019,12	152.037.576,24
INCORPORACAO DE ATIVOS		116.958.909,78	150.585.680,81
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		36.326.109,34	1.451.895,43
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS		1.220.389,08	1.187.632,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		189.210,24	989.300,00
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS		1.031.178,84	198.332,81
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS		130.249.636,99	131.518.225,70
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		70.560.905,07	108.031.156,03
INCORPORACAO DE PASSIVOS		59.468.957,36	23.465.356,20
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		219.774,56	21.763,47
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT		36.093.116,29	61.720.150,78



TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS		
SUBTITULO	373.051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO 15/03/2012	PAGINA 1

	2011	2010	
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	1.031.178,84	198.332,81	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	1.031.178,84	198.332,81	
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	1.031.178,84	198.332,81	
DESPESAS ORCAMENTARIAS			
PREVIDENCIA SOCIAL	19.451,00	2.757,55	
ORGANIZACAO AGRARIA	17.654.130,21	22.565.749,89	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	33.721.990,54	56.141.106,49	
RESULTADO ORCAMENTARIO	-32.690.811,70	-55.942.773,68	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.139.555,35	21.851.445,46	
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	34.036.175,69	49.212.251,63	
INCORPORACAO DE ATIVOS	18.003.062,64	15.639.652,58	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	16.033.113,05	33.572.599,05	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	48.063,99	70.085,76	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	48.063,99	70.085,76	
RESULTADO ORCAMENTARIO APÓS INTERF/MUTACOES	13.436.855,35	15.050.837,65	
RECEITAS DE INST. FINANC. ENT. COMER. E IND.			
RESULTADO APÓS REC/DESC EXTR/OCAMANTARIAS	13.436.855,35	15.050.837,65	
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	841.267,89	27.337.645,40	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	25.285,57	26.537.645,40	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	815.982,32	800.000,00	
INCORPORACAO DE ATIVOS	153.285.019,12	152.037.576,24	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	116.958.909,78	150.585.680,81	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	36.326.109,34	1.451.895,43	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.220.389,08	1.187.632,81	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	189.210,24	989.300,00	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.031.178,84	198.332,81	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	130.249.636,99	131.518.275,70	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	70.560.905,07	108.031.156,03	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	59.468.957,36	23.465.356,20	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	219.774,56	21.763,47	
	36.093.116,29	61.720.150,78	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373.051/37201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRÁ/SR-22	EMISSÃO 15/03/2012	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		

INGRESSOS		DISPENSOS	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
RECEITAS CORRENTES	1.031.178,84	198.332,81	7.440.134,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.031.178,84	198.332,81	34.747,28
RECEITA CAP. ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	12.955.537,67	22.651.445,46	7.362.260,82
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	12.139.555,35	21.851.445,46	7.362.260,82
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	12.139.555,35	21.851.445,46	43.126,35
SUB-REPASSE RECEBIDO	12.139.555,35	21.851.445,46	43.126,35
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	815.982,32	800.000,00	26.281.856,09
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	815.982,32	800.000,00	7.997.712,52
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	815.982,32	800.000,00	18.284.143,57
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	159.119.084,34	198.855.458,61	1.220.389,08
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	69.345.758,79	59.274.397,25	1.187.632,81
VALORES EM CIRCULAÇÃO	69.345.758,79	59.274.397,25	1.187.632,81
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	132.359,09	169.347,19	189.210,24
DEPÓSITOS	41,33	41,33	98.300,00
CONSIGNAÇÕES	132.311.76	169.305,86	164.376.497,58
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	63.512.173,80	71.382.363,15	27.247.943,55
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	986.680,21	349.695,00	27.247.943,55
FORNEDORES	0,00	4.942,66	169.347,19
DO EXERCÍCIO	950.027,05	344.752,34	131.695,20
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36.653,16	0,00	41,33
CONVENIOS A PAGAR	62.426.219,60	70.987.850,00	169.305,86
RESTOS A PAGAR	26.100.110,26	69.555.954,57	69.930.467,72
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	36.326.109,34	1.451.895,43	349.695,00
CANCELADO	54.400,00	0,00	349.695,00
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	54.400,00	0,00	69.535.954,57
EM CONTRATOS	44.873,99	44.818,15	0,00
VALORES EM TRANSITO	26.128.792,66	68.029.351,02	460.000,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇOES	26.128.792,66	68.029.351,02	44.818,15
INCOPORACAO DE DIREITOS	26.128.792,66	68.029.351,02	40.815.662,77
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER			34.983.473,16
AJUSTES DE OBRIGAÇOES			34.983.473,16
AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO			88,00
INGRESSOS	173.105.800,85	221.705.236,88	88,00
			221.705.236,88
			173.105.800,85

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373.051/37201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRÁ/SR-22	EMISSÃO 15/03/2012	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
ATIVO FINANCEIRO	27.247.943,55	69.345.758,79	27.318.423,55
CREDITOS EM CIRCULACAO	27.247.943,55	69.345.758,79	132.359,09
LIMITE DE SAQUE C/NINC.DE PAGAMENTO	1.119.150,89	1.316.407,77	41,33
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	26.128.792,66	68.029.351,02	132.317,76
ATIVO NAO FINANCEIRO	319.990.583,74	241.918.102,35	27.186.064,46
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	33.998.420,69	-9.746.144,57	986.680,21
CREDITOS EM CIRCULACAO	-23.158.147,36	-66.902.537,96	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-26.128.792,66	-68.029.351,02	950.027,05
DIVERSOS RESPONSAVEIS	2.959.395,75	1.115.964,45	36.653,16
ADJANTAMENTOS CONCEDIDOS	11.249,55	10.848,61	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	57.156.568,05	57.156.393,39	26.100.110,26
ESTOQUES	36.458,10	36.283,44	26.100.110,26
TÍTULOS E VALORES	57.120.109,95	57.120.109,95	69.535.954,57
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	244.581.571,82	229.505.071,82	54.400,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	244.581.571,82	229.505.071,82	44.873,99
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	149.662.210,68	134.585.710,68	-26.100.110,26
CREDITOS A RECEBER	94.919.361,14	94.919.361,14	-69.535.954,57
PERMANENTE	41.410.591,23	22.159.175,10	-69.535.954,57
IMOBILIZADO	41.394.863,26	22.143.447,13	-26.100.110,26
BENS MOVEIS E IMOVEIS	41.638.707,75	22.165.122,60	-69.535.954,57
DEPRECIAÇOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-243.844,49	-21.675,47	310.700.000,80
INTANGIVEL	15.727,97	15.727,97	310.700.000,80
ATIVO REAL	347.238.527,29	311.263.861,14	248.979.850,02
			-772.903,09
			0,00
ATIVO COMPENSADO			36.093.116,29
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS			61.720.150,78
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B			347.238.527,29
GARANTIAS DE VALORES			311.263.861,14
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS			-249.543.710,36
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS			88.270.316,21
OUTRAS COMPENSACOES			88.270.316,21
ATIVO	446.669.944,67	399.534.177,35	399.534.177,35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010	VARIACOES PASSIVAS	
ORCAMENTARIAS RECEITAS CORRENTES OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTERFERENCIAS ATIVAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS SUB-REPASSE RECEBIDO MUTACOES ATIVAS INCOPORACOES DE ATIVOS AQUISICOES DE BIENS INCOPORACAO DE CREDITOS DESINCOPORACAO DE PASSIVOS RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO INTERFERENCIAS ATIVAS TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS INCOPORACOES DE ATIVOS INCOPORACAO DE BENS IMOVEIS INCOPORACAO DE BENS MOVEIS INCOPORACAO DE DIREITOS DESINCOPORACAO DE PASSIVOS DEFICIT	47.206.909,88 1.031.178,84 1.031.178,84 12.139.555,35 12.139.555,35 12.139.555,35 34.036.175,69 18.003.062,64 9.320.497,71 8.682.564,93 16.033.113,05 154.126.287,01 841.267,89 25.285,57 815.982,32 153.285.019,12 116.958.909,78 14.353.783,36 149.104,33 102.456.022,09 36.326.109,34	71.262.029,90 198.332,81 198.332,81 21.851.445,46 21.851.445,46 21.851.445,46 49.212.251,63 15.639.652,58 7.594.823,16 8.044.829,42 33.572.599,05 179.375.221,64 27.337.645,40 26.537.645,40 800.000,00 152.037.576,24 150.585.680,81 6.170.568,42 59.498,95 144.355.613,44 1.451.895,43	ORCAMENTARIAS DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO OUTRAS DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSOES FINANCEIRAS MUTACOES PASSIVAS DESINCOPORACOES DE ATIVOS LIQUIDACAO DE CREDITOS RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO INTERFERENCIAS PASSIVAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO DECRESCIMOS PATRIMONIAIS DESINCOPORACOES DE ATIVOS BAIXA DE BENS IMOVEIS BAIXA DE BENS MOVEIS BAIXA DE DIREITOS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO INCOPORACAO DE PASSIVOS AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES AJUSTES FINANCEIROS RESULTADO PATRIMONIAL SUPERAVIT	33.770.054,53 7.440.134,45 34.747,28 7.367.260,82 43.126,35 43.126,35 26.281.856,09 7.997.712,52 18.284.143,57 48.063,99 48.063,99 48.063,99 131.470.026,07 1.220.389,08 189.210,24 1.031.178,84 130.249.636,99 70.560.605,07 2.978.689,11 625.713,42 66.956.502,54 219.774,56 59.468.957,36 0,00 0,00 36.093.116,29 36.093.116,29	56.211.192,25 9.814.124,33 2.757,55 9.751.351,18 60.015,60 60.015,60 46.326.982,16 23.523.195,50 22.803.786,66 70.085,76 70.085,76 70.085,76 132.705.908,51 1.187.632,81 989.300,00 198.332,81 131.518.227,50 108.031.156,03 1.270.322,60 378.541,05 106.382.286,38 21.675,47 21.675,47 23.465.356,20 88,00 88,00 61.720.150,78 61.720.150,78	VARIACOES PASSIVAS	
VARIACOES ATIVAS	201.333.196,89	250.637.251,54	VARIACOES PASSIVAS	201.333.196,89	250.637.251,54		

Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

É comum o aparecimento de devedores insolváveis, de modo que se pode prever, o aparecimento de algum prejuízo.

Dessa forma, se nos basearmos na premissa de que o Balanço deve retratar o mais fielmente possível a situação financeira e patrimonial de uma entidade, os títulos a receber deveriam aparecer no Balanço com o saldo correspondente ao montante líquido dos títulos que provavelmente serão recebidos.

Por outro lado, como se sabe, a conta de Resultado deve ser debitada no fim de cada período por todas as despesas e perdas relativas ao período.

A perda decorrente de débitos provavelmente insolváveis deve, portanto, pesar negativamente no resultado do exercício.

Cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os prejuízos futuros não podem, obviamente, ser previstos com grande precisão. Por esse motivo, a provisão é sempre baseada em uma estimativa.

O cálculo dessa estimativa pode ser feito de diversas maneiras, e as mais usadas são as seguintes:

- I. Pela análise individual dos devedores, verificando-se em cada caso a possibilidade de recebimento futuro. Essa análise deve levar em consideração, principalmente, os débitos já vencidos e os pertencentes a pessoas ou empresas que estejam em dificuldades financeiras. Evidenciados os débitos de liquidação duvidosa, são eles somados, do que resulta o valor a ser adotado para a constituição da provisão.
- II. Pela determinação da provisão mediante a aplicação de uma percentagem sobre vendas. A percentagem deve ser escolhida com base na experiência anterior da empresa.
- III. Pela determinação da provisão mediante a aplicação de uma percentual sobre o saldo dos créditos a receber no fim do ano. Esta é a maneira utilizada pela grande maioria das empresas brasileiras.

Natureza da Conta Provisão

A adoção da conta Provisão deve-se à característica de incerteza que cerca o evento e o valor do ativo.

O Acórdão do TCU nº 6185/2011 da 1^a Câmara apresenta os seguintes descriptivos em relação a créditos de liquidação duvidosa:

20. Sobre a questão, coleciono trechos da proposta de deliberação condutora do Acórdão TCU nº 578/2010 - Plenário:

"20. Os valores a título de crédito instalação constituem-se créditos a receber por parte da União, dada a natureza de empréstimo desta rubrica. No tocante a esse aspecto, considero oportuno resgatar importante trecho da proposta de deliberação condutora do Acórdão TCU nº 578/2010 - Plenário. Naquela oportunidade, discorri sobre os montantes relevantes e crescentes de valores registrados em "Créditos a Receber" (de Parceleiros), "Títulos e Valores de Curto Prazo" (basicamente Títulos da Dívida Agrária - TDA), "Créditos da União, Estados e Municípios" e "Empréstimos e Financiamentos" (basicamente Crédito Instalação), constantes do balanço do Incra-Sede, o qual perfaziam uma carteira de recebíveis na casa dos R\$ 10 bilhões:

'96. A análise das demonstrações contábeis do Incra, acostadas às fls. 96 a 141, evidencia haver rubricas de elevada materialidade que merecem escrutínio pormenorizado, para verificar se há erros ou fraudes. Os erros e fraudes eventualmente existentes nos valores das contas contábeis não estão apenas relacionados a seu registro - valores, eventos, rubricas - mas podem, também, estar relacionados ao próprio ato de gestão em si, cabendo ao balanços, neste caso, transparecer tais atos de gestão.

(...)

100. A conta "Empréstimos e Financiamentos" é formada basicamente pelo valor concedido no âmbito do programa Crédito Instalação. Na gestão desse processo, o Incra atua como uma "instituição financeira", mesmo não pertencendo ao Sistema Financeiro Nacional, gerenciando uma carteira de recebíveis considerável, formada 100% por recursos da fonte 100 (Tesouro Nacional), que, por sua vez, é fruto, essencialmente, de impostos. Prematura qualquer opinião sobre a adequabilidade da gestão de um processo de cunho financeiro por uma autarquia de natureza não-financeira, mas é inevitável se pensar que qualquer recebível se submete a um feixe de gradacão sobre sua liquidez, o que requer o registro de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, de forma a ajustar o valor o balanço ao valor provável de recebimento no momento sob análise.

101. A STN, em seu Manual da Dívida Ativa (Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009), já indicava, em 2006, a necessidade de contabilização de uma provisão para recebíveis dessa natureza. O Conselho Monetário Nacional (CMN) determina, por intermédio da Resolução CMN nº 2.682/1999, que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por aquela autarquia classifiquem suas operações de crédito em ordem crescente de risco em níveis que variam de AA a H.

102. A unidade técnica consignou em sua proposta de encaminhamento (fls. 2.133):

'6.59.3. Determinar ao Incra que adote providências, no prazo de 60 dias, para reaver os créditos concedidos e registrados na conta 1.2.2.3.1.0000 – Empréstimos Concedidos, operacionalizando cobrança de créditos concedidos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, que consista no mínimo em:

6.59.3.1. inscrição dos créditos vencidos na Dívida Ativa da Fazenda, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980;

6.59.3.2. inscrição dos devedores inadimplentes no Cadin, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006;

6.59.3.3 avaliação da possibilidade de inscrição dos devedores inadimplentes nos principais órgãos de proteção ao crédito, principalmente nos casos em que for constatado fraude ou má fé.'

103. A gestão dos recebíveis é fundamental para o sucesso de uma política pública baseada em concessão de créditos pelos incentivos adversos que pode gerar. O empréstimo a beneficiários de assentamentos é um dos pilares da política de reforma agrária e uma das principais linhas de atuação do Incra.

104. O Incra deve registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme dispõe a Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 para os valores contabilizados em contas de ativo recebível, classificando os créditos conforme sua liquidez.

(...)' (grifei)

21. Portanto, a Portaria STN nº 564/2004, atualizada pelas Portarias STN nº 467/2009, nº 664/2010 e nº 406/2011, já dispõe sobre a necessidade de contabilização da respectiva provisão. Para o exercício em comento, estava em vigor a Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008, a qual dispunha:

'A constituição do ajuste para redução a valor recuperável sobre contas a receber encerra um caráter de incerteza, pela própria natureza futura de realização dos recebimentos. (...).

Logo, devem ser levados em consideração diversos aspectos para uma correta mensuração da provisão, de modo a não superestimar e nem subavaliar o Patrimônio Real do Ente Público.

A mensuração da provisão deve seguir, prioritariamente, os parâmetros elencados no item anterior, balizados em estudos especializados que delineiem e qualifiquem os créditos inscritos, de modo a permitir o cálculo do valor justo do ativo.' (grifei).

22. Analisei a mesma questão, no tocante ao Incra/AP (SR (21)), no Acórdão TCU nº 5269/2011 - Primeira Câmara:

"23. Sendo assim, com base nestes normativos, não se pode afirmar que as contas expressem de forma clara e objetiva a exatidão dos demonstrativos contábeis, o que impõe a consideração de ressalva.

24. Deve, ainda, esta Corte científica o Incra/AP (SR(21)) e o Incra-Sede sobre a necessidade observar a regulamentação vigente sobre a matéria e determinar a essas unidades jurisdicionadas que mensurem o valor e constituam a respectiva provisão a que se refere os normativos supracitados.

25. Ainda sobre o tema, registro também que a Lei nº 12.249/2010, estabeleceu que compete ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

'Art. 6º. São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

(...)

f) regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional'. (grifei)

26. Amparado no disposto na alínea 'f', o CFC emitiu a Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprovou a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, que dispõe a respeito da necessidade de constituição de provisões para direitos e títulos de crédito por parte do setor público, em consonância com as normas exaradas pelas STN:

'CRÉDITOS E DÍVIDAS

7. Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

(...)

11. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.' (grifei)

27. Essa norma ainda não era aplicável, de forma obrigatória, para os fatos ocorridos até o exercício financeiro a que se refere estas contas (2009). Contudo, tornou-se obrigatória para os fatos ocorridos e contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto no seu art. 2º.

28. A Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, determina que as demonstrações contábeis devem ser apresentadas nos moldes estabelecidos pela (NBC 16.6), ou seja, contemplando o respectivo ajuste ao valor recebível do ativo em comento:

'PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS QUE DEVEM COMPOR O RELATÓRIO DE GESTÃO

(...)

2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).'

29. Proceder aos ajustes da carteira de recebíveis não é mera disposição contábil, mas forma de revelar a real dimensão patrimonial desse elemento, bem como municiar os gestores e a com informações relevantes para a tomada de decisão."

Porém, não foi realizada essa demanda de provisionamento, porque estamos aguardando resposta de Brasília, com a finalidade de obtermos orientação para essa demanda (Memorandos enviados sob nº 258 e 275/2011/INCRA/GABINETE).

Em relação às principais práticas contábeis adotadas, referente à depreciação dos ativos imobilizados, foi aberto o processo sob o nº 54360.001267/2011-10 em que foi a seguinte metodologia de depreciação e ajuste ao valor de mercado:

Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- ✓ Redução dos equipamentos de informáticas e veículos em dezembro de 2011 (a cada quatro anos);
- ✓ A depreciação é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo os Veículo – 6,67% ao ano;
- ✓ Equipamentos de Processamentos de Dados – 20% ao ano; aparelhos de utensílios domésticos – 10%.

**PARTE “C” - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR
DO RELATÓRIO DE GESTÃO – SUPERINTENDÊNCIAS
REGIONAIS DO INCRA**

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Em relação a este tópico do Relatório, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária esclarece que as atividades de fiscalização cadastral se iniciaram em setembro de 2011, após treinamento já relatado ao longo desse Relatório. Dessa forma, foi aberto um processo de fiscalização cadastral, com base na portaria P/12, que estava, em dezembro, no aguardo da documentação solicitada ao proprietário do imóvel. Assim sendo deixam de serem respondidos os itens **a**, **b**, **c**, e **e**. Quanto ao item **d**, só a DFC (Coordenação-Geral de Cadastro Rural) possui perfil para cancelamento pela portaria P/12. Os demais cancelamentos foram a pedido por descaracterização dos imóveis como rurais. Não existe mecanismo de controle desse caso específico, a não ser se fosse verificado processo por processo, identificando-os. Mas eles estão inclusos nos imóveis gerenciados.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

No processo de demonstração da conformidade e do desempenho da gestão no exercício, a busca da Sinergia se revela essencial. Sinergia é integração. De origem grega, a palavra significa cooperação e trabalho, isso quer dizer que as somas das partes é maior do que o todo, porque as energias se unem em prol de um fim comum.

No contexto corporativo, sinergia são todas as movimentações internas da entidade seguindo uma linha mestra em favor do crescimento da corporação.

Assim, a sinergia é um fator determinante para maximizar a comunicação na empresa. Ao participar e principalmente compartilhar os valores e as diretrizes da “casa”, o profissional fica sintonizado com a cultura organizacional e se posiciona lado a lado da sinergia da empresa.

Por isso, deve-se articular com a cultura e o sistema da organização, garantindo uma maior convergência e coerência em todas as suas ações o que trará por consequência as conquistas esperadas. Além de ser ativo na rede e nos mais diversos relacionamentos, seu papel nesse cenário é estar receptivo aos canais de comunicação que alinhados viabilizam o efeito sinérgico tão esperado.

Ao tomar essa atitude, mantemos a via de comunicação aberta para a circulação de ideias e o mais importante: comunica-se intimamente com o mundo empresarial ao seu redor.

Em vez de vermos as situações pelo lado negativo, sempre tendo um que perder para o outro ganhar, buscaremos o ganha-ganha das situações. Substituir a palavra eu e você por nós já é um bom começo. Se juntarmos as energias para conquistar um mesmo objetivo, descobriremos o verdadeiro significado da palavra sinergia.

Desse modo, deveremos unir nossa força (Gestão, Administração, Contabilidade, Ordenamento, Obtenção) juntamente com os órgãos de controle buscando corrigir as falhas existentes, buscando o elo de uma boa conformidade de gerência e um bom desempenho da gestão no exercício, ou seja, o nosso comprometimento com nossas obrigações e deveres.

Em relação às principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício, alguns aspectos negativos no nosso cenário de trabalho se mostram relevantes: o Decreto nº 7.446/11 que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao

recebimento de obras e de serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes; a falta de contingente de servidores, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Porém, através da união da força de nossa administração juntamente com a força da Gestão Administrativa (Brasília) e dos órgãos de controle, buscaremos corrigir nossas falhas.

ANEXOS

Tabela I - Famílias beneficiadas com crédito instalação em 2011

MODALIDADE DE CRÉDITO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	VALOR PAGO
Aquis. de mat. de construção	QUINTA DA SERRA	VIÇOSA	35	525.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	BOA VISTA	JACUÍPE	158	475.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	MASSANGANO	MARAGOGI	121	433.500,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	MANGIBURA	MARAGOGI	118	708.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	COSTA DOURADA	MARAGOGI	59	354.000,00
Apoio inicial	SANTA CRUZ DO RIACHÃO	MATRIZ DO CAMARABIBE	5	16.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	BOA VISTA	JACUÍPE	153	443.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SÃO PEDRO	MARAGOGI	55	330.000,00
Aquis. de mat. de construção	TODOS OS SANTOS CHUPETE	ÁGUA BRANCA	106	530.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	JUREMA	DELMIRO GOUVEIA	36	108.000,00
Aquis. de mat. de construção	ELDORADO DOS CARAJÁS	BRANQUINHA	110	550.000,00
Apoio inicial	SÃO LUIZ/ CANUDOS	ATALAIA	1	3.200,00
Apoio inicial	SÃO JOÃO DO BOM CONSELHO II	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	3	9.600,00
Aquis. de mat. de construção	SÃO JOÃO DO BOM CONSELHO II	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	3	45.000,00
Fomento	SÃO JOÃO DO BOM CONSELHO II	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	3	9.600,00
Fomento	COBRAS II	ÁGUA BRANCA	14	44.800,00
Aquis. de mat. de construção	SAMAMBAIA	PIRANHAS	40	400.000,00
Aquis. de mat. de construção	LEMOS	MARAGOGI	45	270.000,00
Aquis. de mat. de construção	LAGOA DAS PEDRAS	PIRANHAS	35	350.000,00
Aquis. de mat. de construção	MANIVAS ROMUALDO	QUEBRANGULO	48	144.000,00
Aquis. de mat. de construção	DOURADA	VIÇOSA	219	1.314.000,00
Aquis. de mat. de construção	LAGOA DO PARANÁ	GIRAU DO PONCIANO	122	732.000,00
Aquis. de mat. de construção	SERRA PRETA	UNIÃO DOS PALMARES	114	570.000,00
Aquis. de mat. de construção	NAVIO	ÁGUA BRANCA	50	750.000,00
Adicional do Semiárido	NAVIO	ÁGUA BRANCA	50	100.000,00
Aquis. de mat. de construção	CAVACO	UNIÃO DOS PALMARES	56	168.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	MELOS	MARAGOGI	90	540.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	JAPÃO II	GIRAU DO PONCIANO	46	276.000,00
Fomento	SANTA FÉ II/VELHO CHICO	BELO MONTE	22	70.400,00
Aquis. de mat. de construção	BOM JESUS TALHADO	DELMIRO GOUVEIA	75	375.000,00
Aquis. de mat. de construção	COSTA	OLHO D'ÁGUA DO	34	272.000,00

		CASADO		
Aquis. de mat. de construção (recup.)	MILTON SANTOS	ATALAIA	30	90.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SANTA IZABEL	GIRAU DO PONCIANO	36	300.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	JUNCO	MARAGOGI	42	252.000,00
Aquis. de mat. de construção	LUCENA/IRMÃ DOROTY	PORTO DE PEDRAS	40	200.000,00
Aquis. de mat. de construção	PINDOBA II	BEZERROS	76	76.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	CAVACO	UNIÃO DOS PALMARES	79	237.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SÃO LUIZ/ CANUDOS	ATALAIA	22	66.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	CABACEIRA DA PACAVIRA	QUEBRANGULO	50	300.000,00
Aquis. de mat. de construção	BEZERROS	DELMIRO GOUVEIA	70	700.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	JAVARI	MARAGOGI	52	156.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	ROSELI NUNES	GIRAU DO PONCIANO	35	105.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SAMBA	MARAGOGI	17	294.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	DOM HELDER CÂMARA	MURICI	56	138.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	JUBILEU	SÃO JOSÉ DOS MILAGRES	42	126.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PAU AMARELO	MARAGOGI	50	87.500,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SALGADINHO	INHAPI	22	176.000,00
Aquis. de mat. de construção	QUINTA DA SERRA	VIÇOSA	20	300.000,00
Aquis. de mat. de construção	XINGOZINHO	DELMIRO GOUVEIA	30	300.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	IPÊ AMARELO	ATALAIA	30	202.500,00

Tabela II – Servidores Capacitados em 2011

Nº	SERVIDOR	SIAPE	MÊS	CURSO	CARGA HORÁRIA
1	Anabela Fernandes Fagundes	157997	Abril	Of. Nacional Sobre Fiscalização e Monit. de Contratos de Ates	16
2	Clilton Custódio Freire	1494295	Abril	Of. Nacional Sobre Fiscalização e Monit. de Contratos de Ates	16
3	Alexandre Luis de Bulhões Rocha	1528144	Maio	Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários	24
4	Djair Ferreira da Silva	1549362	Maio	Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários	24
5	Gabriel Silveira Arruda	1474788	Maio	Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários	24
6	Aderson Frederico da Silva	1499827	Junho	Capacitação. S. Gestão de Processos Disciplinares	7
7	Hugo Luiz da Costa Santos	1551937	Junho	Capacitação. S. Gestão de Processos Disciplinares	7
8	Aderson Frederico da Silva	1499827	Julho	Curso Prático SICONV	16
9	Pedro Feliciano Cordeiro	725446	Julho	Curso Prático SICONV	16
10	Alessandro José Barros dos Santos	1468039	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
11	Alexandre Luis de Bulhões Rocha	1528144	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
12	Denis Kleber da Silva Souza	1527992	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
13	Eduardo Vasconcelos de Medeiros	1548697	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
14	Elias de Medeiros Lima Junior	1551021	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
15	Fabio Leite Araújo	1474783	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
16	Fernando José Falcão Lacerda Filho	1341555	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
17	Gabriel Silveira Arruda	1474788	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
18	Micheline de Souza Ferreira Santana	1614649	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
19	Sérgio Roberto de Melo Souto	1618009	Setembro	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com a ferramenta QuantumGIS	40
20	Claudemira Silva de Oliveira	157959	Setembro	SIDEC - Módulo de Divulgação de Compras	12
21	Aderson Frederico da Silva	1499827	Outubro	Cálculos Trabalhistas	32

22	Adail Franklin de Barros	1553297	Novembro	Encontro Nacional de Comunicações Sociais do Incra	20
23	José Carlos da Costa	1475046	Novembro	Encontro Nacional de Comunicações Sociais do Incra	20
24	Sérgio Augusto Correia Góes	1499877	Novembro	II Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas	24
25	Fabio Leite Araújo	1474783	Novembro	XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	32
26	Aderson Frederico da Silva	1499827	Dezembro	Depreciação de Ativos	16
27	José Duarte Novaes	725433	Dezembro	Depreciação de Ativos	16
28	Cláudia Cseko Nolasco	1299592	Dezembro	Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária	1600
29	Hugo Luiz da Costa Santos	1551937	Dezembro	MBA em Infraestrutura de Transportes e Rodovias	220
TOTAL					2542